

# Relatório da Administração e Demonstrações Financeiras

2025

|                                                                                    |    |
|------------------------------------------------------------------------------------|----|
| RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO .....                                                   | 2  |
| BALANÇO PATRIMONIAL .....                                                          | 9  |
| DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADO .....                                                   | 11 |
| DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES .....                                     | 12 |
| DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO .....                             | 15 |
| DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA.....                                             | 17 |
| DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO .....                                            | 18 |
| (1) CONTEXTO OPERACIONAL .....                                                     | 19 |
| (2) APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS FINANCEIRAS .....                     | 22 |
| (3) SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS .....                     | 23 |
| (4) DETERMINAÇÃO DO VALOR JUSTO .....                                              | 31 |
| (5) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA .....                                            | 32 |
| (6) TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS.....                                             | 32 |
| (7) CONCESSIONÁRIAS E PERMISSONÁRIAS .....                                         | 32 |
| (8) TRIBUTOS A COMPENSAR .....                                                     | 33 |
| (9) OUTROS ATIVOS .....                                                            | 34 |
| (10) ATIVO CONTRATUAL.....                                                         | 35 |
| (11) INVESTIMENTOS .....                                                           | 36 |
| (12) IMOBILIZADO .....                                                             | 38 |
| (13) FORNECEDORES .....                                                            | 39 |
| (14) TRIBUTOS A RECOLHER .....                                                     | 39 |
| (15) EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS .....                                            | 40 |
| (16) DEBÊNTURES .....                                                              | 43 |
| (17) ENTIDADE DE PREVIDÊNCIA PRIVADA .....                                         | 45 |
| (18) PROVISÕES PARA RISCOS FISCAIS, CÍVEIS E TRABALHISTAS E DEPÓSITOS JUDICIAIS .. | 52 |
| (19) OUTRAS CONTAS A PAGAR.....                                                    | 54 |
| (20) CRÉDITOS E DÉBITOS FISCAIS DIFERIDOS .....                                    | 54 |
| (21) PATRIMÔNIO LÍQUIDO .....                                                      | 56 |
| (22) LUCRO POR AÇÃO .....                                                          | 59 |
| (23) RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA.....                                              | 59 |
| (24) CUSTO DE OPERAÇÃO E DESPESAS OPERACIONAIS .....                               | 60 |
| (25) RESULTADO FINANCEIRO.....                                                     | 61 |
| (26) TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS .....                                      | 61 |
| (27) SEGUROS .....                                                                 | 63 |
| (28) GESTÃO DE RISCOS .....                                                        | 63 |
| (29) INSTRUMENTOS FINANCEIROS .....                                                | 65 |
| (30) COMPROMISSOS.....                                                             | 72 |

Senhores e senhoras acionistas,  
Atendendo às disposições legais e estatutárias, a Administração da CPFL Transmissão S.A. ("CPFL Transmissão" ou "Companhia") submete à apreciação dos senhores o Relatório da Administração e as demonstrações financeiras da Companhia, com o relatório dos auditores independentes e do Conselho Fiscal, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2025. Todas as comparações realizadas neste relatório levam em consideração os dados consolidados em relação ao exercício de 2024, exceto quando especificado de outra forma.

### 1) Considerações Iniciais

Em 2025, a CPFL Transmissão cumpriu com sua agenda estratégica. Reconhecida por seus processos de gestão fundados na excelência operacional, a Companhia e as empresas nas quais detém participação reafirmam o compromisso de ampliar sua capacidade de transmissão, com investimentos considerados indispensáveis para o desenvolvimento sustentável das regiões em que atua.

Em 31 de outubro de 2025, a CPFL Transmissão, no Leilão de Transmissão ANEEL nº 4/2025 adquiriu o lote 3, localizado nos estados do Paraná e Rio Grande do Sul, com uma RAP de R\$ 81.156 mil e deságio de 53,93%, CAPEX previsto pela ANEEL de R\$ 1.069.082 mil e início da operação previsto para fevereiro de 2030.

Em 6 de dezembro de 2025, foi implementado o projeto de alteração do controle acionário da CPFL Transmissão, mediante aprovação pela Assembleia Geral Extraordinária da CPFL Transmissão do aporte de capital pela CPFL Energia S.A. ("CPFL Energia") e da conversão de ações ordinárias, detidas pela CPFL Comercialização Brasil S.A. ("CPFL Brasil"), em ações preferenciais. Após a implementação, a CPFL Energia passou a deter 51% das ações ordinárias da CPFL Transmissão, que representam 30% do capital social total. A CPFL Brasil permaneceu no quadro acionário, detendo 49% das ações ordinárias e 100% das ações preferenciais, que representam 70% do capital social total da CPFL Transmissão. A troca do controle acionário da CPFL Transmissão foi anuída pela Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL"), por meio do Despacho nº 3.286, de 4 de novembro de 2025.

Ainda, ao longo deste relatório serão apresentadas as informações mais relevantes do último exercício, como o reajuste da Receita Anual Permitida ("RAP") visando remunerar investimentos feitos para melhoria dos serviços e repor perdas de inflação.

### 2) Comentário sobre a Conjuntura

#### Ambiente macroeconômico

O ano de 2025 teve início em um ambiente de incerteza global, decorrentes da nova administração de Donald Trump nos Estados Unidos e a adoção de três mudanças relevantes: imposição de tarifas de importação, endurecimento das regras de imigração e a aprovação de um orçamento federal com trajetória deficitária para os próximos anos.

As tarifas representaram uma mudança na lógica tradicional do comércio americano, mas seu impacto foi menor do que o inicialmente esperado. Isso ocorreu devido ao recuo do governo em diversas medidas quando foram identificados impactos econômicos significativos. O tema também segue em disputa judicial e aguarda decisão da Suprema Corte sobre a legalidade do uso do instrumento de "emergência econômica". Outro fator que reduziu os impactos foi a antecipação de compras pelas empresas, para formação de estoques. As mudanças recentes na política comercial e fiscal dos Estados Unidos elevaram a incerteza em relação ao desempenho do dólar no longo prazo, incentivando maior diversificação das reservas

internacionais por parte de diversos bancos centrais. Esse movimento contribuiu para a valorização do ouro e para uma acomodação do valor da moeda norte americana. No campo monetário, o Federal Reserve reduziu a taxa básica de juros em 75 pontos-base diante da moderação do mercado de trabalho, passando a adotar postura de espera. A inflação dos Estados Unidos para o ano de 2025 fechou em 2,7%.

No Brasil, ao longo de 2025, foram mantidas e ampliadas iniciativas voltadas à sustentação da demanda doméstica, incluindo benefícios fiscais, reforço de programas sociais e expansão de linhas de crédito subsidiadas. Para conter os efeitos inflacionários dessas medidas, o Banco Central manteve a política monetária em nível restritivo. O resultado foi uma desaceleração moderada e heterogênea da atividade econômica, que seguiu operando com baixo nível de ociosidade. Setores mais sensíveis às condições de crédito registraram moderação, enquanto atividades relacionadas à renda, como grande parte do setor de serviços, mantiveram bom ritmo.

Nesse contexto, a taxa Selic foi elevada em 2,75 p.p. e permaneceu em 15% ao ano por um período prolongado. A inflação e as expectativas inflacionárias apresentaram desaceleração moderada, mantendo-se mais próximas do teto do que do centro da meta do Banco Central. O IPCA encerrou 2025 em 4,3%, resultado inferior às projeções iniciais.

Esse resultado foi determinado pelo comportamento de Alimentação no domicílio e Bens industriais, influenciado por boas safras, efeitos temporários da gripe aviária (que reduziu exportações e ampliou a oferta doméstica), impactos das tarifas impostas pelos Estados Unidos sobre carnes e café, além da apreciação do real, que ajudou a conter os preços de bens industriais após os aumentos registrados no primeiro quadrimestre, decorrentes da depreciação cambial do ano anterior. Por outro lado, o segmento de Serviços manteve variação próxima a 6% em termos anuais, acompanhando a evolução do mercado de trabalho e da atividade econômica.

## Ambiente regulatório

### Revisão Tarifária Periódica (“RTP”):

#### Encargos Rescisórios e “Máximo Esforço”

A **Resolução Normativa ANEEL (“REN”) nº 1.125**, de 05 de junho de 2025, estabeleceu metodologia para definição dos critérios de “máximo esforço” de cobrança para recuperação dos créditos relativos aos encargos rescisórios e os respectivos prazos para cumprimento destas. A inclusão dos débitos no Cadastro de Inadimplentes da ANEEL e o protesto extrajudicial da dívida foram as medidas administrativas a serem implementadas pelas transmissoras e, o ajuizamento de ação judicial com vistas a recuperação do crédito, ficaram sob responsabilidades do ONS.

No mesmo normativo, a Agência determinou que, **em caso de descumprimento dos critérios estabelecidos como “Máximo Esforço”, os encargos rescisórios somente serão descontados das receitas das transmissoras no próximo ciclo tarifário (2026-2027).**

Destaca-se que todas as medidas de responsabilidade das transmissoras da CPFL Transmissão foram realizadas dentro dos prazos estabelecidos pelo normativo da ANEEL, incluindo as suas repactuações. Casos classificados como “excepcionais” continuam sendo tratados pontualmente junto à ANEEL e ao ONS, dentro de uma estratégia setorial alinhada junto à ABRATE (Associação Brasileira das Empresas de Transmissão de Energia).

**Regulamentação do Decreto nº 11.314/2022 – Relicitação e Prorrogação das Concessões de Transmissão em fim de vigência.**

Em 2025, foi concluída a Tomada de Subsídios nº 008/2024, como primeiro passo da ANEEL rumo à participação da sociedade no processo de regulamentação do Decreto nº 11.314/2022, relativo ao tratamento regulatório para indenização de ativos de transmissão não depreciados ou amortizados nos casos de substituição ou extinção de concessão.

Já em dezembro de 2025, a ANEEL instaurou a **Consulta Pública nº 043/2025**, acompanhada de **Análise de Impacto Regulatório (AIR)**, buscando regulamentar a licitação e a prorrogação das concessões de serviço público de transmissão de energia elétrica em fim de vigência.

A Consulta Pública encontra-se aberta até 10 de março de 2025.

**Revisão Tarifária Periódica (“RTP”):**

Em 2025, foi realizada a Revisão Tarifária Periódica (“RTP”) da CPFL Morro Agudo, referente ao Contrato de Concessão nº 006/2015, licitado pela ANEEL. O processo contemplou a revisão do Custo de Capital de Terceiros, parâmetro utilizado no cálculo do Custo Médio Ponderado de Capital (WACC) e aplicado à Receita Anual Permitida (RAP) originalmente ofertada no leilão de concessão.

Cabe destacar que, no período avaliado, não houve autorização de Reforços ou Melhorias com valores de RAP estabelecidos provisoriamente pela ANEEL, tampouco o reconhecimento de novos investimentos para fins de RAP adicional no âmbito da RTP.

Como resultado do processo, o índice de reposicionamento tarifário aplicado à RAP foi de - 0,34%, refletindo a atualização regulatória dos parâmetros econômicos, especialmente o custo de capital de terceiros. Dessa forma, a receita vigente, anteriormente fixada em R\$ 19,8 milhões, passou para R\$ 19,7 milhões, considerando valores de junho de 2025.

**Reajuste Tarifário Anual (“RTA”):**

O Reajuste Tarifário das Transmissoras foi definido por meio da Resolução Homologatória nº 3.481, de 15 de julho de 2025, aplicável para o ciclo tarifário compreendido entre 1º de julho de 2025 a 30 de junho de 2026.

Nesse contexto, a RAP do Contrato de Concessão prorrogado nº 055/2001, desconsiderada a parcela de ajuste, totaliza R\$ 1.043,3 bilhão. Esse valor representa um aumento de 1,3% em relação à RAP homologada no ciclo tarifário anterior (2024–2025), decorrente, principalmente, da entrada em operação de reforços e melhorias de grande porte associados a novos empreendimentos ao longo do ciclo 2024–2025.

| R\$ milhões                                | REH 3.348/2024* | IPCA | Ampliações, reforços e melhorias | Baixas e Ajustes | Parcela de Ajuste | REH 3481/2025 |
|--------------------------------------------|-----------------|------|----------------------------------|------------------|-------------------|---------------|
| Contrato de Concessão nº 055/2001 (CEEE-T) | 1.029,6         | 50,3 | 47,6                             | (84,3)           | (0)               | 1.043         |

A Receita Homologada Líquida (de PIS e COFINS) total apresenta a composição abaixo, conforme a abertura da RAP dos Contratos de Concessão prorrogado nº 055/2001 (CPFL-T)

e dos Contratos Licitados nº 080/2002 (CPFL-T LT Presidente Médici – Pelotas 3), nº 003/2013 (Piracicaba), nº 006/2015 (Morro Agudo), nº 020/2018 (Maracanaú), nº 005/2019 (Sul I), nº 011/2019 (Sul II), nº 001/2011 (TESB) e nº 004/2021 (CPFL-T SE Cachoeirinha 3):

| Contrato | Projeto      | RBSE  | RBNI  | RBL  | Parcela de Ajuste | Total 2025* | Total 2024* |
|----------|--------------|-------|-------|------|-------------------|-------------|-------------|
| 055/2001 | CPFL-T       | 745,3 | 298,0 | -    | (0,0)             | 1.043,3     | 856,0       |
| 001/2011 | TESB         | -     | 4,3   | 44,1 | (4,2)             | 44,1        | 43,2        |
| 003/2013 | PIRACICABA   | -     | -     | 17,5 | (0,4)             | 17,1        | 17,0        |
| 006/2015 | MORRO AGUDO  | -     | -     | 19,7 | (0,2)             | 19,5        | 19,6        |
| 020/2018 | MARACANAÚ    | -     | -     | 11,6 | (0,1)             | 11,5        | 11,0        |
| 005/2019 | CPFL SUL I   | -     | -     | 37,8 | (1,3)             | 36,5        | 34,4        |
| 011/2019 | CPFL SUL II  | -     | -     | 48,5 | (2,3)             | 46,2        | 43,7        |
| 004/2021 | CACHOEIRINHA | -     | -     | 12,6 | (0,7)             | 11,9        | 11,7        |
| 080/2002 | CPFL-T       | -     | -     | 22,9 | (0,7)             | 22,2        | 20,4        |

Em 10 de junho de 2025, a ANEEL deliberou sobre o pleito interposto por algumas associações que representam os agentes de mercado, pleito este que tratava dos cálculos realizados e homologados anteriormente pela ANEEL para fins de pagamento do componente financeiro da RBSE, reperfilado e homologado (de acordo com a REH ANEEL nº 2.851/2021) a partir do ciclo 2021-2022. Como resultado da deliberação, a ANEEL concluiu a discussão administrativa da RBSE e publicou a REH nº 3.464/2025. Em decorrência dessa decisão, a CPFL Transmissão reconheceu um ajuste de remensuração no valor de R\$ 150 milhões.

### 3) Desempenho Operacional

A CPFL Transmissão demonstrou um ótimo desempenho técnico-operacional ao longo de 2025, com melhora expressiva nos indicadores operacionais.

#### Energia Não Suprida (“ENS”)

O indicador de ENS consiste na análise do quantitativo da energia interrompida por indisponibilidade de ativos de transmissão e, portanto, constata o impacto efetivo da indisponibilidade para a sociedade. Em 2025, o ENS totalizou 717,19 MWh, comparado a 901,37 MWh em 2024, representando uma redução de 20,4%. Esse resultado decorre do melhor desempenho operacional ao longo do ano, associado à menor ocorrência de eventos de indisponibilidade no período.

#### Parcela Variável (“PV”) Descontada

A PV Descontada consiste na relação percentual dos descontos de PV efetivados sobre a base do Faturamento Mensal da Transmissora. Tais dados são disponibilizados mensalmente pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico (“ONS”).

Em 2025, a PV Descontada foi de 1,052%, comparado a 0,635% em 2024 e 1,223% em 2023. Em relação a 2024, houve aumento de 65,7%. Em relação a 2023, houve redução de 14,0%. Destaca-se que o resultado de 2024 foi positivamente influenciado por devoluções de descontos aplicados em exercícios anteriores, o que reduz a comparabilidade direta com 2025. Por outro lado, o ano de 2025 refletiu descontos associados a eventos ocorridos no segundo semestre de 2024.

Dessa forma, para fins de análise, 2025 é mais bem comparado a 2023. Nesse recorte, observa-se uma evolução do indicador, em linha com o ótimo desempenho dos indicadores operacionais em 2025.

#### 4) Desempenho Econômico-Financeiro

##### Receita operacional

A receita operacional bruta foi de R\$ 2.312 milhões, representando um aumento de 0,7% (R\$ 16 milhões), devido principalmente ao aumento de 6,6% (R\$ 84 milhões) em outras receitas; parcialmente compensando pela redução de 6,6% (R\$ 68 milhões) na receita de construção.

As deduções da receita operacional foram de R\$ 205 milhões, apresentando uma redução de 11,2% (R\$ 26 milhões). Logo, a receita operacional líquida foi de R\$ 2.107 milhões, um aumento de 2,0% (R\$ 41 milhões).

##### Geração operacional de caixa (EBITDA)

A geração operacional de caixa, medida pelo EBITDA, atingiu R\$ 882 milhões, uma redução de 11,7% (R\$ 117 milhões), devido às seguintes variações: (i) aumento de 15,6% (R\$ 109 milhões) nos custos de construção; (ii) redução de 27,3% na equivalência patrimonial; e (iii) aumento de 12,5% (R\$ 47 milhões) no PMSO (despesas com pessoal, material, serviços de terceiros, outros custos/despesas operacionais e entidade de previdência privada). A variação no PMSO deve-se aos seguintes fatores:

- └ Redução de 3,7% (R\$ 5 milhões) nas despesas com pessoal;
- └ Redução de 45,7% (R\$ 33 milhões) em entidade de previdência privada;
- └ Redução de 1,2% (R\$ 0,1 milhão) nas despesas com material;
- └ Redução de 5,4% (R\$ 5 milhões) nas despesas com serviços de terceiros;
- └ Aumento de 156,3% (R\$ 91 milhões) em outros custos/despesas operacionais.

Estes efeitos foram parcialmente compensados pelo aumento de 2,0% (R\$ 41 milhões) na receita operacional.

#### Conciliação EBITDA e Lucro Líquido

|                           | 2025           | 2024           |
|---------------------------|----------------|----------------|
| <b>Lucro Líquido</b>      | <b>318.727</b> | <b>517.859</b> |
| Depreciação e Amortização | 8.128          | 5.138          |
| Resultado Financeiro      | 480.300        | 295.209        |
| Imposto de Renda          | 54.033         | 131.569        |
| Contribuição Social       | 20.741         | 48.815         |
| <b>EBITDA</b>             | <b>881.929</b> | <b>998.590</b> |

\*Conforme Resolução CVM nº 156/22.

##### Lucro líquido

Em 2025, o lucro líquido atingiu R\$ 319 milhões, uma redução de 38,5% (R\$ 199 milhões), devido às seguintes variações: (i) aumento de 62,7% (R\$ 185 milhões) nas despesas financeiras líquidas; (ii) redução de 11,7% (R\$ 117 milhões) no EBITDA; e (iii) aumento de 58,2% (R\$ 3 milhões) na depreciação. Estes efeitos foram parcialmente compensados pela

redução de 58,5% (R\$ 106 milhões) nas contas de imposto de renda e contribuição social.

### Endividamento

No final de 2025, a dívida financeira (incluindo derivativos) da Companhia atingiu R\$ 3.401 milhões, apresentando um aumento de 2,5%.

## 5) Investimentos

Em 2025, foram realizados investimentos de R\$ 804 milhões, para a manutenção e expansão do negócio.

A principal oportunidade de alocação de capital da CPFL Transmissão no momento é por meio de projetos de reforços e melhorias na concessão renovada. Estes investimentos dependem de Resoluções Autorizativas da ANEEL.

## 6) Aspectos ESG (Ambientais, Sociais e de Governança)

A CPFL Transmissão desenvolve iniciativas que buscam gerar valor para a empresa e os públicos de relacionamento, de forma a garantir competitividade, com excelência nas operações, e contribuir com o desenvolvimento sustentável das áreas de abrangência. Alinhada ao Plano Estratégico do Grupo CPFL, a estratégia de sustentabilidade/ESG é incorporada aos processos decisórios, ações e investimentos, conforme destaques a seguir.

**Plano ESG 2030:** aprovado em 2022 como uma evolução do Plano de Sustentabilidade 2020-2024, traz diretrizes e estratégias organizadas em três pilares: Negócios de baixo carbono e segurança energética, Operações inteligentes e sustentáveis e Geração de valor compartilhado com a sociedade. O plano se desdobra atualmente em 18 compromissos públicos norteados pelos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) das Nações Unidas.

**Monitoramento dos compromissos do Plano ESG 2030:** ferramenta de gestão do desempenho em sustentabilidade sob a perspectiva dos principais públicos de relacionamento, com indicadores e metas alinhados ao Plano Estratégico e ao Plano ESG 2030.

**Comitê de Sustentabilidade:** instância da diretoria executiva responsável por monitorar a execução da estratégia ESG, avaliar e recomendar a inclusão de critérios e diretrizes de sustentabilidade em processos decisórios, monitorar tendências e temas críticos para a empresa.

**Mudanças do Clima:** estamos comprometidos com a transição para uma economia de baixo carbono e enfrentamos o desafio das mudanças climáticas com senso de urgência, responsabilidade e determinação. Mais informações em: <https://ri.cpfl.com.br/> > Estratégia de Sustentabilidade > Mudanças Climáticas.

**Gestão de Recursos Humanos:** Em 2025, treinamos 588 colaboradores. Foram 27,7 mil horas treinadas.

**Rede de Valor:** Em 2025, foram realizados 3 encontros da Rede de Valor, dos quais 2 ocorreram em formato online e 1 em formato híbrido. Os temas abordados foram: Cenário Macroeconômico e Planejamento Estratégico CPFL, Impactos dos eventos climáticos extremos na cadeia de valor do setor elétrico e Ética e Integridade na Cadeia de Suprimentos, Saúde e Segurança do Trabalho na cadeia de valor e subcontratadas. No geral, contamos com a participação de 129 fornecedores.

**Relacionamento com a Comunidade:** entre as ações que visam contribuir para o desenvolvimento das comunidades em que a CPFL Transmissão atua, em 2025 destacam-

se: **(i) CPFL Jovem Geração:** foram executados projetos de transformação social através da cultura e esporte focando na redução dos níveis de vulnerabilidade social, beneficiando 1.400 crianças e jovens. **(ii) CPFL nos Hospitais:** foram executados projetos de melhorias na infraestrutura hospitalar, pesquisas oncológicas e humanização hospitalar, beneficiando mais de 106 mil pessoas; **(iii) Circuito CPFL:** através da frente Circuito CPFL, levamos cinema movido a energia solar, beneficiando 555 espectadores; **(iv) CPFL Intercâmbio Brasil-China:** Em 2025, a frente Intercâmbio Brasil><China impactou mais de 1,6 milhões de pessoas. Essa edição contou com uma exposição de arte chinesa, espetáculo de dança, um festival cultural, publicações de livros, concertos de música e dois encontros especiais do café filosófico CPFL, além do lançamento de uma série documental na TV Cultura, uma playlist de música no Spotify e um canal exclusivo no YouTube; **(v) Café Filosófico CPFL:** Com nossa frente Café Filosófico CPFL, em 2025, realizamos 32 gravações em nosso estúdio e 1 gravação especial comemorativa em Jundiaí/SP. Ao todo, ao longo de 2025, foram 143 exibições do programa na TV Cultura e 18 milhões de pessoas impactadas digitalmente.

**Programa de Integridade e Gestão do Canal de Ética:** o Programa de Integridade do Grupo CPFL formaliza o compromisso com a ética e a integridade, valores que orientam as decisões, as relações e os negócios. A integridade é um dos valores do Grupo CPFL, posicionada no centro do Nosso Jeito de Ser, refletindo a sua relevância estratégica na cultura.

O Programa está estruturado em 4 dimensões interdependentes, que sustentam seu aprimoramento contínuo e evidenciam o apoio da alta administração, contando ainda com o apoio e a atuação próxima das áreas de negócio para sua efetiva implementação: (i) desenvolvimento, orientação e revisão de normas, com destaque para o Código de Conduta Ética e a Política Anticorrupção; (ii) treinamentos, ações de comunicação, campanhas de sensibilização e engajamento para públicos internos e externos; (iii) avaliações de conflito de interesse, diligências e outros processos de avaliação de riscos; e (iv) monitoramento de indicadores, avaliações supervisionadas pelo Comitê de Ética e Conduta Empresarial (COMET) e reporte dos resultados do Programa de Integridade aos fóruns executivos. O Programa conta, ainda, com um canal de ética externo e independente, assegurando o sigilo, anonimato e não retaliação do denunciante de boa-fé, bem como com um processo estruturado de apuração de registros éticos.

Dentre as ações executadas em 2025, destaca-se a recertificação da ISO 37001 do Sistema de Gestão Antissuborno e Anticorrupção da Companhia que atesta o alto padrão de governança e transparência com que o Grupo CPFL conduz suas atividades. Adicionalmente, o Grupo realizou a adesão voluntária ao Pacto Brasil pela Integridade Empresarial e ao Movimento Transparência 100%, iniciativas da Controladoria Geral da União (CGU), reforçando o alinhamento às melhores práticas de governança, mitigação de riscos e fortalecimento da cultura ética. No âmbito normativo, houve a revisão da cláusula anticorrupção padrão dos contratos da Companhia, com o objetivo de promover atualizações alinhadas às melhores práticas de mercado. O Programa também foi sustentado por um robusto plano de treinamentos ao longo de 2025, com marco relevantes como: Celebração do dia da integridade, pela primeira vez na cidade de Sorocaba/SP e com a presença do jornalista Caco Barcelos; treinamento de integridade para a alta administração ministrado pelo advogado e professor Dr. Carlos Ayres; treinamento para fornecedores no fórum Rede de Valor, em parceria com a Diretoria de Suprimentos e ações focadas em liderança e público operacional sobre a Cultura Ética e Canal de Ética, nas quais reforçamos temas importantes como: política anticorrupção, assédio moral e tratamento desrespeitoso, Assédio sexual e importunação sexual, conflito de interesses. Em 2025, o Grupo CPFL realizou a migração da plataforma do Canal de Ética para a Aliant, fortalecendo a gestão do processo de ética e assegurando independência e confiabilidade.

7) Programa CPFL +Diversa

O Programa CPFL +Diversa reforça nosso compromisso com a construção de um ambiente de trabalho cada vez mais diverso, inclusivo e equitativo. Nosso propósito é avançar continuamente na consolidação de práticas de gestão que promovam respeito, pertencimento e oportunidades para que todas as pessoas possam prosperar. Para mais informações, acesse a nossa Norma de Diversidade, Equidade e Inclusão no site de Relacionamento com Investidores: [www.cpfl.com.br/ri](http://www.cpfl.com.br/ri) > Governança Corporativa > Estatutos Sociais, Códigos e Políticas > Códigos, Políticas e Regimentos > Diversidade, Equidade e Inclusão.

Em conformidade com a Lei Federal nº 15.177/2025, informamos:

I - Quantidade e proporção de mulheres contratadas por níveis hierárquicos.

| Composição níveis por gênero |         |          |         |          |
|------------------------------|---------|----------|---------|----------|
|                              | 2025    |          | 2024    |          |
|                              | Homens  | Mulheres | Homens  | Mulheres |
| Diretoria                    | 100,00% | 0,00%    | 100,00% | 0,00%    |
| Gerência                     | 100,00% | 0,00%    | 87,50%  | 12,50%   |
| Chefia/Coordenação           | 75,00%  | 25,00%   | 75,76%  | 24,24%   |
| Técnica/Supervisão           | 0,00%   | 0,00%    | 33,33%  | 66,67%   |
| Administrativo               | 51,85%  | 48,15%   | 46,67%  | 53,33%   |
| Operacional                  | 91,49%  | 8,51%    | 92,06%  | 7,94%    |
| Estagiários                  | 71,43%  | 28,57%   | 70,00%  | 30,00%   |

II – Quantidade e proporção de mulheres que ocupam cargos de administração.

| Diversidade no Conselho de Administração |      |      |
|------------------------------------------|------|------|
|                                          | 2025 | 2024 |
| Homens                                   | 100% | 100% |
| Mulheres                                 | 0%   | 0%   |

III – Demonstrativo da remuneração fixa, variável e eventual, segregada por sexo, relativa a cargos ou funções similares.

| Proporção da remuneração das mulheres em relação à dos homens |              |                   |              |                   |
|---------------------------------------------------------------|--------------|-------------------|--------------|-------------------|
|                                                               | 2025         |                   | 2024         |                   |
|                                                               | Salário-base | Remuneração total | Salário-base | Remuneração total |
| Diretoria                                                     | 0,00%        | 0,00%             | 0,00%        | 0,00%             |
| Gerência                                                      | 0,00%        | 0,00%             | 78,08%       | 95,17%            |
| Chefia/Coordenação                                            | 101,99%      | 98,84%            | 107,69%      | 89,80%            |
| Técnica/Supervisão                                            | 0,00%        | 0,00%             | 71,32%       | 71,11%            |
| Administrativo                                                | 76,78%       | 63,18%            | 73,84%       | 72,35%            |
| Operacional                                                   | 108,15%      | 92,22%            | 104,82%      | 86,87%            |
| Estagiários                                                   | 90,31%       | 79,86%            | 0,00%        | 112,67%           |

## 8) Auditores Independentes

A PriceWaterHouseCoopers Auditores Independentes (“PwC”) foi contratada pela CPFL Transmissão para a prestação de serviços de auditoria externa relacionados aos exames das demonstrações financeiras da Companhia.

Referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, a PwC prestou, além dos serviços de auditoria das demonstrações financeiras societárias e regulatórias, e de revisão das informações intermediárias, os seguintes serviços:

---

### Natureza

---

Serviços de compliance tributário - Escrituração Contábil-Fiscal (ECF)

Revisão da ECD Contábil do ano calendário

Auditoria do RCP (Relatório de Controle Patrimonial)

---

A contratação dos auditores independentes, conforme estatuto social, é recomendada pelo Conselho Fiscal da controladora CPFL Energia e compete ao Conselho de Administração deliberar sobre a seleção ou destituição dos auditores independentes.

Em linha com o previsto pela Resolução CVM 162/22, a administração possui políticas e controles que tratam, dentre outros assuntos, sobre o porte da empresa de auditoria a ser contratada para fins de auditoria das demonstrações financeiras e sobre as regras de contratação de fornecedores para serviços de auditoria e “extra-auditoria”. Tal política, dentre outros motivos, tem como objetivo evitar a existência de conflitos de interesse, perda de independência ou objetividade de seus auditores independentes. Ademais, a PwC declarou à Administração que, em razão do escopo e dos processos executados, a prestação dos serviços supramencionados não afeta a independência e a objetividade necessárias ao desempenho dos serviços de auditoria externa.

## 9) Agradecimentos

A Administração da CPFL Transmissão agradece aos seus acionistas, clientes, fornecedores e comunidades da sua área de atuação e de suas empresas controladas, pela confiança depositada na Companhia no ano de 2025. Agradece, ainda, de forma especial, aos seus colaboradores pela competência e dedicação para o cumprimento dos objetivos e metas estabelecidos.

**A Administração.**

**Ricardo Fernando Ferreira**  
**Gerente de Serviços Financeiros**  
**CRC 1SP 321353/O-4**

Para mais informações sobre o desempenho desta e de outras empresas do Grupo CPFL Energia, acesse o endereço [www.cpfl.com.br/ri](http://www.cpfl.com.br/ri).

**CPFL TRANSMISSÃO S.A.**

**Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2025 e 2024**  
(em milhares de reais)

| ATIVO                                              | Nota<br>Explicativa | Controladora |            | Consolidado |            |
|----------------------------------------------------|---------------------|--------------|------------|-------------|------------|
|                                                    |                     | 31/12/2025   | 31/12/2024 | 31/12/2025  | 31/12/2024 |
| Circulante                                         |                     |              |            |             |            |
| Caixa e equivalentes de caixa                      | 5                   | 58.676       | 126.651    | 92.641      | 182.133    |
| Títulos e valores mobiliários                      | 6                   | 29.678       | 51.327     | 42.242      | 138.613    |
| Concessionárias e permissionárias                  | 7                   | 128.481      | 116.538    | 137.527     | 128.027    |
| Estoques                                           |                     | 90.630       | 72.218     | 92.128      | 74.024     |
| Dividendo e juros sobre o capital próprio          |                     | 7.860        | 16.049     | 188         | 90         |
| Imposto de renda e contribuição social a compensar | 8                   | 30.297       | 30.231     | 30.319      | 30.276     |
| Outros tributos a compensar                        | 8                   | 28.240       | 15.723     | 29.041      | 17.908     |
| Derivativos                                        | 29                  | -            | 92.573     | -           | 92.573     |
| Ativo contratual                                   | 10                  | 708.983      | 615.045    | 839.082     | 736.273    |
| Outros ativos                                      | 9                   | 89.260       | 89.172     | 92.897      | 90.080     |
| Total do circulante                                |                     | 1.172.106    | 1.225.528  | 1.356.066   | 1.489.996  |
| Não circulante                                     |                     |              |            |             |            |
| Depósitos judiciais                                | 18                  | 215.374      | 183.243    | 257.771     | 222.023    |
| Outros tributos a compensar                        | 8                   | -            | -          | 2.033       | 1.190      |
| Derivativos                                        | 29                  | 89.069       | 23.297     | 89.069      | 23.297     |
| Outros ativos                                      | 9                   | 11.568       | 13.465     | 11.984      | 14.243     |
| Investimentos                                      | 11                  | 1.461.885    | 1.507.899  | 18.647      | 21.779     |
| Imobilizado                                        | 12                  | 172.982      | 144.690    | 174.012     | 144.743    |
| Ativo contratual                                   | 10                  | 5.288.981    | 4.526.268  | 6.701.099   | 5.892.253  |
| Intangível                                         |                     | 14.240       | 9.009      | 14.542      | 9.311      |
| Total do não circulante                            |                     | 7.254.099    | 6.407.870  | 7.269.157   | 6.328.836  |
| Total do ativo                                     |                     | 8.426.205    | 7.633.398  | 8.625.223   | 7.818.832  |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**CPFL TRANSMISSÃO S.A.**

**Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2025 e 2024**  
(em milhares de reais)

| PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO                                  | Nota<br>Explicativa | Controladora     |                  | Consolidado      |                  |
|---------------------------------------------------------------|---------------------|------------------|------------------|------------------|------------------|
|                                                               |                     | 31/12/2025       | 31/12/2024       | 31/12/2025       | 31/12/2024       |
| <b>Circulante</b>                                             |                     |                  |                  |                  |                  |
| Fornecedores                                                  | 13                  | 153.433          | 137.287          | 161.066          | 145.922          |
| Empréstimos e financiamentos                                  | 15                  | -                | 515.566          | 1.811            | 517.241          |
| Debêntures                                                    | 16                  | 43.841           | 29.767           | 43.841           | 29.767           |
| Entidade de previdência privada                               | 17                  | 38.846           | 85.221           | 38.846           | 85.221           |
| Imposto de renda e contribuição social a recolher             | 14                  | 52.264           | -                | 55.579           | 4.516            |
| Outros impostos, taxas e contribuições a recolher             | 14                  | 14.931           | 17.357           | 16.161           | 18.428           |
| Dividendos                                                    |                     | 35.703           | 117.205          | 35.859           | 117.530          |
| Outras contas a pagar                                         | 19                  | 195.523          | 204.254          | 211.653          | 207.834          |
| <b>Total do circulante</b>                                    |                     | <b>534.540</b>   | <b>1.106.657</b> | <b>564.817</b>   | <b>1.126.458</b> |
| <b>Não circulante</b>                                         |                     |                  |                  |                  |                  |
| Empréstimos e financiamentos                                  | 15                  | 427              | -                | 35.068           | 36.365           |
| Debêntures                                                    | 16                  | 3.336.155        | 2.780.596        | 3.336.155        | 2.780.596        |
| Entidade de previdência privada                               | 17                  | 392.701          | 303.209          | 392.701          | 303.209          |
| Outros impostos, taxas e contribuições a recolher             | 14                  | -                | -                | 2.464            | 4.181            |
| Débitos fiscais diferidos                                     | 20                  | 33.695           | 138.442          | 125.334          | 226.779          |
| Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas          | 18                  | 513.935          | 370.682          | 542.287          | 395.465          |
| Derivativos                                                   | 29                  | 73.030           | 68.424           | 73.030           | 68.424           |
| Outras contas a pagar                                         | 19                  | 44.434           | 40.305           | 49.582           | 45.336           |
| <b>Total do não circulante</b>                                |                     | <b>4.394.377</b> | <b>3.701.658</b> | <b>4.556.621</b> | <b>3.860.354</b> |
| <b>Patrimônio líquido</b>                                     | 21                  |                  |                  |                  |                  |
| Capital social                                                |                     | 2.707.070        | 1.577.763        | 2.707.070        | 1.577.763        |
| Reserva de capital                                            |                     | 584.536          | 517.341          | 584.536          | 517.341          |
| Reserva de lucros                                             |                     | 366.606          | 815.749          | 366.606          | 815.749          |
| Dividendos                                                    |                     | 229.054          | 178.210          | 229.054          | 178.210          |
| Resultado abrangente acumulado                                |                     | (389.979)        | (263.981)        | (389.979)        | (263.981)        |
|                                                               |                     | <b>3.497.288</b> | <b>2.825.082</b> | <b>3.497.288</b> | <b>2.825.082</b> |
| Patrimônio líquido atribuído aos acionistas não controladores |                     | -                | -                | 6.498            | 6.937            |
| <b>Total do patrimônio líquido</b>                            |                     | <b>3.497.288</b> | <b>2.825.082</b> | <b>3.503.786</b> | <b>2.832.020</b> |
| <b>Total do passivo e do patrimônio líquido</b>               |                     | <b>8.426.205</b> | <b>7.633.398</b> | <b>8.625.223</b> | <b>7.818.832</b> |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**CPFL TRANSMISSÃO S.A.**

**Demonstrações dos resultados para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024**  
(em milhares de reais, exceto para o lucro por ação)

|                                                                     | Nota<br>Explicativa | Controladora     |                  | Consolidado      |                  |
|---------------------------------------------------------------------|---------------------|------------------|------------------|------------------|------------------|
|                                                                     |                     | 2025             | 2024             | 2025             | 2024             |
| <b>Receita operacional líquida</b>                                  | <b>23</b>           | <b>1.894.486</b> | <b>1.895.415</b> | <b>2.106.957</b> | <b>2.065.572</b> |
| Custos com operação                                                 | <b>24</b>           | (191.090)        | (233.017)        | (192.375)        | (235.647)        |
| Depreciação e amortização                                           |                     | (8.009)          | (4.920)          | (8.009)          | (4.920)          |
| Outros custos com operação                                          |                     | (183.081)        | (228.097)        | (184.366)        | (230.727)        |
| Custo com serviço prestado a terceiros                              | <b>24</b>           | (797.766)        | (711.821)        | (807.457)        | (698.379)        |
| <b>Lucro operacional bruto</b>                                      |                     | <b>905.630</b>   | <b>950.577</b>   | <b>1.107.125</b> | <b>1.131.546</b> |
| <b>Despesas operacionais</b>                                        |                     |                  |                  |                  |                  |
| <b>Despesas com vendas</b>                                          | <b>24</b>           | <b>(13.032)</b>  | <b>(8.619)</b>   | <b>(15.484)</b>  | <b>(10.343)</b>  |
| Provisão para créditos de liquidação duvidosa                       |                     | (13.032)         | (8.619)          | (14.944)         | (9.996)          |
| Outras despesas com vendas                                          |                     | -                | -                | (539)            | (347)            |
| Despesas gerais e administrativas                                   | <b>24</b>           | (214.734)        | (135.602)        | (230.665)        | (146.604)        |
| Depreciação e amortização                                           |                     | (114)            | (214)            | (119)            | (218)            |
| Outras despesas gerais e administrativas                            |                     | (214.620)        | (135.388)        | (230.546)        | (146.386)        |
| Outras despesas operacionais                                        | <b>24</b>           | 7.775            | 11.765           | 7.719            | 11.831           |
| <b>Resultado do serviço</b>                                         |                     | <b>685.639</b>   | <b>818.122</b>   | <b>868.695</b>   | <b>986.430</b>   |
| <b>Resultado de participações societárias</b>                       | <b>11</b>           | <b>187.014</b>   | <b>177.194</b>   | <b>5.104</b>     | <b>7.022</b>     |
| <b>Resultado financeiro</b>                                         | <b>25</b>           |                  |                  |                  |                  |
| Receitas financeiras                                                |                     | 36.734           | 50.142           | 54.704           | 75.456           |
| Despesas financeiras                                                |                     | (530.025)        | (366.495)        | (535.004)        | (370.665)        |
|                                                                     |                     | <b>(493.291)</b> | <b>(316.352)</b> | <b>(480.299)</b> | <b>(295.209)</b> |
| <b>Lucro antes dos tributos</b>                                     |                     | <b>379.362</b>   | <b>678.963</b>   | <b>393.499</b>   | <b>698.243</b>   |
| Contribuição social                                                 | <b>20</b>           | (16.513)         | (43.318)         | (20.741)         | (48.815)         |
| Imposto de renda                                                    | <b>20</b>           | (44.823)         | (119.306)        | (54.033)         | (131.569)        |
|                                                                     |                     | <b>(61.336)</b>  | <b>(162.624)</b> | <b>(74.775)</b>  | <b>(180.384)</b> |
| <b>Lucro líquido do exercício</b>                                   |                     | <b>318.026</b>   | <b>516.339</b>   | <b>318.725</b>   | <b>517.859</b>   |
|                                                                     |                     |                  |                  |                  |                  |
| Lucro (Prejuízo) líquido atribuído aos acionistas controladores     |                     |                  |                  | 318.026          | 516.339          |
| Lucro (Prejuízo) líquido atribuído aos acionistas não controladores |                     |                  |                  | 698              | 1.519            |
| Lucro por ação – R\$                                                |                     |                  |                  |                  |                  |
| Lucro líquido básico e diluído por ação ordinária - R\$             |                     | 11,94            | 33,48            | 11,94            | 33,58            |
| Lucro líquido básico e diluído por ação preferencial - R\$          |                     | 151,79           | 33,48            | 151,79           | 33,58            |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES

**CPFL TRANSMISSÃO S.A.**

**Demonstrações dos resultados abrangentes para os para os exercícios findos em 31 de dezembro 2025 e 2024**  
(em milhares de reais)

|                                                                                        | <b>Controladora</b> |                |
|----------------------------------------------------------------------------------------|---------------------|----------------|
|                                                                                        | <b>2025</b>         | <b>2024</b>    |
| <b>Lucro líquido do exercício</b>                                                      | <b>318.026</b>      | <b>516.339</b> |
| <b>Outros resultados abrangentes</b>                                                   | <b>(125.998)</b>    | <b>338.014</b> |
| - Ganhos (Perdas) Atuariais                                                            | (125.865)           | (341.903)      |
| - Variação líquida no valor justo por meio de outros resultados abrangentes            | (203)               | (5.892)        |
| - Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos sobre Outros Resultados Abrangentes | 69                  | 2.003          |
| <b>Resultado abrangente do exercício</b>                                               | <b>192.028</b>      | <b>854.353</b> |
|                                                                                        |                     |                |
|                                                                                        | <b>Consolidado</b>  |                |
|                                                                                        | <b>2025</b>         | <b>2024</b>    |
| <b>Lucro líquido do exercício</b>                                                      | <b>318.725</b>      | <b>517.859</b> |
| <b>Outros resultados abrangentes</b>                                                   | <b>(125.998)</b>    | <b>338.014</b> |
| - Ganhos (Perdas) Atuariais                                                            | (125.865)           | 341.903        |
| - Variação líquida no valor justo por meio de outros resultados abrangentes            | (203)               | (5.892)        |
| - Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos sobre Outros Resultados Abrangentes | 69                  | 2.003          |
| <b>Resultado abrangente do exercício</b>                                               | <b>192.727</b>      | <b>855.873</b> |
|                                                                                        |                     |                |
| Atribuído ao Acionista da Companhia Controladora                                       | 192.028             | 854.353        |
| Atribuído ao Acionista Não Controlador                                                 | 698                 | 1.519          |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

**CPFL TRANSMISSÃO S.A.**

**Demonstrações das mutações do patrimônio líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024**  
(em milhares de reais)

|                                                                                      | Capital Social   | Reserva de capital | Reserva de Lucro         |                |                                       |                | Lucros Acumulados | Resultado abrangente acumulado | Total            | Participação dos Não Controladores | Total            |
|--------------------------------------------------------------------------------------|------------------|--------------------|--------------------------|----------------|---------------------------------------|----------------|-------------------|--------------------------------|------------------|------------------------------------|------------------|
|                                                                                      |                  |                    | Reserva Lucro a realizar | Reserva Legal  | Reserva de Reforço de Capital de Giro | Dividendos     |                   |                                |                  |                                    |                  |
| <b>Saldos em 31 de dezembro de 2024</b>                                              | <b>1.577.763</b> | <b>517.341</b>     | <b>318.601</b>           | <b>142.780</b> | <b>354.367</b>                        | <b>178.210</b> | -                 | <b>(263.981)</b>               | <b>2.825.082</b> | <b>6.938</b>                       | <b>2.832.020</b> |
| <b>Resultado abrangente total</b>                                                    | -                | -                  | -                        | -              | -                                     | -              | <b>318.026</b>    | <b>(125.998)</b>               | <b>192.028</b>   | <b>698</b>                         | <b>192.726</b>   |
| Lucro líquido do período                                                             | -                | -                  | -                        | -              | -                                     | -              | 318.026           | -                              | 318.026          | 698                                | 318.724          |
| Variação valor justo por meio de outros resultados abrangentes, líquido de impostos  | -                | -                  | -                        | -              | -                                     | -              | -                 | (203)                          | (203)            | -                                  | (203)            |
| Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos sobre Outros Resultados Abrangentes | -                | -                  | -                        | -              | -                                     | -              | -                 | 69                             | 69               | -                                  | 69               |
| Ganhos (Perdas) atuariais                                                            | -                | -                  | -                        | -              | -                                     | -              | -                 | (125.864)                      | (125.864)        | -                                  | (125.864)        |
| <b>Mutação internas do patrimônio líquido</b>                                        | -                | <b>67.195</b>      | -                        | <b>15.901</b>  | -                                     | -              | <b>(15.901)</b>   | -                              | <b>67.195</b>    | -                                  | <b>67.195</b>    |
| Outras Movimentações                                                                 | -                | 67.195             | -                        | -              | -                                     | -              | -                 | -                              | 67.195           | -                                  | 67.195           |
| Constituição de reserva legal                                                        | -                | -                  | -                        | 15.901         | -                                     | -              | (15.901)          | -                              | -                | -                                  | -                |
| <b>Transações de capital com os acionistas</b>                                       | <b>1.129.307</b> | -                  | <b>(110.676)</b>         | -              | <b>(354.367)</b>                      | <b>50.844</b>  | <b>(302.125)</b>  | -                              | <b>412.982</b>   | <b>(1.138)</b>                     | <b>411.844</b>   |
| Aprovação da proposta de dividendos                                                  | -                | -                  | (110.676)                | -              | (354.367)                             | (178.210)      | -                 | -                              | (643.254)        | (982)                              | (644.236)        |
| Dividendos Intermediário                                                             | -                | -                  | -                        | -              | -                                     | -              | (40.000)          | -                              | (40.000)         | -                                  | (40.000)         |
| Dividendos Prescritos                                                                | -                | -                  | -                        | -              | -                                     | -              | 2.461             | -                              | 2.461            | -                                  | 2.461            |
| Aumento (Redução) de capital                                                         | 1.129.307        | -                  | -                        | -              | -                                     | -              | -                 | -                              | 1.129.307        | -                                  | 1.129.307        |
| Dividendo adicional proposto                                                         | -                | -                  | -                        | -              | -                                     | 229.054        | (229.054)         | -                              | -                | -                                  | -                |
| Dividendo mínimo obrigatório                                                         | -                | -                  | -                        | -              | -                                     | -              | (35.531)          | -                              | (35.531)         | (156)                              | (35.687)         |
| <b>Saldos em 31 de dezembro de 2025</b>                                              | <b>2.707.070</b> | <b>584.536</b>     | <b>207.925</b>           | <b>158.681</b> | -                                     | <b>229.054</b> | -                 | <b>(389.979)</b>               | <b>3.497.288</b> | <b>6.498</b>                       | <b>3.503.786</b> |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

**CPFL TRANSMISSÃO S.A.**

**Demonstrações das mutações do patrimônio líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024**  
(em milhares de reais)

|                                                                                      | Capital Social   | Reserva de capital | Reserva de Lucro         |                |                                     | Dividendos       | Lucros Acumulados | Resultado abrangente acumulado | Total            | Participação dos Não Controladores | Total            |
|--------------------------------------------------------------------------------------|------------------|--------------------|--------------------------|----------------|-------------------------------------|------------------|-------------------|--------------------------------|------------------|------------------------------------|------------------|
|                                                                                      |                  |                    | Reserva Lucro a realizar | Reserva Legal  | Reserva Dividendos não Distribuídos |                  |                   |                                |                  |                                    |                  |
| <b>Saldos em 31 de dezembro de 2023</b>                                              | <b>981.343</b>   | <b>(17.293)</b>    | <b>109.601</b>           | <b>142.780</b> | <b>354.367</b>                      | <b>368.008</b>   | <b>-</b>          | <b>(601.994)</b>               | <b>1.336.812</b> | <b>9.050</b>                       | <b>1.345.862</b> |
| <b>Resultado abrangente total</b>                                                    | -                | -                  | -                        | -              | -                                   | -                | <b>516.339</b>    | <b>338.014</b>                 | <b>854.353</b>   | <b>1.519</b>                       | <b>855.872</b>   |
| Lucro líquido do período                                                             | -                | -                  | -                        | -              | -                                   | -                | 516.339           | -                              | 516.339          | 1.519                              | 517.858          |
| Variação valor justo por meio de outros resultados abrangentes, líquido de impostos  | -                | -                  | -                        | -              | -                                   | -                | -                 | (5.892)                        | (5.892)          | -                                  | (5.892)          |
| Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos sobre Outros Resultados Abrangentes | -                | -                  | -                        | -              | -                                   | -                | -                 | 2.003                          | 2.003            | -                                  | 2.003            |
| Ganhos (perdas) atuariais                                                            | -                | -                  | -                        | -              | -                                   | -                | -                 | 341.903                        | 341.903          | -                                  | 341.903          |
| <b>Mutação internas do patrimônio líquido</b>                                        | -                | -                  | <b>209.000</b>           | -              | -                                   | -                | <b>(209.000)</b>  | -                              | -                | -                                  | -                |
| Constituição de reserva de lucro a realizar                                          | -                | -                  | 209.000                  | -              | -                                   | -                | (209.000)         | -                              | -                | -                                  | -                |
| <b>Transações de capital com os acionistas</b>                                       | <b>596.421</b>   | <b>534.634</b>     | -                        | -              | -                                   | <b>(189.798)</b> | <b>(307.339)</b>  | -                              | <b>633.917</b>   | <b>(3.631)</b>                     | <b>630.286</b>   |
| Juros sobre capital próprio - AGE 27/02/2024                                         | -                | -                  | -                        | -              | -                                   | -                | (17.097)          | -                              | (17.097)         | -                                  | (17.097)         |
| Incorporação do acervo                                                               | 20.395           | 533.517            | -                        | -              | -                                   | -                | 11.964            | -                              | 565.877          | -                                  | 565.877          |
| Reestruturação Societária                                                            | 576.025          | -                  | -                        | -              | -                                   | -                | (13.076)          | -                              | 562.949          | -                                  | 562.949          |
| Dividendos distribuídos                                                              | -                | -                  | -                        | -              | -                                   | (368.008)        | -                 | -                              | (368.008)        | -                                  | (368.008)        |
| Dividendos Prescritos                                                                | -                | -                  | -                        | -              | -                                   | -                | 3.632             | -                              | 3.632            | -                                  | 3.632            |
| Aumento (Redução) de capital                                                         | -                | -                  | -                        | -              | -                                   | -                | -                 | -                              | -                | (2.190)                            | (2.190)          |
| Ganho (perda) em participação sem alteração no controle                              | -                | 1.117              | -                        | -              | -                                   | -                | -                 | -                              | 1.117            | (1.117)                            | -                |
| Dividendo adicional proposto                                                         | -                | -                  | -                        | -              | -                                   | 178.210          | (178.210)         | -                              | -                | -                                  | -                |
| Dividendo mínimo obrigatório                                                         | -                | -                  | -                        | -              | -                                   | -                | (114.553)         | -                              | (114.553)        | (324)                              | (114.877)        |
| <b>Saldos em 31 de dezembro de 2024</b>                                              | <b>1.577.763</b> | <b>517.341</b>     | <b>318.601</b>           | <b>142.780</b> | <b>354.367</b>                      | <b>178.210</b>   | <b>-</b>          | <b>(263.981)</b>               | <b>2.825.082</b> | <b>6.938</b>                       | <b>2.832.020</b> |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

**CPFL TRANSMISSÃO S.A.**

**Demonstrações dos fluxos de caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024**  
(em milhares de reais)

|                                                                            | <b>Controladora</b> |                   | <b>Consolidado</b> |                   |
|----------------------------------------------------------------------------|---------------------|-------------------|--------------------|-------------------|
|                                                                            | <b>31/12/2025</b>   | <b>31/12/2024</b> | <b>31/12/2025</b>  | <b>31/12/2024</b> |
| <b>ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>                                             |                     |                   |                    |                   |
| <b>Lucro antes dos tributos</b>                                            | <b>379.362</b>      | <b>678.963</b>    | <b>393.499</b>     | <b>698.243</b>    |
| <b>Ajustes:</b>                                                            |                     |                   |                    |                   |
| Depreciação e amortização                                                  | 8.124               | 5.134             | 8.128              | 5.138             |
| Ganho na baixa de não circulante                                           | (6.280)             | -                 | (6.295)            | (116)             |
| Resultado de Equivalência Patrimonial                                      | (187.014)           | (177.194)         | (5.104)            | (7.022)           |
| Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas                       | 126.171             | 20.299            | 128.911            | 21.747            |
| Provisão para créditos de liquidação duvidosa                              | 13.032              | 8.619             | 14.944             | 9.996             |
| Encargos de dívidas e atualizações monetárias e cambiais                   | 462.260             | 367.913           | 462.105            | 366.760           |
| Ativo Contratual                                                           | (694.123)           | (763.431)         | (863.108)          | (904.128)         |
| PIS e COFINS diferidos                                                     | -                   | -                 | 1.608              | (5.456)           |
| Despesa (receita) com entidade de previdência privada                      | 39.512              | 72.815            | 39.512             | 72.815            |
| <b>Variações nos Ativos e Passivos Operacionais</b>                        |                     |                   |                    |                   |
| <b>(Aumento) redução dos ativos:</b>                                       |                     |                   |                    |                   |
| Concessionárias e Permissionárias                                          | (24.975)            | 11.894            | (24.305)           | 9.224             |
| Dividendo e juros sobre o capital próprio recebidos                        | 173.328             | 36.074            | 5.248              | 7.666             |
| Tributos a recuperar                                                       | (12.626)            | 1.434             | (12.062)           | 12                |
| Adições do ativo de transmissão                                            | (746.482)           | (708.728)         | (757.746)          | (713.946)         |
| Ativo Contratual                                                           | 635.273             | 617.074           | 760.439            | 703.423           |
| Depósitos judiciais                                                        | (23.226)            | (2.505)           | (23.437)           | (2.887)           |
| Outros ativos                                                              | (7.052)             | (7.986)           | (9.349)            | (4.636)           |
| <b>Aumento (redução) dos passivos:</b>                                     |                     |                   |                    |                   |
| Fornecedores                                                               | 16.145              | (7.539)           | 16.381             | (17.098)          |
| Obrigações fiscais                                                         | (2.377)             | (66.133)          | (3.923)            | (70.742)          |
| Outras obrigações com entidade de previdência privada                      | (122.260)           | (90.058)          | (122.260)          | (90.058)          |
| Processos fiscais, cíveis e trabalhistas pagos                             | (37.959)            | (10.769)          | (38.456)           | (11.126)          |
| Taxas regulamentares                                                       | -                   | -                 | 190                | 1.294             |
| Outros passivos operacionais                                               | (4.038)             | (25.918)          | 8.201              | (25.722)          |
|                                                                            | <b>(156.249)</b>    | <b>(253.160)</b>  | <b>(201.079)</b>   | <b>(214.596)</b>  |
| Juros de empréstimos e financiamentos pagos                                | (269.311)           | (245.861)         | (272.210)          | (248.105)         |
| IRPJ e CSLL pagos                                                          | (46.604)            | (56.052)          | (59.535)           | (63.876)          |
| <b>Caixa líquido gerado (consumido) pelas operações</b>                    | <b>(331.120)</b>    | <b>(341.955)</b>  | <b>(358.624)</b>   | <b>(268.599)</b>  |
| <b>Fluxos de caixa das atividades de investimento</b>                      |                     |                   |                    |                   |
| Aumento de caixa decorrente de reestruturação societária                   | -                   | -                 | -                  | 35.520            |
| Aumento de capital por incorporação                                        | -                   | 7.276             | -                  | 7.276             |
| Redução de capital em subsidiárias                                         | 65.000              | 107.809           | -                  | -                 |
| Títulos e valores mobiliários, cauções e depósitos vinculados - aplicações | (611.849)           | (296.007)         | (537.127)          | (311.687)         |
| Títulos e valores mobiliários, cauções e depósitos vinculados - resgates   | 650.807             | 298.798           | 650.931            | 298.798           |
| Aquisição de Bens do Ativo Imobilizado                                     | (40.124)            | (33.558)          | (41.110)           | (33.558)          |
| Adições no Intangível                                                      | (5.242)             | (3.866)           | (5.234)            | (3.866)           |
| <b>Caixa líquido consumido pelas atividades de investimentos</b>           | <b>58.592</b>       | <b>80.452</b>     | <b>(67.460)</b>    | <b>(7.517)</b>    |
| <b>Fluxos de caixa das atividades de financiamento</b>                     |                     |                   |                    |                   |
| Aumento / (Redução) de Capital                                             | -                   | -                 | -                  | (2.191)           |
| Aumento de participação societária em investimentos já existente           | 1.129.307           | -                 | 1.129.307          | -                 |
| Amortização do Principal de Empréstimos e Financiamentos                   | (1.458.388)         | (260.000)         | (1.459.962)        | (261.167)         |
| Captação de Empréstimos e Debêntures                                       | 1.367.010           | 895.000           | 1.367.010          | 895.000           |
| Liquidação de Operações com Derivativos                                    | (35.550)            | (48.934)          | (35.550)           | (48.934)          |
| Pagamento de Dividendos e Juros sobre Capital próprio                      | (797.826)           | (461.508)         | (799.133)          | (498.752)         |
| <b>Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades de financiamentos</b> | <b>204.553</b>      | <b>124.558</b>    | <b>201.672</b>     | <b>83.956</b>     |
| <b>Redução líquido de caixa e equivalentes de caixa</b>                    | <b>(67.975)</b>     | <b>(136.945)</b>  | <b>(89.492)</b>    | <b>(192.161)</b>  |
| <b>Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa</b>                      | <b>126.651</b>      | <b>263.595</b>    | <b>182.133</b>     | <b>374.296</b>    |
| <b>Saldo final de caixa e equivalentes de caixa</b>                        | <b>58.676</b>       | <b>126.650</b>    | <b>92.641</b>      | <b>182.135</b>    |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

**CPFL TRANSMISSÃO S.A.**

**Demonstrações do valor adicionado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024**  
(em milhares de reais)

|                                                                  | Controladora       |                  | Consolidado        |                  |
|------------------------------------------------------------------|--------------------|------------------|--------------------|------------------|
|                                                                  | 2025               | 2024             | 2025               | 2024             |
| <b>1 - Receita</b>                                               | <b>2.091.040</b>   | <b>2.122.668</b> | <b>2.326.643</b>   | <b>2.304.639</b> |
| 1.1 Receita Operacional Bruta                                    | 1.117.608          | 1.074.431        | 1.341.967          | 1.244.495        |
| 1.2 Receita relativa à construção de ativos próprios             | -                  | -                | 3.223              | 2.982            |
| 1.3 Receita relativa à construção da infraestrutura de concessão | 953.360            | 1.028.324        | 963.293            | 1.038.626        |
| 1.4 Provisão para créditos de liquidação duvidosa                | (13.032)           | (8.645)          | (14.944)           | (10.022)         |
| 1.5 Outras Receitas                                              | 33.104             | 28.558           | 33.104             | 28.558           |
| <b>2 - (-) Insumos adquiridos de terceiros</b>                   | <b>(1.030.617)</b> | <b>(861.948)</b> | <b>(1.062.358)</b> | <b>(873.125)</b> |
| 2.1 Material                                                     | (9.990)            | (10.236)         | (14.526)           | (15.980)         |
| 2.2 Serviços de Terceiros                                        | (79.553)           | (85.577)         | (100.018)          | (89.772)         |
| 2.3 Outros Custos Operacionais                                   | -                  | -                | -                  | (1.239)          |
| 2.4 Custo de Construção                                          | (797.766)          | (711.821)        | (797.766)          | (711.821)        |
| 2.5 Outras Despesas Operacionais                                 | (143.308)          | (54.314)         | (150.048)          | (54.313)         |
| <b>3 - Valor adicionado bruto (1+2)</b>                          | <b>1.060.423</b>   | <b>1.260.720</b> | <b>1.264.285</b>   | <b>1.431.514</b> |
| <b>4 - Retenções</b>                                             | <b>(8.124)</b>     | <b>(5.134)</b>   | <b>(8.128)</b>     | <b>(5.138)</b>   |
| 4.1 Depreciação e Amortização                                    | (8.124)            | (5.134)          | (8.128)            | (5.138)          |
| <b>5 - Valor adicionado líquido gerado (3+4)</b>                 | <b>1.052.299</b>   | <b>1.255.586</b> | <b>1.256.157</b>   | <b>1.426.376</b> |
| <b>6 - Valor adicionado recebido em transferência</b>            | <b>223.748</b>     | <b>227.336</b>   | <b>59.808</b>      | <b>82.478</b>    |
| 6.1 Resultado de Participações Societárias                       | 187.014            | 177.194          | 5.104              | 7.022            |
| 6.2 Receitas Financeiras                                         | 36.734             | 50.142           | 54.704             | 75.456           |
| <b>7 - Valor adicionado líquido a distribuir (5+6)</b>           | <b>1.276.047</b>   | <b>1.482.922</b> | <b>1.315.965</b>   | <b>1.508.854</b> |
| <b>8 - Distribuição do valor adicionado</b>                      |                    |                  |                    |                  |
| <b>8.1 Pessoal e encargos</b>                                    | <b>149.857</b>     | <b>187.318</b>   | <b>150.327</b>     | <b>187.651</b>   |
| 8.1.1 Remuneração Direta                                         | 70.307             | 68.805           | 70.677             | 69.073           |
| 8.1.2 Benefícios                                                 | 71.409             | 110.357          | 71.508             | 110.422          |
| 8.1.3 FGTS                                                       | 8.141              | 8.156            | 8.141              | 8.156            |
| <b>8.2 Impostos, taxas e contribuições</b>                       | <b>277.986</b>     | <b>412.430</b>   | <b>311.735</b>     | <b>432.210</b>   |
| 8.2.1 Federais                                                   | 273.178            | 409.763          | 306.925            | 429.351          |
| 8.2.2 Estaduais                                                  | 643                | 645              | 643                | 645              |
| 8.2.3 Municipais                                                 | 4.165              | 2.022            | 4.167              | 2.214            |
| <b>8.3 Remuneração de capital de terceiros</b>                   | <b>530.178</b>     | <b>366.835</b>   | <b>535.179</b>     | <b>371.134</b>   |
| 8.3.1 Juros                                                      | 530.025            | 366.495          | 534.936            | 370.626          |
| 8.3.2 Aluguéis e arrendamentos                                   | 153                | 340              | 243                | 508              |
| <b>8.4 Remuneração de capital próprio</b>                        | <b>318.026</b>     | <b>516.339</b>   | <b>318.725</b>     | <b>517.859</b>   |
| 8.4.1 Juros sobre Capital Próprio                                | -                  | 17.097           | -                  | 17.097           |
| 8.4.2 Dividendos (incluindo adicional proposto)                  | 304.586            | 289.131          | 304.586            | 289.131          |
| 8.4.3 Lucros Retidos                                             | 13.440             | 209.000          | 14.139             | 210.519          |
| 8.4.4 Incorporação do acervo                                     | -                  | (11.964)         | -                  | (11.964)         |
| 8.4.5 Reestruturação Societária                                  | -                  | 13.076           | -                  | 13.076           |
| 8.4.2 Lucros Acumulados                                          | -                  | -                | 318.725            | -                |
|                                                                  | <b>1.276.047</b>   | <b>1.482.922</b> | <b>1.315.965</b>   | <b>1.508.854</b> |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

## CPFL TRANSMISSÃO S.A.

### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

#### (1) CONTEXTO OPERACIONAL

A CPFL Transmissão S.A. (“CPFL Transmissão” ou “Companhia”) é uma sociedade por ações de capital aberto e tem por objeto principal realizar estudos, projetos, construção e operação de linhas de transmissão de energia elétrica, bem como celebração de atos de empresa decorrentes dessas atividades.

A sede administrativa da Companhia está localizada na Rua Dr. João Inácio, nº 859, Navegantes, CEP 90.230-181, na Cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul – Brasil.

A Companhia detém três concessões para exploração dos serviços públicos de transmissão de energia elétrica, são elas:

##### **Contrato de Concessão nº 055/2001 – ANEEL**

Firmado em 2001, e aditado em 2012, o contrato para transmissão de energia elétrica, estabelece: (i) quais os bens vinculados à Concessão e a obrigação de operar e manter a infraestrutura existente; (ii) as condições para a prestação do serviço; (iii) a garantia de manutenção do equilíbrio econômico-financeiro da concessão; e (iv) a indenização, em caso de extinção da concessão, referente à parcela ainda não amortizada dos investimentos realizados pela Companhia na infraestrutura a serviço da concessão.

O aditivo de 2012 estabeleceu: (i) os valores de indenização das instalações não depreciadas, construídas posteriores a maio de 2000 – RBNI e das instalações não depreciadas, construídas anteriormente a maio de 2000 – Rede Básica do Sistema Existente (RBSE), vide nota 10, (ii) o reajuste anual (julho) e revisão quinquenal da receita anual permitida (RAP). Além dos critérios para reajuste e revisão da receita, previstos em contrato, a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) estabelece em regulamentação específica as regras e metodologia para cálculo dessa revisão, e (iii) prorrogou o prazo do contrato de concessão por mais 30 anos, até 31 de dezembro de 2042.

##### **Contrato de Concessão nº 080/2002 – ANEEL**

Em 2002, a Companhia firmou o contrato de concessão da LT 230kV UPME x Pelotas 3, que estabelece: (i) a obrigação de construir, operar e manter a infraestrutura a serviço da concessão, (ii) quais os serviços que o operador deve prestar e para quem os serviços devem ser prestados (área geográfica de atendimento e classe de consumidores), (iii) a garantia de manutenção do equilíbrio econômico-financeiro da concessão, (iv) indenização ao final do contrato de concessão referente à parcela ainda não amortizada dos investimentos realizados pela Companhia na infraestrutura a serviço da concessão, (v) prazo de vigência de 30 (trinta) anos, contados a partir da entrada em operação das instalações de transmissão, objeto do contrato, podendo ser renovado por igual período, desde que requerida pela Companhia até 36 meses antes do término do contrato.

A eventual prorrogação do Contrato de Concessão estará subordinada ao interesse público e à revisão das condições gerais do contrato, (vi) reajuste anual (julho) das tarifas e revisão nos casos de criação, alteração ou extinção de tributos ou encargos legais, quando comprovados seus impactos. Os critérios e as metodologias para reajuste e revisão das tarifas de energia elétrica são definidos pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), em regulamentação específica.

##### **Contrato de Concessão Nº 04/2022 - ANEEL**

Em 2022 a Companhia firmou contrato para a construção, operação e manutenção da Subestação 230/138 kV Cachoeirinha 3, incluindo obras de seccionamento de linhas de transmissão 230 kV e 138 kV. O contrato de concessão previa a energização para até 30 de setembro de 2024, com RAP de R\$ 9.234, auferida a partir da data de disponibilidade para operação comercial das instalações, sendo que a energização e a entrada em operação comercial ocorreram em novembro de 2023.

##### **Contrato de Concessão Nº 03/2026 – ANEEL (aguardando assinatura e confirmação do regulatório)**

Na qualidade de vencedora do Leilão de Transmissão nº 4/2025, a Companhia arrematou o Lote 3 e celebrou, em fevereiro de 2026, o Contrato de Concessão nº 03/2026 com a ANEEL, tendo por objeto a construção, operação e manutenção das SEs 525/138 kV Erechim, 230/69 kV Boa Vista do Buricá 2, 230/138 kV São Sebastião do Cai 2 e 230/138 kV Ivoti 2, incluindo seccionamentos e novos trechos de LTs no Estado do Rio Grande do Sul e a LT 230 kV Sarandi - Maringá no Estado do Paraná. A RAP vencedora do leilão foi de R\$ 81.156, sendo o investimento (CAPEX) estimado pela ANEEL para o lote de R\$ 1.069.085 e o início da operação comercial está previsto para fevereiro de 2030. A participação da Companhia no referido leilão está alinhada à estratégia de crescimento do

Grupo CPFL, com propostas fundamentadas em disciplina financeira, sinergia com os ativos existentes e eficiência operacional na execução de projetos de infraestrutura.

A Companhia possui participações diretas nas seguintes controladas:

**CPFL Transmissão de Energia Piracicaba Ltda. (“CPFL Piracicaba”)**: controlada integral com participação de 100%, a CPFL Transmissão Piracicaba opera a concessão vencida no Leilão de Transmissão ANEEL 007/2012, uma subestação de 440 kV, localizada no município de Piracicaba, no Estado de São Paulo, além de uma linha de transmissão de aproximadamente 6,5 km de extensão que foi transferida para a CTEEP conforme previsto no edital do Leilão.

**CPFL Transmissão de Energia Morro Agudo Ltda. (“CPFL Morro Agudo”)**: controlada integral com participação de 100%, a CPFL Transmissão Morro Agudo opera as instalações de transmissão, objeto do Leilão de Transmissão ANEEL 007/2014, uma subestação de 500/138 kV, localizada no município de Morro Agudo, no Estado de São Paulo, bem como uma linha de transmissão de aproximadamente 1 km de extensão, transferida para Ribeirão Preto Transmissão de Energia S.A. – RPTE, conforme previsto no edital do Leilão.

**CPFL Transmissão de Energia Maracanaú Ltda. (“CPFL Maracanaú”)**: controlada integral com participação de 100%, a CPFL Transmissão Maracanaú opera as instalações de transmissão, objeto do Leilão de Transmissão ANEEL 002/2018, uma subestação de 230/69 kV – 3 x 150MVA, localizada no município de Maracanaú, no Estado do Ceará, além de um trecho de linha de transmissão de aproximadamente 2km de extensão.

**CPFL Transmissão de Energia Sul I Ltda. (“CPFL Sul I”)**: controlada integral com participação de 100%, a CPFL Transmissão Sul I, opera as instalações de transmissão relacionadas ao Lote 05 do Leilão de Transmissão ANEEL 004/2018, constituído por um novo pátio de 230 kV na SE Itá, com três bancos de transformadores 525/230 kV e duas linhas de transmissão em circuito duplo 230 kV a partir dessa subestação, sendo a primeira para a SE Pinhalzinho 2 com 105 km de extensão, e a segunda para a SE Xanxerê com 55 km.

**CPFL Transmissão de Energia Sul II Ltda. (“CPFL Sul II”)**: controlada integral com participação de 100%, a CPFL Transmissão Sul II opera as instalações de transmissão relacionadas ao Lote 11 do Leilão de Transmissão ANEEL 004/2018, quais sejam, a implantação da SE Porto Alegre 1 230/ 69 /13,8 kV- 3X83MVA, da SE Vila Maria 230 / 138 / 13,8 kV – 2X150MVA fruto do seccionamento da linha de transmissão 230kV Passo Fundo - Nova Prata, a implantação da SE Osório 3 230 kV a partir do seccionamento da linha de transmissão 230 kV Lagoa dos Barros – Osório 2, e ainda a implantação de outros três trechos de linha 230 kV em circuito simples, sendo o primeiro com aproximadamente 66 km ligando a SE Osório 3 – Gravataí 3, o segundo (subterrâneo) com aproximadamente 3,6 km ligando a SE Porto Alegre1- SE Jardim Botânico e o terceiro (subterrâneo) com aproximadamente 4 km ligando a SE Porto Alegre 1 – SE Porto Alegre 8.

**Transmissora de Energia Sul Brasil S.A. (“TESB”)**: controlada com participação de 98,01%, a TESB opera as instalações de transmissão relacionadas ao lote A do Leilão de Transmissão ANEEL 008/2010, composto por de 5 linhas de transmissão e 4 subestações: (i) LT 230 KV de Porto Alegre 9 – Porto Alegre 8; (ii) de LT 230 KV de Porto Alegre 9 – Nova Santa Rita; (iii) LT 230 KV de Campo Bom Taquara; (iv) LT230 KV - Jardim Botânico FIC/ Porto Alegre 10 C-1 RS (v) 230 KV - Viamão 3; (vi) 230 KV Candelária 2; (vii) Restinga, LT 230 KV Restinga – Porto Alegre 13 e LT 230 KV Restinga – Viamão 3 e (viii) SE 230/69 KV Jardim Botânico 3º Transformador JBO.

## 1.1 Mudanças Climáticas

Como posicionamento frente às Mudanças Climáticas, a CPFL Energia declara seu compromisso com os objetivos do Acordo de Paris e com a necessidade de limitar o aumento da temperatura média global em 1,5°C, com a consequente redução e neutralização das emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE).

Anualmente, o Grupo realiza o Inventário de Emissões de GEE com base na metodologia GHG Protocol. Faz as medições e divulgação dos três escopos do inventário, sendo eles:

- Escopo 1: Emissões diretas que pertencem ou são controladas pelo grupo
- Escopo 2: Emissões indiretas relacionadas a compra de energia elétrica e a perdas técnicas de distribuição e transmissão de energia
- Escopo 3: Emissões indiretas relacionadas à cadeia de valor

O Grupo considera em sua estratégia o Plano ESG 2030 (Environmental, Social and Governance), o qual demonstra as diretrizes de atuação para todos os negócios e orienta a realização de investimentos alinhados às tendências globais para o desenvolvimento sustentável. Na versão vigente em 2025, a estrutura do Plano considera três compromissos principais relacionados à descarbonização das operações: (i) Gerar energia 100% renovável até 2030; (ii) Ser carbono neutro a partir de 2025<sup>1</sup>, reduzindo 56% das emissões dos escopos 1, 2 e 3 até 2030; e (iii) Oferecer soluções de baixo carbono para nossos clientes, com metas anuais de receitas de IRECs (certificados internacionais de energia renovável) e de créditos de carbono. Para endereçar esforços de resiliência às mudanças climáticas foi divulgado em janeiro de 2025 com aplicabilidade a partir do mesmo ano, o plano que considera o compromisso de: Estabelecer planos de adaptação climática para os negócios de geração, transmissão e distribuição da CPFL, fortalecendo a resiliência de nossos ativos até 2030.

Na publicação “Nossa jornada frente as mudanças climáticas” a CPFL divulga suas estratégias, os riscos e oportunidades para o Grupo, de acordo com a metodologia Task Force for Climate-related Financial Disclosures – TCFD (Força-Tarefa sobre Divulgações Financeiras Relacionadas ao Clima). Adicionalmente, a cada ano também publicamos na plataforma global do Carbon Disclosure Project (CDP) nos questionários de mudanças climáticas e segurança hídrica, dando maior transparência para nossos públicos de interesse.

<sup>1</sup> Neutralização em 2026 referente ao Inventário de GEE 2025.

## **Resiliência climática no setor elétrico e iniciativas do Grupo CPFL**

O setor elétrico é bastante afetado pelas mudanças climáticas. Alinhada com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU, a CPFL Energia implementou o Plano ESG 2030 que inclui compromissos para a transição energética, a descarbonização e resiliência climática. Isso envolve identificar riscos e oportunidades com base na metodologia da *Task Force for Climate-related Financial Disclosures* (TCFD) e ações de mitigação e adaptação, consolidadas na publicação “Nossa Jornada contra as Mudanças Climáticas”, e na plataforma global do *Carbon Disclosure Project* (CDP), dando maior transparência para nossos públicos de interesse - ambos atualizados anualmente.

Em 2025, avançamos de forma significativa na agenda climática com o desenvolvimento do nosso Plano Integrado de Adaptação Climática, que contempla as operações de geração, transmissão e distribuição da companhia. Iniciamos no mapeamento dos riscos climáticos físicos que tem potencial de impacto nas atividades de transmissão. Na sequência, ampliaremos o estudo para incluir as operações de geração e distribuição. Esse processo também nos posiciona para atender às novas exigências regulatórias aplicáveis às companhias abertas no Brasil, conforme previsto na Resolução CVM nº 193.

### **Iniciativas específicas**

Segmento de transmissão: Investimentos para modernização das subestações e linhas de transmissão, e avaliação de novas tecnologias e alternativas para mitigar os impactos dos eventos climáticos. Além do monitoramento remoto dos ativos via satélite, permitindo fazer previsões de curto prazo e monitoramento envolvendo incêndios, deslizamentos de terra, erosão, dentre outros.

### **Gestão de crises**

O Grupo CPFL mantém um modelo estruturado de gestão de crises, formalizado em normativo corporativo, com o objetivo de estabelecer diretrizes para a identificação, avaliação e tratamento de eventos que possam impactar a continuidade dos negócios, o desempenho operacional, a situação financeira ou a reputação da Companhia. Esse modelo define critérios claros para o acionamento do Grupo de Crise, bem como papéis, responsabilidades e fluxos decisórios aplicáveis a diferentes níveis de gravidade das ocorrências.

O Grupo de Crise é responsável pela avaliação de eventos anormais, pelo monitoramento de fatores de risco e pela coordenação das ações necessárias à mitigação de impactos em situações classificadas como crise. Sua composição é definida conforme a natureza e a criticidade do evento, podendo envolver membros permanentes e participantes adicionados a medida da necessidade, assegurando abordagem multidisciplinar e adequada aos riscos identificados.

O processo de gestão inicia-se com a classificação da ocorrência, incluindo a determinação de sua natureza e do nível de gravidade (Níveis I, II ou III). Essa análise considera, de forma integrada, os impactos potenciais e efetivos

sobre pessoas, comunidades, meio ambiente, operações, segurança patrimonial, aspectos financeiros, regulatórios e reputacionais, bem como eventuais reflexos sobre a continuidade das atividades do Grupo.

Adicionalmente, são avaliados a abrangência e o potencial de repercussão da ocorrência junto à opinião pública e aos stakeholders, incluindo exposição em meios de comunicação e ambientes digitais, além da extensão geográfica do evento. Em função da complexidade e da diversificação das operações do Grupo CPFL, as crises podem apresentar diferentes escalas e níveis de impacto, demandando respostas proporcionais e coordenadas.

A governança de crises da CPFL está integrada aos seus mecanismos de gestão de riscos, controles internos e planos de continuidade de negócios, assegurando que as decisões adotadas durante situações críticas sejam pautadas por critérios técnicos, disciplina de governança, rastreabilidade das ações e foco na preservação do valor econômico e institucional da Companhia.

## **(2) APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS FINANCEIRAS**

### **2.1 Base de preparação**

As demonstrações financeiras individuais (controladora) e consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade às normas internacionais de contabilidade (“IFRS” – International Financial Reporting Standards), emitidas pelo International Accounting Standards Board – IASB e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP).

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos técnicos, as orientações e as interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

A Companhia e suas controladas (“CPFL Transmissão”) também se utilizam das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas definidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”), quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil e/ou com as práticas contábeis internacionais.

A Administração afirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão divulgadas e correspondem ao que é utilizado na gestão da Companhia.

A autorização para a emissão destas demonstrações financeiras foi dada pela Administração em 25 de fevereiro de 2026 e aprovadas pelo conselho de Administração em 02 de março de 2026.

### **2.2 Base de mensuração**

As informações contábeis financeiras foram preparadas tendo como base o custo histórico, exceto para os seguintes itens materiais, que são mensurados a cada data de reporte e registrados nos balanços patrimoniais: i) instrumentos financeiros derivativos mensurados ao valor justo e ii) instrumentos financeiros não derivativos mensurados ao valor justo por meio do resultado. A classificação da mensuração do valor justo nas categorias níveis 1, 2 ou 3 (dependendo do grau de observância das variáveis utilizadas) está apresentada na nota 29 de Instrumentos Financeiros.

### **2.3 Uso de estimativas e julgamentos**

A preparação das informações contábeis financeiras exige que a Administração da Companhia faça julgamentos e adote estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas.

Por definição, as estimativas contábeis podem divergir dos respectivos resultados reais. Desta forma, a Administração da Companhia revisa as estimativas e premissas adotadas de maneira contínua, baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os ajustes oriundos destas revisões são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas e aplicadas de maneira prospectiva.

As principais contas contábeis que requerem a adoção de premissas e estimativas, que estão sujeitas a maiores incertezas e que possam um risco de resultar em um ajuste material caso essas premissas e estimativas sofram mudanças significativas em períodos subsequentes são:

- Nota 10 – Ativo contratual; (principais premissas em relação aos valores recuperáveis);
- Nota 15 – Empréstimos e financiamentos (principais premissas para determinação do valor justo);
- Nota 16 – Debêntures; (principais premissas para determinação do valor justo);

- Nota 17 – Entidade de previdência privada (principais premissas atuariais na mensuração de obrigações de benefícios definidos);
- Nota 18 – Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas e depósitos; (reconhecimento e mensuração: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos);
- Nota 20 – Créditos e débitos fiscais diferidos; (reconhecimento de ativos: disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual prejuízos fiscais possam ser utilizados); e
- Nota 29 – Instrumentos Financeiros - derivativos (principais premissas para determinação do valor justo).

Adicionalmente a Administração exerce julgamentos significativos na determinação das premissas utilizadas na mensuração do passivo de arrendamento, como a determinação do prazo dos vários contratos de arrendamentos, das taxas de desconto, da determinação dos contratos que estão no escopo da norma e, dos impactos que eventuais alterações nas premissas associadas aos julgamentos e estimativas adotados pelo Grupo e suas controladas.

## **2.4 Moeda funcional e moeda de apresentação**

A moeda funcional da Companhia é o Real, e a demonstração financeira individual e consolidada estão sendo apresentadas em milhares de reais. O arredondamento é realizado somente após a totalização dos valores. Desta forma, os valores em milhares apresentados quando somados podem não coincidir com os respectivos totais já arredondados.

## **2.5 Informações por segmento**

Um segmento operacional é um componente da Companhia (i) que possui atividades operacionais através das quais gera receitas e incorre em despesas, (ii) cujos resultados operacionais são regularmente revisados pela Administração na tomada de decisões sobre alocação de recursos e avaliação da performance do segmento, e (iii) para o qual haja informações financeiras individualizadas.

A Companhia apresenta suas demonstrações financeiras considerando somente um segmento operacional, sendo está a forma que a Administração e o Conselho de Administração da Companhia e sua controlada avaliam a performance e alocam os recursos necessários.

## **2.6 Informações sobre participações societárias**

As participações societárias detidas pela Companhia nas controladas e coligadas estão descritas na nota 11. A controlada Transmissora de Energia Sul Brasil Ltda, CPFL Transmissão de Energia Piracicaba Ltda, CPFL Transmissão de Energia Morro Agudo Ltda, CPFL Transmissão de Energia Maracanaú Ltda, CPFL Transmissão de Energia Sul I Ltda e CPFL Transmissão de Energia Sul II Ltda são consolidadas de forma integral, as coligadas Transmissora Porto Alegre Ltda (TPAE) e Empresa de Transmissão do Alto Uruguai S.A (ETAU) são registradas por equivalência patrimonial e outros investimentos são registradas pelo método de custo.

## **2.7 Demonstração do valor adicionado**

A Companhia elaborou as demonstrações do valor adicionado ("DVA") individual e consolidada nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e como informação suplementar às demonstrações financeiras em IFRS, pois não é uma demonstração conforme práticas IFRS.

## **(3) SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS**

As principais políticas contábeis utilizadas na preparação dessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão descritas a seguir. Essas políticas foram aplicadas de maneira consistente em todos os períodos apresentados.

### **3.1 Caixa e equivalentes de caixa**

Nas demonstrações de fluxo de caixa, caixa e equivalentes de caixa incluem saldos negativos de contas garantidas que são exigíveis imediatamente e são parte integrante da gestão de caixa da Companhia.

Caixa e equivalentes de caixa compreendem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais estão sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor justo no momento de sua liquidação e são utilizados pela Companhia na gestão das obrigações de curto prazo.

A determinação da composição de caixa e equivalentes de caixa da Companhia tem como objetivo a manutenção de caixa suficiente que assegure a continuidade dos investimentos e o cumprimento das obrigações de curto e longo

prazo, mantendo o retorno de sua estrutura de capital a níveis adequados, visando à continuidade dos seus negócios e o aumento de valor para os acionistas e investidores.

### 3.2 Ativo Contratual da Concessão

As transmissoras do Grupo são responsáveis por construir e operar a infraestrutura de transmissão com o objetivo de transportar a energia dos centros de geração até os pontos de distribuição, de acordo com seus contratos de concessão.

A transmissora de energia tem a obrigação de manter sua infraestrutura de transmissão disponível para seus usuários para garantir o recebimento da Receita Anual Permitida (RAP), durante toda a vigência do contrato de concessão. Eventuais investimentos não amortizados geram o direito de indenização ao final do contrato de concessão.

A infraestrutura de transmissão é classificada como ativo contratual. O direito à contraprestação por bens e serviços está condicionado ao cumprimento de obrigações de desempenho, investimentos em construções e melhorias e não somente a passagem do tempo.

Com base nos Contratos de Concessão e em atendimento aos requisitos do Pronunciamento Técnico CPC 47 – Receitas de Contrato com Cliente e o CPC 48 (IFRS 9) – Instrumentos Financeiros orientado pelo Ofício Circular nº 04 divulgado pela CVM em 1º de dezembro de 2020, o Grupo atribuiu margens para o reconhecimento de receitas de construção e de operação e manutenção da infraestrutura, bem como para a taxa utilizada para a remuneração dos contratos de concessão, que deve corresponder à taxa implícita remanescente de cada projeto, após alocação das respectivas margens.

Como atendimento aos requisitos contábeis e conforme suas políticas contábeis, esclarece que:

- i. O Grupo atribuiu margens esperadas de construção entre 5% e 29%, antes dos impostos, e de operação e manutenção de até 45% no início de cada projeto para o reconhecimento das respectivas receitas. Em relação aos contratos indenizatórios por se tratar exclusivamente de indenização e não construção de ativos, não são reconhecidas margens.
- ii. A atualização monetária do ativo contratual reconhecida pela taxa implícita é estabelecida no início de cada projeto após a alocação das margens de construção e de operação. A taxa implícita que remunera o ativo de contrato varia entre 4% a.a. e 13% a.a..
- iii. O Grupo monitora o retorno dos seus investimentos de transmissão e atualmente a taxa nominal antes dos impostos esperada para seus projetos varia entre 12% a.a. e 16% a.a..

### 3.3 Instrumentos financeiros

#### 3.3.1 Ativos financeiros

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados ou na data da negociação em que a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. O desreconhecimento de um ativo financeiro ocorre quando os direitos contratuais aos respectivos fluxos de caixa do ativo expiram ou quando os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos.

#### Mensuração subsequente e ganhos e perdas:

**Ativos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado (VJR):** esses ativos são subsequentemente mensurados ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.

**Ativos financeiros a custo amortizado:** estes ativos são mensurados de forma subsequente ao custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. As receitas de juros, ganhos e perdas cambiais e *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

**Instrumentos de dívida ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA):** esses ativos são mensurados de forma subsequente ao valor justo. Os resultados líquidos são reconhecidos em outros resultados abrangentes, com exceção dos rendimentos de juros calculados utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e *impairment* que devem ser reconhecidos no resultado. No momento do desreconhecimento, o efeito acumulado em outros resultados abrangentes é reclassificado para o resultado. A Companhia não detém ativos financeiros desta classificação.

**Instrumentos patrimoniais ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes:** esses ativos são mensurados de forma subsequente ao valor justo. Todas as variações são reconhecidas em outros resultados abrangentes e nunca serão reclassificadas para o resultado, exceto dividendos que são reconhecidos como ganho no resultado (a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento). A Companhia não detém ativos financeiros desta classificação.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

**Custo amortizado:** um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: (i) é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e (ii) seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

**Valor Justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA):** um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: (i) é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e (ii) seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Companhia pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em outros resultados abrangentes, sendo essa escolha feita investimento por investimento.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos (vide nota 29). No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro não derivativo que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

**Avaliação do modelo de negócio:**

A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se:

- a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;
- como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia;
- os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;
- como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e
- a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

**Avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros:**

Para fins dessa avaliação, o 'principal' é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os 'juros' são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera:

- eventos contingentes que modifiquem o valor ou a época dos fluxos de caixa;
- termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
- os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

### 3.3.2 Passivos financeiros

Passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data em que são originados ou na data de negociação em que a Companhia ou sua controlada se tornam parte das disposições contratuais do instrumento. As classificações dos passivos financeiros são como seguem:

i. **Mensurados pelo valor justo por meio do resultado:** são os passivos financeiros que sejam: (i) mantidos para negociação, (ii) designados ao valor justo com o objetivo de confrontar os efeitos do reconhecimento de receitas e despesas a fim de se obter informação contábil mais relevante e consistente ou (iii) derivativos. Estes passivos são registrados pelos respectivos valores justos, cujas mudanças são reconhecidas no resultado do exercício e qualquer alteração na mensuração subsequente dos valores justos que seja atribuível a alterações no risco de crédito do passivo é registrada contra outros resultados abrangentes.

ii. **Mensurados ao custo amortizado:** são os demais passivos financeiros que não se enquadram na classificação acima. São reconhecidos inicialmente pelo valor justo deduzido de quaisquer custos atribuíveis à transação e, posteriormente, registrados pelo custo amortizado através do método da taxa efetiva de juros.

Os ativos e passivos financeiros somente são compensados e apresentados pelo valor líquido quando existe o direito legal de compensação dos valores e haja a intenção de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

As classificações dos instrumentos financeiros (ativos e passivos) estão demonstradas na nota 29.

### 3.4 Estoques

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido e são segregados em diferentes naturezas, de acordo com o CPC 16 / IAS 2. A valorização do custo dos estoques é feita pelo método do custo médio.

### 3.5 Imobilizado e atividades não vinculadas à concessão

Os ativos imobilizados são registrados ao custo de aquisição, construção ou formação e estão deduzidos da depreciação acumulada e, quando aplicável, pelas perdas de valor recuperável. Incluem ainda quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e em condições necessárias para que eles estejam em condição de operar, assim como os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estejam instalados e os custos de juros sobre financiamentos para a sua aquisição, respeitando o limite regulatório.

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido caso seja provável que retorne com os benefícios econômicos esperados e que possa ser mensurado de forma confiável, sendo baixado o valor do componente substituído. Os custos de manutenção são reconhecidos no resultado conforme são incorridos.

A depreciação é calculada linearmente com taxas anuais variáveis 3,48% até 14,29%, levando em consideração a vida útil estimada dos bens conforme as orientações do órgão regulador.

Os ganhos e perdas na alienação e baixa de um ativo imobilizado são registrados no resultado na mesma competência em que os recursos advindos da alienação ocorram.

A Companhia possui em seu acervo patrimonial uma série de bens administrativos e outros não vinculados ao serviço da concessão, sendo estes bens destinados à sua utilização própria.

Os bens e instalações utilizados nas atividades de transmissão são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, doados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização da ANEEL. A ANEEL, através da Resolução nº 20 de 3 de fevereiro de 1999, alterada pela Resolução Normativa ("REN") nº 691 de 8 de dezembro de 2015, dispensa as concessionárias do Serviço Público de Energia Elétrica de prévia anuência para desvinculação de bens considerados inservíveis à concessão, sendo o produto da alienação depositado em conta bancária vinculada para aquisição de novos bens vinculados aos serviços de energia elétrica.

### 3.6 Intangível

Os ativos intangíveis que são adquiridos pela Companhia e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas.

Inclui os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos, como por exemplo os direitos de uso de softwares e servidões de passagem para as linhas de transmissão.

### 3.7 Redução ao valor recuperável (*Impairment*)

#### Ativos financeiros

A Companhia avalia a evidência de perda de valor para determinados recebíveis tanto no nível individualizado como no nível coletivo para todos os títulos significativos. Recebíveis que não são individualmente importantes são avaliados coletivamente quanto à perda de valor por agrupamento conjunto desses títulos com características de risco similares.

A Companhia reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre: (i) ativos financeiros mensurados ao custo amortizado; (ii) investimentos de dívida mensurados ao VJORA, quando aplicável; e (iii) ativos de contrato.

A Companhia mensura a provisão para perda, utilizando a abordagem simplificada de reconhecimento, em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira, exceto para os títulos de dívida com baixo risco de crédito na data do balanço, que são mensurados como perda de crédito esperada para 12 meses.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera uma abordagem simplificada de avaliação da inadimplência baseada em mensurar a perda esperada de um ativo financeiro equivalente às perdas de crédito esperadas para toda a vida de um ativo, contemplando informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*).

A Companhia considera um ativo financeiro como em *default* quando o devedor não cumpriu com sua obrigação contratual de pagamento e é pouco provável que quite suas obrigações.

A Companhia utiliza uma matriz de provisões para a definição de um percentual de perda baseado em suas taxas de inadimplência historicamente observadas ao longo da vida estimada do contas a receber de clientes para estimar as perdas de créditos esperadas para toda a vida do ativo, onde o histórico de perdas é ajustado para considerar efeitos das condições atuais e suas previsões de condições futuras que não afetaram o período em que se baseiam os dados históricos.

A metodologia desenvolvida pela Companhia resultou em um percentual de perda esperada para os títulos de concessionárias e permissionárias que está aderente com a IFRS 9 / CPC 48 descrita como perda de crédito esperada (*Expected Credit Losses*), contemplando em um único percentual da probabilidade de perda, ponderada pela expectativa de perda e resultados possíveis, ou seja, contempla a chance de perda (*"PD"* - *Probability of Default*), exposição financeira no momento do não cumprimento (*"EAD"* - *Exposure At Default*) e a perda dada pela inadimplência (*"LGD"* - *Loss Given Default*).

Em cada data de balanço, a Companhia avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado e os títulos de dívida mensurados ao VJORA, quando aplicável, estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui "problemas de recuperação" quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

- dificuldades financeiras significativas do emissor ou do mutuário;
- quebra de cláusulas contratuais;
- reestruturação de um valor devido a Companhia em condições que não seriam aceitas em condições normais;
- a probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira;
- o desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras.

As perdas por *impairment* relacionadas às concessionárias e permissionárias reconhecidas em ativos financeiros e outros recebíveis, incluindo ativos contratuais, são registradas no resultado do exercício.

### 3.8 Provisões

As provisões são reconhecidas em função de um evento passado quando há uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável e se for provável (mais provável que sim do que não) a exigência de um recurso econômico para liquidar esta obrigação. Quando aplicável, as provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de desembolso de caixa futuros esperados a uma taxa que considera as avaliações atuais de mercado e os riscos específicos para o passivo.

### **3.9 Planos de aposentadoria e benefícios pós-emprego**

As obrigações atuariais registradas são determinadas por cálculos atuariais elaborados por atuários independentes, com base na expectativa de vida do participante, na idade média de aposentadoria e na inflação. Contudo, os resultados reais futuros dos benefícios podem ser diferentes daqueles existentes e registrados contabilmente.

### **3.10 Dividendo e juros sobre capital próprio**

De acordo com o ICPC 08, apenas o dividendo mínimo obrigatório previsto na Lei 6.404/76, para sociedades anônimas, pode ser provisionado como exigível, de forma que o dividendo proposto e ainda não aprovado só deve ser reconhecido como passivo nas demonstrações financeiras após sua aprovação pelo órgão competente.

Conforme definido no Estatuto Social da Companhia e em consonância com a legislação vigente, compete à Assembleia Geral a declaração de dividendos intermediários apurados através de balanço semestral. A declaração de dividendos e juros sobre capital próprio intermediários na data base 30 de junho, quando houver, só é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras da Companhia após a data de deliberação da Assembleia Geral.

Os juros sobre capital próprio recebem o mesmo tratamento do dividendo e estão demonstrados na mutação do patrimônio líquido. O imposto de renda retido na fonte sobre os juros sobre capital próprio é sempre contabilizado a débito no patrimônio líquido em contrapartida ao passivo no momento de sua deliberação, mesmo que ainda não aprovado, por atenderem o critério de obrigação no momento da proposição pela Administração.

### **3.11 Reconhecimento de receita**

A receita operacional do curso normal das atividades da Companhia é medida pela contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando representar a transferência (ou promessa) de bens ou serviços a clientes de forma a refletir a consideração de qual montante espera trocar por aqueles bens ou serviços.

O IFRS 15 / CPC 47 estabelece um modelo para o reconhecimento da receita que considera cinco etapas: (i) identificação do contrato com o cliente; (ii) identificação da obrigação de desempenho definida no contrato; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço da transação às obrigações de desempenho do contrato e (v) reconhecimento da receita se e quando a empresa cumprir as obrigações de desempenho.

Desta forma, a receita é reconhecida somente quando (ou se) a obrigação de desempenho for cumprida, ou seja, quando o “controle” dos bens ou serviços de uma determinada operação é efetivamente transferido ao cliente.

As receitas das transmissoras, reconhecidas como receita operacional, são:

- Receita de construção: Refere-se aos serviços de construção e melhorias das instalações de transmissão de energia elétrica. São reconhecidos conforme o estágio de conclusão das obras.
- Componente de financiamento: Refere-se aos juros reconhecidos mensalmente pelo regime de competência com base na taxa implícita do contrato de concessão sobre o montante a receber da receita de construção.
- Receita de operação e manutenção: Refere-se aos serviços de operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica visando a não interrupção da disponibilidade dessas instalações reconhecidos mensalmente pelo regime de competência.

### **3.12 Imposto de Renda e Contribuição Social**

As despesas de imposto de renda e contribuição social são calculadas e registradas conforme legislação vigente e incluem os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto para os casos em que estiverem diretamente relacionados a itens registrados diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

O imposto corrente no caso de contrato de concessão de serviços públicos, o lucro decorrente da receita reconhecida pela construção, recuperação, reforma, ampliação ou melhoramento da infraestrutura, cuja contrapartida seja ativo financeiro representativo de direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro, poderá ser tributado à medida do efetivo recebimento.

Para fins dos pagamentos mensais determinados sobre a base de cálculo estimada de que trata o art. 2º da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, a concessionária poderá considerar como receita o montante efetivamente recebido.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a tributos lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de relatório anual e são reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

### **3.13 Resultado por ação**

O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado do exercício atribuível aos acionistas controladores e a média ponderada das ações em circulação no respectivo exercício. O resultado por ação diluído é calculado por meio do resultado do exercício atribuível aos acionistas controladores, ajustado pelos efeitos dos instrumentos que potencialmente impactariam o resultado do exercício e pela média das ações em circulação, ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito diluidor, nos exercícios apresentados, nos termos do CPC 41/IAS 33.

### **3.14 Arrendamentos**

De acordo com o IFRS 16 (CPC 06 (R2)) a Companhia reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente pelo valor presente dos pagamentos de aluguéis que não foram pagos na data de transição, descontados usando a taxa incremental, uma taxa nominal fixa baseada no endividamento da Companhia.

O prazo do arrendamento equivale ao período mínimo não cancelável dos contratos e a Companhia não adiciona ao prazo do arrendamento os períodos cobertos por uma opção de renovação, exceto nos casos em que esteja razoavelmente certa de que a opção de renovação será exercida. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento e, quando aplicável, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados de forma antecipada, custos diretos iniciais incorridos, estimativas de custo para desmontagem e remoção e incentivos recebidos.

O ativo de direito de uso é subsequentemente amortizado pelo mesmo prazo estabelecido em contrato e, se aplicável, também será reduzido por perdas por redução ao valor recuperável. A Companhia remensura o passivo de arrendamento se houver uma alteração no prazo do arrendamento ou se houver alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração no índice ou na taxa utilizada para determinar esses pagamentos, reconhecendo o valor da remensuração do passivo de arrendamento como ajuste ao ativo de direito de uso.

### **3.15 Base de consolidação**

#### **Controlada e coligadas**

As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o controle se inicia até a data em que deixa de existir. Para as coligadas, este registro se dá por meio do método de equivalência patrimonial a partir do momento da aquisição.

As políticas contábeis das controladas e das coligadas consideradas na consolidação e/ou equivalência patrimonial, conforme o caso, estão alinhadas com as políticas contábeis adotadas pela Companhia.

Nas demonstrações financeiras individuais da controladora as informações financeiras de controladas e coligadas são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial. Nas demonstrações financeiras consolidadas, as informações das coligadas são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial.

As demonstrações financeiras consolidadas abrangem os saldos e transações da Companhia e de sua controlada. Os saldos e transações de ativos, passivos, receitas e despesas foram consolidados integralmente para a controlada.

Saldos e transações entre empresas da Companhia, e quaisquer receitas ou despesas derivadas destas transações são eliminados na preparação das demonstrações financeiras consolidadas. Ganhos não realizados oriundos de transações com companhias investidas são eliminados na proporção da participação da Companhia na controlada, se aplicável. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Companhia na investida. Prejuízos não realizados são eliminados da mesma maneira como são eliminados os ganhos não realizados, mas somente até o ponto em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

Para controlada, a parcela relativa aos acionistas não controladores está destacada no patrimônio líquido e nas demonstrações do resultado e resultado abrangente em cada exercício apresentado.

Os saldos das coligadas, bem como o percentual de participação da Companhia em cada um deles, está descrito na nota 11.

#### **Aquisição de participação de acionistas não-controladores**

É registrada como transação entre acionistas, consequentemente nenhum ganho ou ágio é reconhecido como resultado de tal transação.

### **3.16 Mudanças nas principais políticas contábeis**

No exercício corrente, o Grupo aplicou alterações às normas contábeis internacionais emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), bem como orientações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que se tornaram obrigatórias para períodos iniciados em ou após 1º de janeiro de 2025. A adoção dessas alterações não teve impacto material nas divulgações ou nos valores apresentados nas demonstrações financeiras do Grupo.

Entre as principais mudanças, destacam-se as alterações à IAS 21, que especificam como avaliar se uma moeda é conversível e como determinar a taxa de câmbio quando não for, e a adoção da orientação técnica OCPC 10, que estabelece diretrizes para o tratamento contábil de créditos de carbono (tCO<sub>2</sub>e), permissões de emissão (allowances) e créditos de descarbonização (CBIO) das entidades atuantes no mercado brasileiro.

Outras novas normas também entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2025, mas não afetaram materialmente as demonstrações financeiras do Grupo.

### **3.17 Novas normas e interpretações ainda não efetivas**

Novas normas, emendas às normas e interpretações IFRS foram emitidas pelo IASB e ainda não entraram em vigor para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025. O Grupo não adotou essas alterações de forma antecipada na preparação destas demonstrações financeiras:

#### **(a) IFRS 18: Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras**

Em abril de 2024, o IASB emitiu o IFRS 18, que substitui o IAS 1 (equivalente ao CPC 26 (R1) – Apresentação de Demonstrações Financeiras). O IFRS 18 introduz novos requisitos para apresentação dentro da demonstração do resultado do exercício, incluindo totais e subtotais especificados. Além disso, as entidades serão obrigadas a classificar todas as receitas e despesas dentro da demonstração do resultado do exercício entre cinco categorias: operacional, investimento, financiamento, impostos de renda e operações descontinuadas, das quais as três primeiras são novas.

A norma também exige a divulgação de medidas de desempenho definidas pela Administração, subtotais de receitas e despesas, e inclui novos requisitos para agregação e desagregação de informações financeiras com base nas funções identificadas das demonstrações financeiras primárias e das notas explicativas.

Alterações de escopo restrito foram feitas ao IAS 7 (equivalente ao CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa), incluindo a alteração do ponto de partida para determinar os fluxos de caixa das operações pelo método indireto, de “lucro ou prejuízo do período” para “lucro ou prejuízo operacional”, e a remoção da opcionalidade à classificação dos fluxos de caixa de dividendos e juros.

O IFRS 18 e as alterações nas outras normas entrarão em vigor para períodos iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, com aplicação antecipada permitida e devendo ser divulgada, embora no Brasil a adoção antecipada não seja permitida. O IFRS 18 será aplicado retrospectivamente.

O Grupo está atualmente avaliando os impactos que as alterações terão nas demonstrações financeiras e suas respectivas notas explicativas.

#### **(b) IFRS 19: Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações**

Em maio de 2024, o IASB emitiu o IFRS 19, que permite que entidades elegíveis optem por aplicar seus requisitos de divulgação reduzidos enquanto ainda aplicam os requisitos de reconhecimento, mensuração e apresentação em outros padrões contábeis IFRS.

Para ser elegível, no final do período, uma entidade deve: (i) ser uma controlada conforme definido no IFRS 10 (CPC 36 (R3) – Demonstrações Consolidadas), (ii) não possuir títulos públicos e (iii) ter uma controladora (final ou intermediária) que prepare demonstrações financeiras consolidadas publicadas em conformidade com os padrões contábeis IFRS.

O IFRS 19 entrará em vigor para períodos de relatório iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, com aplicação antecipada permitida.

Com base em uma análise preliminar, a Companhia entende não estar abrangida no escopo desse pronunciamento.

#### **(c) Alterações ao IFRS 9 e IFRS 7 – Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros**

Em maio de 2024, o IASB emitiu alterações ao IFRS 9 e IFRS 7 que introduzem modificações relevantes aos requisitos de classificação, mensuração e divulgação de instrumentos financeiros. Entre as principais alterações estão: (i) esclarecimento sobre a baixa de passivos financeiros na “data de liquidação” e introdução de uma opção de política contábil para dar baixa em passivos financeiros liquidados por meio de sistemas eletrônicos de pagamento antes da data de liquidação; (ii) orientação adicional sobre avaliação de fluxos de caixa contratuais de ativos financeiros com características ESG; (iii) esclarecimentos sobre características sem direito de regresso e instrumentos contratualmente vinculados; e (iv) novos requisitos de divulgação para instrumentos financeiros com características contingentes e para instrumentos patrimoniais mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

As alterações entram em vigor para períodos iniciados em ou após 1º de janeiro de 2026, sendo permitida a adoção antecipada.

#### **(d) Alterações ao IFRS 9 e IFRS 7 – Contratos que fazem referência à eletricidade cuja geração depende de condições naturais**

Em dezembro de 2024, o IASB emitiu alterações ao IFRS 9 e IFRS 7 relacionadas a contratos que fazem referência à eletricidade dependente de condições naturais. As alterações ajustam os requisitos de “uso próprio”, permitem a utilização desses contratos como instrumentos de hedge em determinadas circunstâncias e introduzem novos requisitos de divulgação.

As alterações entram em vigor para períodos iniciados em ou após 1º de janeiro de 2026, sendo permitida a adoção antecipada.

#### **(e) Melhorias Anuais às Normas Contábeis IFRS – Volume 11**

Em julho de 2024, o IASB emitiu alterações pontuais em normas como IFRS 1, IFRS 7, IFRS 9, IFRS 10 e IAS 7, com o objetivo de melhorar a consistência e clareza das normas. As alterações entram em vigor para períodos iniciados em ou após 1º de janeiro de 2026, sendo permitida a adoção antecipada.

Não se espera impacto material sobre as demonstrações financeiras do Grupo.

### **(4) DETERMINAÇÃO DO VALOR JUSTO**

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos a seguir. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo.

Desta forma, a Companhia determinou o valor justo conforme CPC 46, o qual define o valor justo como a estimativa de preço pelo qual uma transação não forçada para a venda do ativo ou para a transferência do passivo ocorreria entre participantes do mercado, sob condições atuais de mercado, na data de mensuração.

#### **- Ativo contratual**

O valor justo do ativo contratual é baseado na abordagem de mercado e nas abordagens de custos através de preços de mercado cotados para itens semelhantes, quando disponíveis, e custo de reposição quando apropriado.

#### **- Instrumentos financeiros**

Os instrumentos financeiros reconhecidos a valores justos são valorizados através da cotação em mercado ativo para os respectivos instrumentos, ou quando tais preços não estiverem disponíveis, são valorizados através de modelos de precificação, aplicados individualmente para cada transação, levando em consideração os fluxos futuros de pagamento, com base nas condições contratuais, descontados a valor presente por taxas obtidas através das curvas de juros de mercado, tendo como base, sempre que disponível, informações obtidas pelo site da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão e Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais - ANBIMA (nota 29).

**(5) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA**

|                                            | Controladora  |                | Consolidado   |                |
|--------------------------------------------|---------------|----------------|---------------|----------------|
|                                            | 31/12/2025    | 31/12/2024     | 31/12/2025    | 31/12/2024     |
| Saldos bancários                           | 934           | 865            | 1.188         | 1.191          |
| Aplicações financeiras                     | 57.742        | 125.786        | 91.453        | 180.941        |
| Títulos de crédito privado (a)             | -             | 65.565         | 13.784        | 120.503        |
| Operações compromissadas em debêntures (a) | 39.327        | 60.221         | 47.639        | 60.438         |
| Fundos de investimento (b)                 | 18.415        | -              | 30.030        | -              |
| <b>Total</b>                               | <b>58.676</b> | <b>126.651</b> | <b>92.641</b> | <b>182.133</b> |

- (a) Corresponde a operações de curto prazo em: (i) ("CDB's") no montante de R\$ 13.784 (R\$ 120.503 em 31 de dezembro de 2024) e (ii) operações compromissadas em debêntures R\$ 47.639 (R\$ 60.438 em 31 de dezembro de 2024). Todas essas operações possuem liquidez diária, vencimento de curto prazo, baixo risco de crédito e remuneração equivalente, na média, a 100,88% (101,54% em 31 de dezembro de 2024) e 96,66% (93,56% em 31 de dezembro de 2024) do CDI para operações compromissadas.
- (b) Representa valores aplicados em fundos com alta liquidez no montante de R\$ 30.030 e remuneração equivalente, na média 99,21% do CDI (99,50% do CDI em 31 de dezembro de 2024), tendo como características aplicações pós-fixadas em CDI, lastreadas em títulos públicos federais, CDB's e operações compromissadas lastreadas em títulos de terceiros de instituições financeiras de grande porte com baixo risco de crédito e vencimento de curto prazo.

**(6) TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS**

|                                     | Controladora  |               | Consolidado   |                |
|-------------------------------------|---------------|---------------|---------------|----------------|
|                                     | 31/12/2025    | 31/12/2024    | 31/12/2025    | 31/12/2024     |
| Investimentos em títulos do governo | -             | 9.110         | -             | 9.110          |
| Aplicação direta                    | -             | 42.217        | -             | 129.503        |
| Fundos dos investimentos (a)        | 29.678        | -             | 42.242        | -              |
| <b>Total</b>                        | <b>29.678</b> | <b>51.327</b> | <b>42.242</b> | <b>138.613</b> |

- (a) Representa valores aplicados em títulos da dívida pública, Letra Financeira ("LF") e Letra Financeira do Tesouro ("LFT"), através de cotas de fundos de investimento, no montante de R\$ 42.242 cuja remuneração equivalente, na média de 99,21% do CDI.

**(7) CONCESSIONÁRIAS E PERMISSIONÁRIAS**

Os saldos compõem-se de:

|                                               | Controladora        |                 |               |                |                |
|-----------------------------------------------|---------------------|-----------------|---------------|----------------|----------------|
|                                               | Saldos<br>vincendos | Vencidos        |               | Total          |                |
|                                               |                     | até 360<br>dias | > 360<br>dias | 31/12/2025     | 31/12/2024     |
| Circulante                                    |                     |                 |               |                |                |
| Concessionárias e permissionárias             | 118.085             | 10.396          | 27.601        | 156.082        | 131.152        |
|                                               | <b>118.085</b>      | <b>10.396</b>   | <b>27.601</b> | <b>156.082</b> | <b>131.152</b> |
| Provisão para créditos de liquidação duvidosa |                     |                 |               | (27.601)       | (14.615)       |
| <b>Total</b>                                  |                     |                 |               | <b>128.481</b> | <b>116.538</b> |

|                                               | Consolidado         |                 |               |                |                |
|-----------------------------------------------|---------------------|-----------------|---------------|----------------|----------------|
|                                               | Saldos<br>vincendos | Vencidos        |               | Total          |                |
|                                               |                     | até 360<br>dias | > 360<br>dias | 31/12/2025     | 31/12/2024     |
| Circulante                                    |                     |                 |               |                |                |
| Concessionárias e permissionárias             | 163.303             | 1.823           | 3.500         | 168.626        | 144.228        |
|                                               | <b>163.303</b>      | <b>1.823</b>    | <b>3.500</b>  | <b>168.626</b> | <b>144.228</b> |
| Provisão para créditos de liquidação duvidosa |                     |                 |               | (31.099)       | (16.201)       |
| <b>Total</b>                                  |                     |                 |               | <b>137.527</b> | <b>128.027</b> |

Referem-se aos valores a receber de concessionárias e permissionárias pela disponibilização do sistema de

transmissão faturados através dos Avisos de Crédito (AVC's), autorizados por meio das Resoluções Homologatórias emitidas pela ANEEL, e pelos faturamentos dos contratos de conexão (CCT's) ao sistema de transmissão, firmados diretamente com os agentes cessantes.

#### Provisão para créditos de liquidação duvidosa ("PCLD")

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída com base na perda esperada, utilizando a abordagem simplificada de reconhecimento, baseada em histórico e probabilidade futura de inadimplência. O detalhamento da metodologia de provisão está descrito na nota 29 e.

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa está demonstrada a seguir:

|                                          | Controladora                      |                |                 |
|------------------------------------------|-----------------------------------|----------------|-----------------|
|                                          | Concessionárias e permissionárias | Outros ativos  | Total           |
| <b>Saldo em 31/12/2023</b>               | <b>(5.322)</b>                    | <b>(9.035)</b> | <b>(14.357)</b> |
| Provisão revertida (constituída) líquida | (9.293)                           | 648            | (8.645)         |
| <b>Saldo em 31/12/2024</b>               | <b>(14.615)</b>                   | <b>(8.387)</b> | <b>(23.002)</b> |
| Provisão revertida (constituída) líquida | (12.986)                          | (46)           | (13.032)        |
| <b>Saldo em 31/12/2025</b>               | <b>(27.601)</b>                   | <b>(8.433)</b> | <b>(36.034)</b> |
|                                          | Consolidado                       |                |                 |
|                                          | Concessionárias e permissionárias | Outros ativos  | Total           |
| <b>Saldo em 31/12/2023</b>               | <b>(5.419)</b>                    | <b>(9.035)</b> | <b>(14.454)</b> |
| Reestruturação Societária                | (103)                             | -              | (103)           |
| Provisão revertida (constituída) líquida | (10.679)                          | 683            | (9.996)         |
| <b>Saldo em 31/12/2024</b>               | <b>(16.201)</b>                   | <b>(8.352)</b> | <b>(24.553)</b> |
| Provisão revertida (constituída) líquida | (14.898)                          | (46)           | (14.944)        |
| <b>Saldo em 31/12/2025</b>               | <b>(31.099)</b>                   | <b>(8.398)</b> | <b>(39.497)</b> |

#### (8) TRIBUTOS A COMPENSAR

|                                                                      | Controladora  |               | Consolidado   |               |
|----------------------------------------------------------------------|---------------|---------------|---------------|---------------|
|                                                                      | 31/12/2025    | 31/12/2024    | 31/12/2025    | 31/12/2024    |
| <b><u>Circulante</u></b>                                             |               |               |               |               |
| Antecipações de contribuição social - CSLL                           | -             | 3.845         | -             | 3.845         |
| Antecipações de imposto de renda - IRPJ                              | -             | 9.028         | -             | 9.028         |
| Imposto de renda e contribuição social a compensar                   | 30.297        | 17.359        | 30.319        | 17.404        |
| <b>Imposto de renda e contribuição social a compensar</b>            | <b>30.297</b> | <b>30.232</b> | <b>30.319</b> | <b>30.277</b> |
| Imposto de renda retido na fonte sobre juros sobre o capital próprio | 2.564         | 2.564         | 2.564         | 2.564         |
| Imposto de renda e contribuição social retidos na fonte              | 22.113        | 9.801         | 22.745        | 11.860        |
| ICMS a compensar                                                     | -             | -             | 8             | 8             |
| Programa de integração social - PIS                                  | 471           | 475           | 495           | 491           |
| Contribuição para financiamento da seguridade social - COFINS        | 2.550         | 2.570         | 2.647         | 2.631         |
| Outros                                                               | 542           | 312           | 582           | 353           |
| <b>Outros tributos a compensar</b>                                   | <b>28.240</b> | <b>15.722</b> | <b>29.041</b> | <b>17.908</b> |
| <b>Total circulante</b>                                              | <b>58.537</b> | <b>45.954</b> | <b>59.360</b> | <b>48.184</b> |
| <b><u>Não circulante</u></b>                                         |               |               |               |               |
| ICMS a compensar                                                     | -             | -             | 2.033         | 1.190         |
| <b>Outros tributos a compensar</b>                                   | <b>-</b>      | <b>-</b>      | <b>2.033</b>  | <b>1.190</b>  |
| <b>Total não circulante</b>                                          | <b>-</b>      | <b>-</b>      | <b>2.033</b>  | <b>1.190</b>  |

**Antecipações de Contribuição social – CSLL e Imposto de renda – IRPJ** – refere-se principalmente a constituição de créditos pagos a maior.

**Imposto de renda retido na fonte** – refere-se principalmente a IRRF sobre aplicações financeiras e retenções de órgãos públicos.

## (9) OUTROS ATIVOS

|                                                            | Consolidado   |               |                |               |
|------------------------------------------------------------|---------------|---------------|----------------|---------------|
|                                                            | Circulante    |               | Não circulante |               |
|                                                            | 31/12/2025    | 31/12/2024    | 31/12/2025     | 31/12/2024    |
| Adiantamentos - fornecedores                               | 2.877         | 4.692         | -              | -             |
| Cauções, fundos e depósitos vinculados                     | 170           | -             | 259            | 556           |
| Ordens em curso                                            | 41.860        | 71.788        | -              | -             |
| Serviços prestados a terceiros                             | 5.255         | 6.543         | -              | -             |
| Despesas antecipadas                                       | 5.733         | 2.615         | 157            | 222           |
| Adiantamentos a funcionários                               | 97            | (349)         | -              | -             |
| Provisões de Efeitos Temporários (i)                       | 19.880        | -             | -              | -             |
| Outros                                                     | 25.423        | 13.142        | 11.568         | 13.465        |
| (-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa (nota 7) | (8.398)       | (8.352)       | -              | -             |
| <b>Total</b>                                               | <b>92.897</b> | <b>90.080</b> | <b>11.984</b>  | <b>14.243</b> |

(ii) Refere-se à constituição de efeitos temporários decorrentes do fato de que a receita efetivamente recebida pode ser superior ou inferior à receita homologada. Tais diferenças são compensadas no ciclo tarifário subsequente, caracterizando, portanto, um efeito temporário

## (10) ATIVO CONTRATUAL

Com base nos contratos de concessão e em atendimento aos requisitos do Pronunciamento Técnico CPC 47 – Receitas de Contrato com Cliente e o CPC 48 – Instrumentos Financeiros orientado pelo Ofício Circular nº 04 divulgado pela CVM em 1º de dezembro de 2020, a Administração reconhece como “Ativo Contratual” a infraestrutura disponibilizada ao serviço da concessão que está sujeita ao cumprimento das obrigações de desempenho para fazer jus à contraprestação esperada, no caso à RAP (Receita Anual Permitida), e não somente à passagem do tempo.

A Administração avalia também que as novas receitas relacionadas aos contratos de concessão renovados têm origem, exclusivamente, nas novas obras de reforços e melhorias, que são submetidas às resoluções autorizativas e às revisões tarifárias. São elas que produzem ajustes diretamente nas receitas inseridas no fluxo de caixa em relação aos valores de investimento realizados.

As movimentações para o período findo em 31 de dezembro e 2025 e 2024 são como seguem:

|                            | Controladora                   |                              |                              |                                |                  | Consolidado                                |                                                |                                           |                                    |                                        |                              |                  |
|----------------------------|--------------------------------|------------------------------|------------------------------|--------------------------------|------------------|--------------------------------------------|------------------------------------------------|-------------------------------------------|------------------------------------|----------------------------------------|------------------------------|------------------|
|                            | Contrato<br>080/2002<br>Lote A | Contrato<br>055/2001<br>RBSE | Contrato<br>055/2001<br>RBNI | Contrato<br>004/2021<br>Lote 6 | Total            | CPFL<br>Piracicaba<br>Contrato<br>003/2013 | CPFL<br>Morro<br>Agudo<br>Contrato<br>006/2015 | CPFL<br>Maracanaú<br>Contrato<br>020/2018 | CPFL Sul I<br>Contrato<br>005/2019 | CPFL<br>Sul II<br>Contrato<br>011/2019 | TESB<br>Contrato<br>001/2011 | Total            |
| <b>Saldo em 31/12/2023</b> | <b>111.833</b>                 | <b>1.565.788</b>             | <b>2.478.645</b>             | <b>153.168</b>                 | <b>4.309.434</b> | -                                          | -                                              | -                                         | -                                  | -                                      | <b>283.293</b>               | <b>4.592.727</b> |
| Reestruturação Societária  | -                              | -                            | -                            | -                              | -                | 142.155                                    | 151.537                                        | 90.751                                    | 364.545                            | 417.129                                | -                            | 1.166.118        |
| (+) Adições                | -                              | -                            | 1.026.059                    | 2.266                          | 1.028.324        | -                                          | -                                              | 338                                       | 2.170                              | 2                                      | 2.750                        | 1.033.584        |
| (+) Remuneração            | 10.890                         | 154.406                      | 225.830                      | 6.864                          | 397.989          | 11.660                                     | 14.984                                         | 4.098                                     | 22.128                             | 30.892                                 | 24.911                       | 506.663          |
| (+) Atualização Monetária  | 6.720                          | 68.635                       | 88.725                       | 2.890                          | 166.970          | -                                          | -                                              | -                                         | -                                  | -                                      | 14.248                       | 181.218          |
| (-) Amortização            | (18.748)                       | (388.166)                    | (200.548)                    | (9.612)                        | (617.074)        | (10.394)                                   | (12.410)                                       | (3.300)                                   | (17.615)                           | (23.304)                               | (19.327)                     | (703.423)        |
| (+/-) Outros               | 227                            | (151.843)                    | (5.454)                      | 12.740                         | (144.330)        | 1.009                                      | -                                              | (2.102)                                   | (2.163)                            | 7                                      | (781)                        | (148.361)        |
| <b>Saldo em 31/12/2024</b> | <b>110.922</b>                 | <b>1.248.820</b>             | <b>3.613.257</b>             | <b>168.316</b>                 | <b>5.141.313</b> | <b>144.429</b>                             | <b>154.111</b>                                 | <b>89.786</b>                             | <b>369.065</b>                     | <b>424.727</b>                         | <b>305.094</b>               | <b>6.628.526</b> |
| (+) Adições                | -                              | -                            | 953.086                      | 274                            | 953.360          | -                                          | -                                              | 4                                         | 615                                | 1.571                                  | 9.074                        | 964.624          |
| (+) Remuneração            | 10.303                         | 117.493                      | 394.410                      | 7.473                          | 529.679          | 10.230                                     | 14.360                                         | 6.398                                     | 15.994                             | 26.065                                 | 14.589                       | 617.316          |
| (+) Atualização Monetária  | 396                            | 51.494                       | 109.090                      | 7.461                          | 168.441          | 9.356                                      | 9.950                                          | 5.844                                     | 23.932                             | 27.567                                 | 13.515                       | 258.605          |
| (-) Amortização            | (19.458)                       | (342.295)                    | (262.569)                    | (10.952)                       | (635.273)        | (14.583)                                   | (16.843)                                       | (7.966)                                   | (24.705)                           | (33.544)                               | (27.525)                     | (760.439)        |
| (+/-) Outros               | (235)                          | (162.082)                    | 3.531                        | (771)                          | (159.557)        | (39)                                       | (8.763)                                        | (13)                                      | (671)                              | (704)                                  | 1.296                        | (168.451)        |
| <b>Saldo em 31/12/2025</b> | <b>101.928</b>                 | <b>913.430</b>               | <b>4.810.805</b>             | <b>171.801</b>                 | <b>5.997.964</b> | <b>149.393</b>                             | <b>152.815</b>                                 | <b>94.053</b>                             | <b>384.230</b>                     | <b>445.682</b>                         | <b>316.043</b>               | <b>7.540.181</b> |
| <b>Circulante</b>          | <b>20.548</b>                  | <b>366.713</b>               | <b>310.487</b>               | <b>11.235</b>                  | <b>708.983</b>   | <b>14.770</b>                              | <b>16.898</b>                                  | <b>8.203</b>                              | <b>25.881</b>                      | <b>35.289</b>                          | <b>29.057</b>                | <b>839.082</b>   |
| <b>Não Circulante</b>      | <b>81.380</b>                  | <b>546.717</b>               | <b>4.500.318</b>             | <b>160.566</b>                 | <b>5.288.981</b> | <b>134.623</b>                             | <b>135.917</b>                                 | <b>85.850</b>                             | <b>358.349</b>                     | <b>410.393</b>                         | <b>286.986</b>               | <b>6.701.099</b> |

A Receita Anual Permitida (RAP), para o ciclo 2025/2026 está vigente desde 1º de julho de 2025 através da resolução homologatória (REH) ANEEL nº 3.481/2025 para os contratos de concessão de transmissão: (i) nº 055/2001 que entraram em operação após 2012 (RBNI), é de R\$ 298.032, para as operações sobre rede básica existente (RBSE), é de R\$ 745.275, a Parcela de Ajuste (PA) é de (R\$ 44), (ii) nº 080/2002, é de R\$ 22.863 e PA de (R\$678); e (iii) nº 004/2021 é de R\$ 11.635 e PA de R\$ (678).

Para os contratos das controladas, no ciclo 2025/2026 as RAPs vigentes são: (i) Contrato 001/2011 da controlada TESB é de R\$ 48.318 e PA de (R\$ 4.218); (ii) Contrato 003/2013 da CPFL Transmissão Piracicaba é de R\$ 17.527 e PA de (R\$ 383). (iii) Contrato 006/2015 da CPFL Transmissão Morro Agudo é de R\$ 19.740 e PA de (R\$ 214); (iv) Contrato 020/2018 da CPFL Transmissão Maracanaú é de R\$ 11.558 e PA de (R\$ 130); (v) Contrato 005/2019 da CPFL Transmissão Sul I é de R\$ 37.787 e PA de (R\$ 1.297); e (vi) Contrato 011/2019 da CPFL Transmissão Sul II é de R\$ 48.540 (R\$ 2.313).

## (11) INVESTIMENTOS

|                                                   | Controladora     |                  | Consolidado   |               |
|---------------------------------------------------|------------------|------------------|---------------|---------------|
|                                                   | 31/12/2025       | 31/12/2024       | 31/12/2025    | 31/12/2024    |
| Participações societárias permanente              |                  |                  |               |               |
| Avaliadas pelo método de equivalência patrimonial | 1.461.885        | 1.505.010        | 18.647        | 18.890        |
| Avaliadas pelo método de custo                    | -                | 2.889            | -             | 2.889         |
| <b>Total</b>                                      | <b>1.461.885</b> | <b>1.507.899</b> | <b>18.647</b> | <b>21.779</b> |

### 11.1 Movimentação dos investimentos

| Investimentos                                  | Investimento em<br>31/12/2024 | Redução<br>Integralização<br>de capital | Equivalência<br>patrimonial<br>(Resultado) | Dividendo e Juros<br>sobre capital<br>próprio | Investimento<br>em 31/12/2025 |
|------------------------------------------------|-------------------------------|-----------------------------------------|--------------------------------------------|-----------------------------------------------|-------------------------------|
| <b>Controladas</b>                             |                               |                                         |                                            |                                               |                               |
| CPFL Transmissão De Energia Piracicaba Ltda.   | 138.970                       | -                                       | 18.412                                     | (15.472)                                      | 141.910                       |
| CPFL Transmissão De Energia Morro Agudo Ltda.  | 147.450                       | -                                       | 16.237                                     | (18.913)                                      | 144.774                       |
| CPFL Transmissão De Energia Maracanaú Ltda.    | 51.560                        | -                                       | 9.957                                      | (3.362)                                       | 58.155                        |
| CPFL Transmissão De Energia Sul I Ltda.        | 398.752                       | (65.000)                                | 47.311                                     | (18.000)                                      | 363.063                       |
| CPFL Transmissão De Energia Sul II Ltda.       | 407.982                       | -                                       | 55.628                                     | (48.008)                                      | 415.602                       |
| Transmissora De Energia Sul Brasil Ltda.       | 341.406                       | -                                       | 34.366                                     | (56.039)                                      | 319.733                       |
| <b>Coligadas</b>                               |                               |                                         |                                            |                                               |                               |
| Empresa De Transmissão Do Auto Uruguai - ETAU. | 13.401                        | -                                       | 4.747                                      | (4.962)                                       | 13.187                        |
| Transmissora Porto Alegreense - TP AE.         | 5.489                         | -                                       | 356                                        | (385)                                         | 5.460                         |
|                                                | <b>1.505.010</b>              | <b>(65.000)</b>                         | <b>187.015</b>                             | <b>(165.139)</b>                              | <b>1.461.885</b>              |

### Informações Financeiras Coligadas

|                  | 31/12/2025     |                    |               |
|------------------|----------------|--------------------|---------------|
|                  | Capital social | Patrimônio líquido | Lucro Líquido |
| <b>Coligadas</b> |                |                    |               |
| TPAE             | 38.146         | 55.420             | 1.213         |
| ETAU             | 34.895         | 131.819            | 32.828        |

### Transmissora Porto Alegreense Ltda (TPAE)

Sociedade de Propósito Específico com objetivo de explorar concessão do serviço público de transmissão de energia elétrica, mediante construção, montagem, operação e manutenção da linha de transmissão subterrânea em 230 kV Porto Alegre 9 – Porto Alegre 4.

### **Empresa de Transmissão do Alto Uruguai S.A (ETAU)**

A Empresa de Transmissão do Alto Uruguai (ETAU) atua na transmissão de energia elétrica através da linha de transmissão Campos Novos – Santa Marta de 230 kV, subestações de Lagoa Vermelha 2 - RS, Barra Grande - SC e entradas de linhas e instalações associadas a essas.

O investimento é avaliado pela equivalência patrimonial, considerando que a Companhia possui membros no Conselho de Administração da investida e participa dos processos de elaboração de políticas e das decisões sobre dividendos e distribuições.

**(12) IMOBILIZADO**

|                                       | Consolidado |                                               |                            |               |                        |                | Total          |
|---------------------------------------|-------------|-----------------------------------------------|----------------------------|---------------|------------------------|----------------|----------------|
|                                       | Terrenos    | Edificações,<br>obras civis e<br>benfeitorias | Máquinas e<br>equipamentos | Veículos      | Móveis e<br>utensílios | Em curso       |                |
| <b>Saldo em 31/12/2024</b>            | <b>727</b>  | <b>1.528</b>                                  | <b>27.338</b>              | <b>40.052</b> | <b>34</b>              | <b>75.065</b>  | <b>144.744</b> |
| Custo histórico                       | 727         | 1.858                                         | 31.673                     | 42.093        | 61                     | 75.065         | 151.477        |
| Depreciação acumulada                 | -           | (330)                                         | (4.334)                    | (2.041)       | (27)                   | -              | (6.732)        |
| Adições                               | -           | -                                             | -                          | -             | -                      | 41.110         | 41.110         |
| Baixas                                | -           | -                                             | (67)                       | (3.808)       | -                      | (2.984)        | (6.859)        |
| Transferências                        | -           | 2.812                                         | 1.961                      | -             | 3.732                  | (8.505)        | -              |
| Depreciação                           | -           | (835)                                         | (1.971)                    | (6.014)       | (11)                   | -              | (8.831)        |
| Baixa da depreciação                  | -           | -                                             | 42                         | 3.808         | -                      | -              | 3.850          |
| <b>Saldo em 31/12/2025</b>            | <b>727</b>  | <b>3.504</b>                                  | <b>27.304</b>              | <b>34.038</b> | <b>3.755</b>           | <b>104.683</b> | <b>174.012</b> |
| Custo histórico                       | 727         | 4.669                                         | 33.567                     | 38.285        | 3.793                  | 104.683        | 185.728        |
| Depreciação acumulada                 | -           | (1.165)                                       | (6.263)                    | (4.247)       | (38)                   | -              | (11.713)       |
| <b>Taxa média de depreciação 2024</b> |             | <b>3,38%</b>                                  | <b>4,38%</b>               | <b>14,29%</b> | <b>6,43%</b>           |                |                |
| <b>Taxa média de depreciação 2025</b> |             | <b>3,37%</b>                                  | <b>4,77%</b>               | <b>14,29%</b> | <b>6,25%</b>           |                |                |

O Ativo imobilizado da Companhia no montante de R\$ 174.012 (R\$ 144.744 em 31 de dezembro de 2024), é composto por bens administrativos, assim como por outros bens de utilizações geral não vinculados à concessão do serviço de energia elétrica, os quais fazem parte da BAR (Base de Anuidade Regulatória). Desta forma, ficam excluídos do alcance do Pronunciamento Técnico CPC 47 e da Norma NBC TG 47.

As principais adições no período se referem às aquisições de equipamentos destinados aos almoxarifados de investimento; às aquisições de veículos; e aos gastos voltados às melhorias e construções de edificações diversas.

As baixas apresentadas acima referem-se, principalmente, a transferências de ativos elétricos para os projetos de construção de redes e subestações vinculadas à concessão, ou seja, destinados ao grupo do Ativo Contratual.

**(13) FORNECEDORES**

|                          | <b>Controladora</b> |                   | <b>Consolidado</b> |                   |
|--------------------------|---------------------|-------------------|--------------------|-------------------|
|                          | <b>31/12/2025</b>   | <b>31/12/2024</b> | <b>31/12/2025</b>  | <b>31/12/2024</b> |
| <b><u>Circulante</u></b> |                     |                   |                    |                   |
| Materiais e serviços     | 153.433             | 137.287           | 161.066            | 145.922           |
| <b>Total</b>             | <b>153.433</b>      | <b>137.287</b>    | <b>161.066</b>     | <b>145.922</b>    |

O saldo de R\$ 161.922 (R\$ 145.922 em 31 de dezembro de 2024) refere-se ao aumento nas aquisições e contratações realizadas junto aos fornecedores fabricantes ou distribuidores de materiais, assim como os prestadores de serviços, para viabilizar as realizações das obras de transmissão ou para a manutenção do custeio.

**(14) TRIBUTOS A RECOLHER**

|                                                               | <b>Consolidado</b> |                   |                       |                   |
|---------------------------------------------------------------|--------------------|-------------------|-----------------------|-------------------|
|                                                               | <b>Circulante</b>  |                   | <b>Não circulante</b> |                   |
|                                                               | <b>31/12/2025</b>  | <b>31/12/2024</b> | <b>31/12/2025</b>     | <b>31/12/2024</b> |
| Imposto de renda pessoa jurídica - IRPJ                       | 45.264             | 3.284             | -                     | -                 |
| Contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL              | 10.315             | 1.232             | -                     | -                 |
| <b>Imposto de renda e contribuição social a recolher</b>      | <b>55.579</b>      | <b>4.516</b>      | <b>-</b>              | <b>-</b>          |
| Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços - ICMS     | 2.819              | 3.416             | -                     | -                 |
| Programa de integração social - PIS                           | 1.806              | 1.585             | -                     | -                 |
| Contribuição para financiamento da seguridade social - COFINS | 8.346              | 7.337             | -                     | -                 |
| Outros                                                        | 3.191              | 6.089             | 2.464                 | 4.181             |
| <b>Outros impostos, taxas e contribuições a recolher</b>      | <b>16.161</b>      | <b>18.428</b>     | <b>2.464</b>          | <b>4.181</b>      |
| <b>Total</b>                                                  | <b>71.740</b>      | <b>22.944</b>     | <b>2.464</b>          | <b>4.181</b>      |

**(15) EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS**

A movimentação dos empréstimos e financiamentos está demonstrada a seguir:

| Modalidade                       | Controladora           |                          |                                                                  |                        |                   |                        |
|----------------------------------|------------------------|--------------------------|------------------------------------------------------------------|------------------------|-------------------|------------------------|
|                                  | Saldo em<br>31/12/2024 | Amortização<br>principal | Encargos,<br>atualização<br>monetária e<br>marcação a<br>mercado | Atualização<br>cambial | Encargos<br>pagos | Saldo em<br>31/12/2025 |
| <b>Mensuradas ao valor justo</b> |                        |                          |                                                                  |                        |                   |                        |
| <b>Moeda estrangeira</b>         |                        |                          |                                                                  |                        |                   |                        |
| Dólar                            | 523.332                | (458.388)                | 19.269                                                           | (61.729)               | (22.484)          | -                      |
| Marcação a mercado               | (7.766)                | -                        | 8.193                                                            | -                      | -                 | 427                    |
| <b>Total a valor justo</b>       | <b>515.566</b>         | <b>(458.388)</b>         | <b>27.462</b>                                                    | <b>(61.729)</b>        | <b>(22.484)</b>   | <b>427</b>             |
| <b>Total</b>                     | <b>515.566</b>         | <b>(458.388)</b>         | <b>27.462</b>                                                    | <b>(61.729)</b>        | <b>(22.484)</b>   | <b>427</b>             |
| <b>Circulante</b>                | <b>515.566</b>         |                          |                                                                  |                        |                   | <b>-</b>               |
| <b>Não Circulante</b>            | <b>-</b>               |                          |                                                                  |                        |                   | <b>427</b>             |
| Modalidade                       | Controladora           |                          |                                                                  |                        |                   |                        |
|                                  | Saldo em<br>31/12/2023 | Amortização<br>principal | Encargos,<br>atualização<br>monetária e<br>marcação a<br>mercado | Atualização<br>cambial | Encargos<br>pagos | Saldo em<br>31/12/2024 |
| <b>Mensuradas ao valor justo</b> |                        |                          |                                                                  |                        |                   |                        |
| <b>Moeda estrangeira</b>         |                        |                          |                                                                  |                        |                   |                        |
| Dólar                            | 409.053                | -                        | 21.673                                                           | 113.484                | (20.878)          | 523.332                |
| Marcação a mercado               | (6.199)                | -                        | (1.567)                                                          | -                      | -                 | (7.766)                |
| <b>Total a valor justo</b>       | <b>402.854</b>         | <b>-</b>                 | <b>20.106</b>                                                    | <b>113.484</b>         | <b>(20.878)</b>   | <b>515.566</b>         |
| <b>Total</b>                     | <b>402.854</b>         | <b>-</b>                 | <b>20.106</b>                                                    | <b>113.484</b>         | <b>(20.878)</b>   | <b>515.566</b>         |
| <b>Circulante</b>                | <b>2.384</b>           |                          |                                                                  |                        |                   | <b>515.566</b>         |
| <b>Não Circulante</b>            | <b>400.470</b>         |                          |                                                                  |                        |                   | <b>-</b>               |
| Modalidade                       | Consolidado            |                          |                                                                  |                        |                   |                        |
|                                  | Saldo em<br>31/12/2024 | Amortização<br>principal | Encargos,<br>atualização<br>monetária e<br>marcação a<br>mercado | Atualização<br>cambial | Encargos<br>pagos | Saldo em<br>31/12/2025 |
| <b>Mensuradas ao custo</b>       |                        |                          |                                                                  |                        |                   |                        |
| <b>Moeda nacional</b>            |                        |                          |                                                                  |                        |                   |                        |
| <b>Pós Fixado</b>                |                        |                          |                                                                  |                        |                   |                        |
| IPCA                             | 38.455                 | (1.571)                  | 2.842                                                            | -                      | (2.883)           | 36.843                 |
| Gastos com captação(*)           | (416)                  | -                        | 26                                                               | -                      | -                 | (390)                  |
| <b>Total a custo</b>             | <b>38.039</b>          | <b>(1.571)</b>           | <b>2.868</b>                                                     | <b>-</b>               | <b>(2.883)</b>    | <b>36.453</b>          |
| <b>Mensuradas ao valor justo</b> |                        |                          |                                                                  |                        |                   |                        |
| <b>Moeda estrangeira</b>         |                        |                          |                                                                  |                        |                   |                        |
| Dólar                            | 523.332                | (458.388)                | 19.269                                                           | (61.729)               | (22.484)          | -                      |
| Marcação a mercado               | (7.766)                | -                        | 8.193                                                            | -                      | -                 | 427                    |
| <b>Total a valor justo</b>       | <b>515.566</b>         | <b>(458.388)</b>         | <b>27.462</b>                                                    | <b>(61.729)</b>        | <b>(22.484)</b>   | <b>427</b>             |
| <b>Total</b>                     | <b>553.605</b>         | <b>(459.959)</b>         | <b>30.330</b>                                                    | <b>(61.729)</b>        | <b>(25.367)</b>   | <b>36.880</b>          |
| <b>Circulante</b>                | <b>517.240</b>         |                          |                                                                  |                        |                   | <b>1.811</b>           |
| <b>Não Circulante</b>            | <b>36.365</b>          |                          |                                                                  |                        |                   | <b>35.068</b>          |

| Consolidado                      |                     |                           |                       |                                                      |                     |                 |                     |
|----------------------------------|---------------------|---------------------------|-----------------------|------------------------------------------------------|---------------------|-----------------|---------------------|
| Modalidade                       | Saldo em 31/12/2023 | Reestruturação Societária | Amortização principal | Encargos, atualização monetária e marcação a mercado | Atualização cambial | Encargos pagos  | Saldo em 31/12/2024 |
| <b>Mensuradas ao custo</b>       |                     |                           |                       |                                                      |                     |                 |                     |
| <b>Moeda nacional</b>            |                     |                           |                       |                                                      |                     |                 |                     |
| <b>Pós Fixado</b>                |                     |                           |                       |                                                      |                     |                 |                     |
| IPCA                             | -                   | 39.691                    | (1.167)               | 2.175                                                | -                   | (2.244)         | 38.455              |
| Gastos com captação(*)           | -                   | (435)                     | -                     | 19                                                   | -                   | -               | (416)               |
| <b>Total a custo</b>             | <b>-</b>            | <b>(39.256)</b>           | <b>(1.167)</b>        | <b>2.194</b>                                         | <b>-</b>            | <b>(2.244)</b>  | <b>38.039</b>       |
| <b>Mensuradas ao valor justo</b> |                     |                           |                       |                                                      |                     |                 |                     |
| <b>Moeda estrangeira</b>         |                     |                           |                       |                                                      |                     |                 |                     |
| Dólar                            | 409.053             | -                         | -                     | 21.673                                               | 113.484             | (20.878)        | 523.332             |
| Marcação a mercado               | (6.199)             | -                         | -                     | (1.567)                                              | -                   | -               | 7.766               |
| <b>Total a valor justo</b>       | <b>402.854</b>      | <b>-</b>                  | <b>-</b>              | <b>20.106</b>                                        | <b>113.484</b>      | <b>(20.878)</b> | <b>515.566</b>      |
|                                  |                     |                           |                       | -                                                    |                     |                 |                     |
| <b>Total</b>                     | <b>402.854</b>      | <b>(39.256)</b>           | <b>(1.167)</b>        | <b>22.300</b>                                        | <b>113.484</b>      | <b>(23.122)</b> | <b>553.605</b>      |
| <b>Circulante</b>                | <b>2.384</b>        |                           |                       |                                                      |                     |                 | <b>517.240</b>      |
| <b>Não Circulante</b>            | <b>400.470</b>      |                           |                       |                                                      |                     |                 | <b>36.365</b>       |

(\*) Gastos com captação: conforme CPC 48, referem-se aos custos de captação diretamente atribuíveis a emissão das respectivas dívidas, mensuradas ao custo.

O saldo de principal de empréstimos e financiamentos registrados no passivo não circulante tem seus vencimentos assim programados:

| <u>Ano de vencimento</u> | <u>Consolidado</u> |
|--------------------------|--------------------|
| 2027                     | 2.272              |
| 2028                     | 2.349              |
| 2029                     | 2.370              |
| 2030                     | 14.000             |
| 2031 a 2035              | 11.646             |
| 2036 a 2040              | -                  |
| <b>Subtotal</b>          | <b>34.642</b>      |
| Marcação a mercado       | 426                |
| <b>Total</b>             | <b>35.068</b>      |

Os detalhes dos empréstimos e financiamentos estão demonstrados a seguir:

| Modalidade                                           | Encargos financeiros anuais | Consolidado |            | Faixa de vencimento | Garantia                                  |
|------------------------------------------------------|-----------------------------|-------------|------------|---------------------|-------------------------------------------|
|                                                      |                             | 31/12/2025  | 31/12/2024 |                     |                                           |
| <b>Mensuradas ao custo - Moeda Nacional</b>          |                             |             |            |                     |                                           |
| BNB                                                  | IPCA + 1,06%                | 36.843      | -          | 2022 a 2039         | (i) Conta reserva; (ii) Fiança Bancária;  |
|                                                      |                             | 36.843      | -          |                     |                                           |
| <b>Gastos com captação</b>                           |                             | (390)       | -          |                     |                                           |
| <b>Total moeda nacional</b>                          |                             | 36.453      | -          |                     |                                           |
| <b>Mensuradas ao valor justo - Moeda Estrangeira</b> |                             |             |            |                     |                                           |
| <b>Empréstimos bancários (Lei 4.131)</b>             |                             |             |            |                     |                                           |
| Dólar                                                | US\$ + 4,4906%              | -           | 409.053    | 2025                | Fiança da CPFL Energia e nota promissória |
|                                                      |                             | -           | 409.053    |                     |                                           |
| <b>Marcação a mercado</b>                            |                             | 427         | (6.199)    |                     |                                           |
| <b>Total moeda estrangeira</b>                       |                             | 427         | 402.854    |                     |                                           |
| <b>Total</b>                                         |                             | 36.880      | 402.854    |                     |                                           |

Determinados empréstimos bancários, principalmente os contratados em moeda estrangeira, possuem swap convertendo variação cambial e taxa pré-fixada para variação de taxa de juros. Para mais informações sobre as taxas consideradas, vide nota 29. A taxa efetiva dos empréstimos mensurados ao custo varia de 50% a 109% do CDI.

### Condições restritivas

Os empréstimos e financiamentos obtidos pela Companhia exigem o cumprimento de algumas cláusulas restritivas financeiras, sob pena de limitação à distribuição de dividendos, e/ou antecipação de vencimento das dívidas vinculadas. Algumas cláusulas contratuais estão vinculadas à índices financeiros da controladora CPFL Energia S.A. ("CPFL Energia"). Ainda, o não cumprimento das obrigações ou restrições mencionadas pode ocasionar a inadimplência em relação a outras obrigações contratuais (cross default), dependendo de cada contrato de empréstimo e financiamento.

As apurações são feitas semestralmente. Apresentamos abaixo os parâmetros de cada índice, considerando todos os contratos vigentes em 31 de dezembro de 2025.

### Índices exigidos nas demonstrações financeiras consolidadas da CPFL Energia

- Dívida líquida dividida pelo EBITDA ajustado menor ou igual a 3,75;
- EBITDA ajustado dividido pelo resultado financeiro maior ou igual a 2,25.

A Administração do Grupo monitora esses índices de forma sistemática e constante, de forma que as condições sejam atendidas. Em 31 de dezembro de 2025, a Administração da Companhia não identificou eventos ou condições de não conformidade de cláusulas financeiras e não financeiras.

## (16) DEBÊNTURES

A movimentação das debêntures está demonstrada a seguir:

| Consolidado                      |                     |                  |                       |                                                      |                  |                     |
|----------------------------------|---------------------|------------------|-----------------------|------------------------------------------------------|------------------|---------------------|
| Modalidade                       | Saldo em 31/12/2024 | Captação         | Amortização principal | Encargos, atualização monetária e marcação a mercado | Encargos pagos   | Saldo em 31/12/2025 |
| <b>Mensuradas ao custo</b>       |                     |                  |                       |                                                      |                  |                     |
| Pós fixado                       |                     |                  |                       |                                                      |                  |                     |
| CDI                              | 1.272.235           | 583.000          | (1.000.000)           | 116.243                                              | (116.356)        | 855.122             |
| IPCA                             | -                   | 500.000          | -                     | 28.818                                               | (17.080)         | 511.738             |
| Gastos com captação(*)           | (2.120)             | (15.991)         | -                     | 1.168                                                | -                | (16.943)            |
| <b>Total a custo</b>             | <b>1.270.115</b>    | <b>1.067.009</b> | <b>(1.000.000)</b>    | <b>146.228</b>                                       | <b>(133.436)</b> | <b>1.349.917</b>    |
| <b>Mensuradas ao valor justo</b> |                     |                  |                       |                                                      |                  |                     |
| Pós fixado                       |                     |                  |                       |                                                      |                  |                     |
| IPCA                             | 1.679.699           | 300.000          | -                     | 211.823                                              | (113.365)        | 2.078.157           |
| Marcação a mercado               | (139.451)           | -                | -                     | 91.373                                               | -                | (48.078)            |
| <b>Total a valor justo</b>       | <b>1.540.248</b>    | <b>300.000</b>   | <b>-</b>              | <b>303.196</b>                                       | <b>(113.365)</b> | <b>2.030.079</b>    |
| <b>Total</b>                     | <b>2.810.363</b>    | <b>1.367.009</b> | <b>(1.000.000)</b>    | <b>449.424</b>                                       | <b>(246.801)</b> | <b>3.379.996</b>    |
| <b>Circulante</b>                | <b>29.767</b>       |                  |                       |                                                      |                  | <b>43.841</b>       |
| <b>Não circulante</b>            | <b>2.780.596</b>    |                  |                       |                                                      |                  | <b>3.336.155</b>    |

| Consolidado                      |                     |                           |                |                       |                                                      |                  |                     |
|----------------------------------|---------------------|---------------------------|----------------|-----------------------|------------------------------------------------------|------------------|---------------------|
| Modalidade                       | Saldo em 31/12/2023 | Reestruturação Societária | Captação       | Amortização principal | Encargos, atualização monetária e marcação a mercado | Encargos pagos   | Saldo em 31/12/2024 |
| <b>Mensuradas ao custo</b>       |                     |                           |                |                       |                                                      |                  |                     |
| Pós fixado                       |                     |                           |                |                       |                                                      |                  |                     |
| CDI                              | 1.272.950           | -                         | 260.000        | (260.000)             | 150.054                                              | (150.769)        | 1.272.235           |
| Gastos com captação(*)           | (2.491)             | -                         | -              | -                     | 371                                                  | -                | (2.120)             |
| <b>Total a custo</b>             | <b>1.270.459</b>    | <b>-</b>                  | <b>260.000</b> | <b>(260.000)</b>      | <b>150.425</b>                                       | <b>(150.769)</b> | <b>1.270.115</b>    |
| <b>Mensuradas ao valor justo</b> |                     |                           |                |                       |                                                      |                  |                     |
| Pós fixado                       |                     |                           |                |                       |                                                      |                  |                     |
| IPCA                             | 456.106             | 536.018                   | 635.000        | -                     | 126.789                                              | (74.215)         | 1.679.698           |
| Marcação a mercado               | (1.528)             | 2.321                     | -              | -                     | (140.244)                                            | -                | (139.451)           |
| <b>Total a valor justo</b>       | <b>454.578</b>      | <b>538.339</b>            | <b>635.000</b> | <b>-</b>              | <b>(13.455)</b>                                      | <b>(74.215)</b>  | <b>1.540.247</b>    |
| <b>Total</b>                     | <b>1.725.037</b>    | <b>538.339</b>            | <b>895.000</b> | <b>(260.000)</b>      | <b>136.970</b>                                       | <b>(224.983)</b> | <b>2.810.363</b>    |
| <b>Circulante</b>                | <b>16.047</b>       |                           |                |                       |                                                      |                  | <b>29.767</b>       |
| <b>Não circulante</b>            | <b>1.708.990</b>    |                           |                |                       |                                                      |                  | <b>2.780.596</b>    |

(\*) Conforme CPC 48, referem-se aos custos de captação diretamente atribuíveis a emissão das respectivas dívidas, mensuradas ao custo.

Em consonância com o CPC 48, os gastos com emissão referem-se aos custos diretamente atribuíveis à emissão das debêntures e estas são classificadas como (i) passivos financeiros mensurados ao custo amortizado e (ii) passivos financeiros mensurados ao valor justo contra resultado.

A classificação como passivos financeiros de debêntures mensurados ao valor justo tem o objetivo de confrontar os efeitos do reconhecimento de receitas e despesas oriundas da marcação a mercado dos derivativos de proteção, atrelados às respectivas debêntures, de modo a reduzir o descasamento contábil.

As mudanças dos valores justos destas debêntures são reconhecidas no resultado financeiro do Grupo. Em 31 de dezembro de 2025 os ganhos acumulados não realizados obtidos na marcação a mercado das referidas debêntures foram de R\$ 48.078 (ganho de R\$ 139.451 em 31 de dezembro de 2024).

Os detalhes das debêntures estão demonstrados a seguir:

| Modalidade                              | Encargos financeiros anuais            | Consolidado |            | Faixa de vencimento | Garantia               |
|-----------------------------------------|----------------------------------------|-------------|------------|---------------------|------------------------|
|                                         |                                        | 31/12/2025  | 31/12/2024 |                     |                        |
| Mensuradas ao Custo - Pós Fixado        |                                        |             |            |                     |                        |
| CDI                                     | CDI + 1,34%, CDI + 1,47% + CDI + 1,20% | (a) 855.122 | 1.272.235  | 2027 a 2029         | Fiança da CPFL Energia |
| IPCA                                    | IPCA + de 4,66% a 5,05%                | 511.738     | -          | 2024 a 2027         | Fiança da CPFL Energia |
|                                         | Gastos com captação                    | (16.943)    | (2.120)    |                     |                        |
|                                         |                                        | 1.349.917   | 1.270.115  |                     |                        |
| Mensuradas ao valor justo - pós fixados |                                        |             |            |                     |                        |
| IPCA                                    | IPCA + 6,18%                           | 2.078.157   | 1.679.699  | 2031 a 2032         | Fiança da CPFL Energia |
| Marcação a mercado                      |                                        | (48.078)    | (139.451)  |                     |                        |
|                                         | Total                                  | 3.379.997   | 2.810.363  |                     |                        |

(a) Algumas debêntures possuem swap convertendo variação de IPCA para variação de CDI. Para mais informações sobre as taxas consideradas, vide nota 29. A taxa efetiva das debêntures mensuradas ao custo varia de CDI + 1,34% a 1,47% e IPCA + 4,66% a 5,05%.

O saldo de principal de debêntures registrado no passivo não circulante tem seus vencimentos assim programados:

| <u>Ano de vencimento</u> | <u>Consolidado</u> |
|--------------------------|--------------------|
| 2029                     | 446.999            |
| 2030                     | 770.024            |
| 2031 a 2035              | 353.593            |
| 2036 a 2040              | 1.677.554          |
| <b>Subtotal</b>          | <b>3.384.233</b>   |
| Marcação a mercado       | (48.078)           |
| <b>Total</b>             | <b>3.336.155</b>   |

#### Adições no exercício

| Modalidade<br>Empresa              | Emissão    | Quantidade<br>emitida | Montantes R\$<br>mil | Pagamento<br>de juros | Destinação<br>do recurso | Taxa efetiva<br>anual |
|------------------------------------|------------|-----------------------|----------------------|-----------------------|--------------------------|-----------------------|
|                                    |            |                       | Liberado em<br>2025  |                       |                          |                       |
| Moeda nacional - IPCA              |            |                       |                      |                       |                          |                       |
| 14ª Emissão - EEELA4 - Única Série | 06/03/2025 | 300.000               | 300.000              | Semestral             | Investimentos            | IPCA+7,7082%          |
| 15ª Emissão - EEELB5 - 2ª Série    | 23/05/2025 | 500.000               | 500.000              | Semestral             | Investimentos            | IPCA +<br>6,9249%     |
| CDI                                |            |                       |                      |                       |                          |                       |
| 15ª Emissão - EEELA5 - 1ª Série    | 23/05/2025 | 583.000               | 583.000              | Trimestral            | Capital de<br>Giro       | CDI+0,45%             |
|                                    |            |                       | 1.383.000            |                       |                          |                       |

#### Pré-pagamento:

Em 2025, foram liquidados antecipadamente R\$ 583.000 da 8ª emissão de debêntures 1ª série, cujos vencimentos originais eram até maio de 2027.

## Condições restritivas

As debêntures emitidas pela Companhia exigem o cumprimento de algumas cláusulas restritivas financeiras da sua controladora CPFL Energia. As apurações são feitas semestralmente.

Apresentamos abaixo os parâmetros de cada índice, considerando todos os contratos vigentes em 31 de dezembro de 2025:

### Índices exigidos nas demonstrações financeiras consolidadas da CPFL Energia

- Dívida líquida dividida pelo EBITDA ajustado menor ou igual a 3,75;
- EBITDA dividido pelo resultado financeiro maior ou igual a 2,25.

A Administração do Grupo monitora esses índices de forma sistemática e constante, de forma que as condições sejam atendidas. Em 31 de dezembro de 2025, a Administração da Companhia não identificou eventos ou condições de não conformidade de cláusulas financeiras e não financeiras.

## (17) ENTIDADE DE PREVIDÊNCIA PRIVADA

### 17.1 Características:

A controlada indireta CPFL Transmissão mantém planos de suplementação de aposentadoria e pensões para seus colaboradores e ex-colaboradores, administrado pela Fundação Família Previdência, anteriormente denominando Fundação CEEE de Previdência Privada, sendo:

(i) “**Plano CEEEPREV**”: O CEEEPREV é um plano com características de contribuição variável, pois contém uma parte contribuição definida e uma parte benefício definido, no que se refere aos benefícios de risco e à parte dos benefícios saldados.

Em 2014 foi instaurado litígio judicial (Processo nº 0065790-57.2014.4.01.3400) relacionado às contribuições não paritárias, ajuizado pela Fundação Família Previdência (Antiga Fundação ELETROCEEE) em face da PREVIC, em razão da Portaria do órgão regulador que exigiu a apresentação de solução definitiva sobre os artigos do Regulamento do Plano de Benefícios que tratam da responsabilidade patronal perante eventual insuficiência de cobertura patrimonial nas reservas que suportam os benefícios, que se encontram irregulares perante a legislação aplicável.

Isto porque o Plano de Benefícios da CEEEPREV previa responsabilidade exclusiva da patrocinadora perante eventual insuficiência de cobertura patrimonial, o que, segundo a PREVIC, e entendimento corroborado pela Administração da controlada, viola as previsões da Lei Complementar nº 108/2001. O resultado em 1ª e 2ª instância foi desfavorável à Fundação e favorável à controlada, não havendo efeito suspensivo sobre os recursos pendentes.

Já em 2019 foi instaurada a segunda demanda judicial (Processo nº 5051477-51.2019.8.21.0001) relacionada ao tema, está ajuizada pela então CEEE-D e pela então CEEE-GT (antes da cisão entre os segmentos Geração e Transmissão) contra a Fundação, com o objetivo de reconhecimento da nulidade das cláusulas do Plano de Benefícios CEEEPREV, a fim de tornar nula a responsabilidade exclusiva das patrocinadoras perante eventual insuficiência de cobertura patrimonial. Após a propositura da demanda pelas empresas integrantes do antigo Grupo CEEE, o próprio Estado do Rio Grande do Sul ingressou na lide, na condição de assistente da parte autora. Em 14 de outubro 2021, a sentença em primeiro grau julgou a ação parcialmente procedente para reconhecer a nulidade das cláusulas do Plano de benefícios que não aplicam a paridade contributiva (no mesmo sentido da sentença e do acórdão da Ação nº 0065790-57.2014.4.01.3400). Apresentados recursos de apelação pelas partes, o TJRS (Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul) proferiu acórdão em 28 de julho de 2022 no sentido de manter, na íntegra, a sentença recorrida. Sobre o acórdão proferido, as Partes apresentaram no próprio TJRS Embargos de Declaração contra o acórdão de Apelação a fim de obter esclarecimentos, os quais foram desacolhidos. Ato contínuo, todas as partes envolvidas apresentaram recursos Especiais e Extraordinários, respectivamente, ao STJ e STF. Em juízo de admissibilidade, o TJRS inadmitiu todos os Recursos Extraordinários e Especiais apresentados, com exceção do Recurso Especial apresentado pela Fundação Família Previdência. Ainda, ao Recurso da Fundação Família Previdência, atribuiu-se efeito suspensivo para manter vigentes as cláusulas do regulamento do Plano que atribuem às Patrocinadoras a responsabilidade pelo pagamento integral das contribuições extraordinárias, o qual foi posteriormente revogado. Atualmente, foram apresentados Agravos de Instrumento para subida do Recurso Especial e Extraordinário e pedido liminar de efeito suspensivo ao STJ o qual foi acolhido, determinando até julgamento final do Recurso Especial: I) a suspensão da debatida cobrança e/ou pagamento de contribuições no âmbito do Plano CEEEPREV, sem que haja a observância da paridade contributiva; II) admitir a exigibilidade do custeio de metade do déficit constituído anteriormente à prolação da sentença de parcial

procedência, suspendendo qualquer bloqueio ou medida constritiva nas contas da requerente, com relação à parte excedente.

Em atendimento as decisões proferidas no Processo nº 5051477-51.2019.8.21.0001, a controlada, desde março de 2022, vem recolhendo sua contribuição extraordinária de forma paritária e a Fundação não tem realizado o tratamento da parcela de equacionamento do déficit que seria devida pelos participantes. Em face da implementação da decisão, a Fundação Família Previdência ajuizou Tutela Cautelar (Processo nº 5179986-58.2023.8.21.0001) na qual requer seja concedida tutela provisória para determinar que o Banrisul promova a execução do Contrato de Garantias em face das Patrocinadoras dos planos de benefício de previdência complementar, conforme termo celebrado entre as partes, transferindo o numerário à conta corrente de titularidade da Fundação, até o limite de R\$ 147.036.919, dos quais R\$ 72.430.030 são discutidos como dívida da CEEE-T frente ao Plano CEEEPREV. Em análise do pedido liminar, o juiz de primeira instância deferiu a referida medida, limitada a R\$ 145.050.105, excluídos os valores da CEEE-G, em face do que a Companhia apresentou o recurso competente. Em 08 janeiro de 2024, abrangido pela decisão liminar concedida pelo STJ na ação nº 5051477-51.2019.8.21.0001, foi proferida decisão que suspende os efeitos da tutela anteriormente deferida e determinou ao Banrisul o desbloqueio dos valores constrictos.

O valor envolvido na ação judicial (Processo nº 5051477-51.2019.8.21.0001) corresponde a aproximadamente 50% da totalidade dos déficits do plano, e os assessores jurídicos avaliam a chance de êxito como possível, com viés de provável. A Companhia estima que entre os meses março de 2022 a dezembro de 2025 o valor de R\$ 185.944 mil deveria ter sido cobrado dos participantes, mas o mesmo se encontra alocado na provisão de perdas do plano. Este valor está incluído nas perdas de risco possível na nota explicativa nº 18.

Considerando os fundamentos jurídicos corroborados pelas recentes decisões dos tribunais, nos processos que tratam detalhadamente a matéria, a controlada, na qualidade de patrocinadora do Plano CEEEPREV, entende que a partir da nova decisão judicial de outubro de 2021 e demais decisões judiciais, a melhor estimativa para mensuração desse passivo é utilizar o *risk sharing* como redutor do passivo atuarial a partir do exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

(ii) “**Plano Único**”: O Plano Único tem modalidade de benefício definido e encontra-se fechado para novas adesões de participantes desde 02 de setembro de 2002. Esse plano recebe contribuições paritárias entre patrocinadora e empregados.

Considerando que o Regulamento do Plano Único prescreve que as eventuais insuficiências (déficits) serão equacionadas conforme a legislação aplicável o passivo do Plano Único é reconhecido na proporção paritária.

(iii) “**Contas a Pagar Aposentadoria Incentivada – CTP**”: Em decorrência de acordo coletivo de trabalho, a partir de 1997 a controlada era responsável pelo pagamento do benefício de complementação de aposentadoria por tempo de serviço que tenha sido concedida pela Previdência Oficial ao participante regularmente inscrito na Fundação Família Previdência e que ainda não havia cumprido todos os requisitos para a sua fruição, ocasião em que o ex-empregado era definitivamente aposentado pela Fundação. Atualmente, recebem o complemento de verbas que não entraram no cálculo do INSS, sendo a empresa condenada pela justiça ao pagamento de forma vitalícia. Para isso, a controlada provisionou os valores integrais dos compromissos futuros relativos a essas complementações salariais, considerando o prazo médio de pagamento desses benefícios, ajustados a valor presente, incluindo as contribuições à Fundação.

17.2 Movimentações dos planos de benefício definido

|                                                                        | Controladora   |              |                |                  |
|------------------------------------------------------------------------|----------------|--------------|----------------|------------------|
|                                                                        | 31/12/2025     |              |                |                  |
|                                                                        | Plano Único    | CTP          | CEEEPREV BD    | Total            |
| Valor presente das obrigações atuariais com cobertura                  | 1.244.344      | 3.367        | 2.175.394      | 3.423.106        |
| Valor justo dos ativos do plano                                        | (858.471)      | -            | (1.372.722)    | (2.231.193)      |
| <b>Valor presente das obrigações (valor justo dos ativos) líquidos</b> | <b>385.873</b> | <b>3.367</b> | <b>802.672</b> | <b>1.191.915</b> |
| Efeito risk sharing (Parcela atribuída aos participantes)              | (240.911)      | -            | (519.456)      | (760.367)        |
| <b>Passivo atuarial líquido reconhecido no balanço</b>                 | <b>144.962</b> | <b>3.367</b> | <b>283.216</b> | <b>431.547</b>   |

| Controladora                                                           |                |              |                |                  |
|------------------------------------------------------------------------|----------------|--------------|----------------|------------------|
| 31/12/2024                                                             |                |              |                |                  |
|                                                                        | Plano Único    | CTP          | CEEEPREV BD    | Total            |
| Valor presente das obrigações atuariais com cobertura                  | 1.216.684      | 3.115        | 2.080.162      | 3.299.961        |
| Valor justo dos ativos do plano                                        | (813.209)      | -            | (1.256.040)    | (2.069.249)      |
| <b>Valor presente das obrigações (valor justo dos ativos) líquidos</b> | <b>403.475</b> | <b>3.115</b> | <b>824.122</b> | <b>1.230.712</b> |
| Efeito risk sharing (Parcela atribuída aos participantes)              | (297.929)      | -            | (544.353)      | (842.282)        |
| <b>Passivo atuarial líquido reconhecido no balanço</b>                 | <b>105.546</b> | <b>3.115</b> | <b>279.769</b> | <b>388.430</b>   |

As movimentações do valor presente das obrigações atuariais e do valor justo dos ativos do plano são como segue:

| Controladora                                                          |                  |              |                  |                  |
|-----------------------------------------------------------------------|------------------|--------------|------------------|------------------|
|                                                                       | Plano Único      | CTP          | CEEEPREV BD      | Total            |
| <b>Valor presente das obrigações atuariais em 31/12/2023</b>          | <b>1.109.127</b> | <b>3.405</b> | <b>1.897.913</b> | <b>3.010.445</b> |
| Custo do serviço corrente bruto                                       | -                | -            | (5)              | (5)              |
| Juros sobre obrigação atuarial                                        | 65.262           | 313          | 114.103          | 179.678          |
| Contribuições de participantes vertidas no exercício                  | -                | -            | 628              | 628              |
| Perda (ganho) atuarial: efeito de alteração de premissas demográficas | -                | -            | (31.307)         | (31.307)         |
| Perda (ganho) atuarial: efeito de premissas financeiras               | (89.050)         | (294)        | (209.219)        | (298.563)        |
| Efeito risk sharing (Parcela atribuída aos participantes)             | (15.925)         | -            | (20.520)         | (36.445)         |
| Benefícios pagos no ano                                               | (150.659)        | -            | (215.784)        | (366.443)        |
| Benefício pago diretamente pela empresa                               | -                | (309)        | -                | (309)            |
| <b>Valor presente das obrigações atuariais em 31/12/2024</b>          | <b>918.754</b>   | <b>3.115</b> | <b>1.535.809</b> | <b>2.457.678</b> |
| Custo do serviço corrente bruto                                       | -                | -            | (184)            | (184)            |
| Juros sobre obrigação atuarial                                        | 100.180          | 345          | 169.041          | 269.566          |
| Contribuições de participantes vertidas no exercício                  | 30.323           | -            | 11.949           | 42.272           |
| Perda (ganho) atuarial: efeito de premissas financeiras               | 51.654           | 967          | 139.850          | 192.471          |
| Efeito risk sharing (Parcela atribuída aos participantes)             | 57.018           | -            | 24.897           | 81.915           |
| Benefícios pagos no ano                                               | (154.496)        | -            | (225.423)        | (379.919)        |
| Benefício pago diretamente pela empresa                               | -                | (1.060)      | -                | (1.060)          |
| <b>Valor presente das obrigações atuariais em 31/12/2025</b>          | <b>1.003.433</b> | <b>3.367</b> | <b>1.655.939</b> | <b>2.662.740</b> |

| Controladora                                             |                  |                    |                    |
|----------------------------------------------------------|------------------|--------------------|--------------------|
|                                                          | Plano Único      | CEEEPREV BD        | Total              |
| <b>Valor justo dos ativos dos planos em 31/12/2023</b>   | <b>(903.617)</b> | <b>(1.359.252)</b> | <b>(2.262.869)</b> |
| Rendimento esperado no exercício                         | (42.023)         | (64.835)           | (106.858)          |
| Contribuições de participantes vertidas no exercício     | -                | (628)              | (628)              |
| Contribuições de patrocinadoras                          | (34.767)         | (54.980)           | (89.747)           |
| Perda (ganho) atuarial: retorno sobre os ativos do plano | 16.539           | 7.871              | 24.410             |
| Benefícios pagos no exercício                            | 150.659          | 215.784            | 366.443            |
| <b>Valor justo dos ativos dos planos em 31/12/2024</b>   | <b>(813.209)</b> | <b>(1.256.040)</b> | <b>(2.069.249)</b> |
| Rendimento esperado no exercício                         | (89.898)         | (139.972)          | (229.870)          |
| Contribuições de participantes vertidas no exercício     | (30.323)         | (11.949)           | (42.272)           |
| Contribuições de patrocinadoras                          | (38.875)         | (82.330)           | (121.205)          |
| Perda (ganho) atuarial: retorno sobre os ativos do plano | (40.668)         | (107.854)          | (148.522)          |
| Benefícios pagos no exercício                            | 154.496          | 225.423            | 379.919            |
| <b>Valor justo dos ativos dos planos em 31/12/2025</b>   | <b>(858.477)</b> | <b>(1.372.722)</b> | <b>(2.231.199)</b> |

## 17.3 Movimentações dos passivos registrados

As movimentações ocorridas no passivo líquido são as seguintes:

|                                                                       | Controladora   |              |                | Total          |
|-----------------------------------------------------------------------|----------------|--------------|----------------|----------------|
|                                                                       | Plano Único    | CTP          | CEEEPREV<br>BD |                |
| <b>Passivo atuarial líquido em 31/12/2023</b>                         | <b>205.510</b> | <b>3.405</b> | <b>538.661</b> | <b>747.577</b> |
| Despesas (receitas) reconhecidas na demonstração do resultado         | 23.239         | 313          | 49.264         | 72.816         |
| Contribuições da patrocinadora vertidas do exercício                  | (34.767)       | -            | (54.980)       | (89.747)       |
| Perda (ganho) atuarial: efeito da alteração de premissas demográficas | -              | -            | (31.307)       | (31.307)       |
| Perda (ganho) atuarial: efeito de premissas financeiras               | (89.050)       | (294)        | (209.219)      | (298.563)      |
| Perda (ganho) atuarial: retorno sobre os ativos do plano              | 16.539         | -            | 7.871          | 24.410         |
| Efeito risk sharing                                                   | (15.925)       | -            | (20.520)       | (36.445)       |
| Benefício pago diretamente pela empresa                               | -              | (309)        | -              | (309)          |
| <b>Passivo atuarial líquido em 31/12/2024</b>                         | <b>105.546</b> | <b>3.115</b> | <b>279.770</b> | <b>388.430</b> |
| Circulante                                                            |                |              |                | <b>85.222</b>  |
| Não circulante                                                        |                |              |                | <b>303.209</b> |

|                                                                       | Controladora   |              |                | Total          |
|-----------------------------------------------------------------------|----------------|--------------|----------------|----------------|
|                                                                       | Plano Único    | CTP          | CEEEPREV<br>BD |                |
| <b>Passivo atuarial líquido em 31/12/2024</b>                         | <b>105.546</b> | <b>3.115</b> | <b>279.770</b> | <b>388.430</b> |
| Despesas (receitas) reconhecidas na demonstração do resultado         | 10.288         | 345          | 28.884         | 39.517         |
| Contribuições da patrocinadora vertidas do exercício                  | (38.875)       | -            | (82.330)       | (121.205)      |
| Perda (ganho) atuarial: efeito da alteração de premissas demográficas | -              | -            | -              | -              |
| Perda (ganho) atuarial: efeito de premissas financeiras               | 51.654         | 967          | 139.850        | 192.471        |
| Perda (ganho) atuarial: retorno sobre os ativos do plano              | (40.668)       | -            | (107.854)      | (148.522)      |
| Efeito risk sharing                                                   | 57.018         | -            | 24.897         | 81.915         |
| Benefício pago diretamente pela empresa                               | -              | (1.060)      | -              | (1.060)        |
| <b>Passivo atuarial líquido em 31/12/2025</b>                         | <b>144.963</b> | <b>3.367</b> | <b>283.217</b> | <b>431.547</b> |
| Circulante                                                            |                |              |                | <b>38.846</b>  |
| Não Circulante                                                        |                |              |                | <b>392.701</b> |

## 17.4 Contribuições e benefícios esperados

As contribuições esperadas aos planos para o exercício de 2026 estão apresentadas a seguir:

|                                | 2026           |
|--------------------------------|----------------|
| CPFL Transmissão - Plano Único | 41.520         |
| CPFL Transmissão - CTP         | 421            |
| CPFL Transmissão - CEEEPREV BD | 75.445         |
| <b>Total</b>                   | <b>623.618</b> |

Os benefícios esperados a serem pagos nos próximos 10 anos estão apresentados a seguir:

|                                | 2026           | 2027           | 2028           | 2029           | 2030 a 2035      | Total            |
|--------------------------------|----------------|----------------|----------------|----------------|------------------|------------------|
| CPFL Transmissão - Plano Único | 145.420        | 146.776        | 147.847        | 148.560        | 880.887          | 1.469.490        |
| CPFL Transmissão - CTP         | 421            | 407            | 390            | 369            | 1.580            | 3.167            |
| CPFL Transmissão - CEEEPREV BD | 219.094        | 224.949        | 230.034        | 235.177        | 1.496.736        | 2.405.990        |
| <b>Total</b>                   | <b>364.935</b> | <b>372.132</b> | <b>378.271</b> | <b>384.106</b> | <b>2.379.203</b> | <b>3.878.647</b> |

Em 31 de dezembro de 2025, a duração média da obrigação do benefício definido foi de 8,1 anos no Plano Único e 9,88 anos no plano CEEEPREV BD da CPFL Transmissão.

## 17.5 Receitas e despesas com entidade de previdência privada

Baseado na opinião dos atuários externos, a Administração do Grupo apresenta a estimativa atuarial para as despesas e/ou receitas a serem reconhecidas no exercício de 2026 e as despesas e/ou receitas reconhecidas em 2025 e 2024 são como segue:

### 2026 estimadas

|                                         | Plano Único   | CTP        | CEEEPREV BD   | Total         |
|-----------------------------------------|---------------|------------|---------------|---------------|
| Custo do serviço                        | -             | -          | (350)         | (350)         |
| Juros sobre obrigações atuariais        | 106.940       | 363        | 177.680       | 284.983       |
| Rendimento esperado dos ativos do plano | (94.513)      | -          | (150.500)     | (245.013)     |
| <b>Total da despesa (receita)</b>       | <b>12.427</b> | <b>363</b> | <b>26.830</b> | <b>39.620</b> |

### 2025 realizadas

|                                         | Plano Único   | CTP        | CEEEPREV BD   | Total         |
|-----------------------------------------|---------------|------------|---------------|---------------|
| Custo do serviço                        | -             | -          | (184)         | (184)         |
| Juros sobre obrigações atuariais        | 100.180       | 345        | 169.041       | 269.566       |
| Rendimento esperado dos ativos do plano | (89.898)      | -          | (139.972)     | (229.870)     |
| <b>Total da despesa (receita)</b>       | <b>10.282</b> | <b>345</b> | <b>28.885</b> | <b>39.512</b> |

### 2024 realizadas

|                                         | Plano Único   | CTP        | CEEEPREV BD   | Total         |
|-----------------------------------------|---------------|------------|---------------|---------------|
| Custo do serviço                        | -             | -          | (5)           | (5)           |
| Juros sobre obrigações atuariais        | 65.262        | 313        | 114.103       | 179.678       |
| Rendimento esperado dos ativos do plano | (42.023)      | -          | (64.835)      | (106.858)     |
| <b>Total da despesa (receita)</b>       | <b>23.239</b> | <b>313</b> | <b>49.264</b> | <b>72.816</b> |

As principais premissas consideradas no cálculo atuarial na data do balanço foram:

|                                                                            | (Plano Único e CEEEPREV BD)                                             |                                                                         |
|----------------------------------------------------------------------------|-------------------------------------------------------------------------|-------------------------------------------------------------------------|
|                                                                            | 31/12/2025                                                              | 31/12/2024                                                              |
| Taxa de desconto nominal para a obrigação atuarial:                        | 11,49% a.a.                                                             | 11,82% a.a.                                                             |
| Taxa de rendimento nominal esperada sobre os ativos do plano:              | 11,49% a.a.                                                             | 11,82% a.a.                                                             |
| Índice estimado de aumento nominal dos salários:                           | 3,95% a.a.                                                              | 3,89% a.a.                                                              |
| Índice estimado de aumento nominal dos benefícios:                         | 3,95% a.a.                                                              | 3,89% a.a.                                                              |
| Taxa estimada de inflação no longo prazo (base para taxas nominais acima): | 3,95% a.a.                                                              | 3,89% a.a.                                                              |
| Tábua biométrica de mortalidade geral:                                     | BR-EMSsb v.2015 (segregada por sexo) (*)                                | BR-EMSsb v.2021 desagravada em 10% (segregada por sexo) (*)             |
| Tábua biométrica de entrada em invalidez:                                  | Light fraca                                                             | Light fraca                                                             |
| Taxa de rotatividade esperada:                                             | Nula                                                                    | Nula                                                                    |
| Probabilidade de ingresso na aposentadoria:                                | 100% na primeira elegibilidade a um benefício de aposentadoria integral | 100% na primeira elegibilidade a um benefício de aposentadoria integral |

(\*) Tábua biométrica de mortalidade geral para o para o Plano Único é AT-2000 MF por sexo em 2025 e 2024.

## 17.6 Ativos do plano

As tabelas abaixo demonstram a alocação (por segmento de ativo) dos ativos dos planos de pensão do Grupo CPFL, em 31 de dezembro de 2025 e 2024, administrados pela Fundação Família Previdência (fundações). Também é demonstrada a distribuição dos recursos garantidores estabelecidos como meta para 2026, obtidos à luz do cenário macroeconômico em dezembro de 2025.

A composição dos ativos administrados pelos planos é como segue:

|                                             | Ativos administrados pela Família Previdência |            |             |            |
|---------------------------------------------|-----------------------------------------------|------------|-------------|------------|
|                                             | CPFL Transmissão                              |            |             |            |
|                                             | Plano Único                                   |            | CEEEPREV BD |            |
|                                             | 2025                                          | 2024       | 2025        | 2024       |
| <b>Renda fixa</b>                           | <b>97%</b>                                    | <b>82%</b> | <b>96%</b>  | <b>80%</b> |
| Títulos públicos federais                   | 65%                                           | 49%        | 61%         | 53%        |
| Títulos privados (instituições financeiras) | 1%                                            | 1%         | 1%          | 1%         |
| Fundos de investimento multimercado         | 31%                                           | 32%        | 34%         | 25%        |
| <b>Renda variável</b>                       | <b>0%</b>                                     | <b>5%</b>  | <b>1%</b>   | <b>6%</b>  |
| Fundos de investimento em ações             | 0%                                            | 5%         | 1%          | 6%         |
| <b>Investimentos estruturados</b>           | <b>0%</b>                                     | <b>10%</b> | <b>0%</b>   | <b>12%</b> |
| Fundos de investimento multimercado         | 0%                                            | 10%        | 0%          | 11%        |
| <b>Cotados em mercado ativo</b>             | <b>97%</b>                                    | <b>97%</b> | <b>97%</b>  | <b>97%</b> |
| <b>Imóveis</b>                              | <b>1%</b>                                     | <b>1%</b>  | <b>1%</b>   | <b>1%</b>  |
| <b>Operações com participantes</b>          | <b>2%</b>                                     | <b>3%</b>  | <b>2%</b>   | <b>3%</b>  |
| <b>Outros ativos</b>                        | <b>0%</b>                                     | <b>-1%</b> | <b>0%</b>   | <b>-1%</b> |
| Depósitos judiciais e outros                | 0%                                            | -1%        | 0%          | -1%        |
| <b>Não cotados em mercado ativo</b>         | <b>3%</b>                                     | <b>3%</b>  | <b>3%</b>   | <b>3%</b>  |
|                                             | 100%                                          | 100%       | 100%        | 100%       |

Não há propriedades ocupadas pela Companhia entre os ativos dos planos

|                              | <b>FAMILIA PREVIDÊNCIA</b> |                    |
|------------------------------|----------------------------|--------------------|
|                              | <b>Plano Único</b>         | <b>CEEEPREV BD</b> |
| Renda Fixa                   | 96,5%                      | 95,1%              |
| Renda variável               | 0,0%                       | 0,3%               |
| Imóveis                      | 0,7%                       | 0,5%               |
| Empréstimos e financiamentos | 2,5%                       | 2,7%               |
| Investimentos estruturados   | 0,3%                       | 0,2%               |
| Investimentos no exterior    | 0,0%                       | 1,2%               |
|                              | <b>100,00%</b>             | <b>100,00%</b>     |

A meta de alocação para 2026 foi baseada nas recomendações de alocação de ativos feitas pelas fundações, efetuada ao final de 2025 em suas Políticas de Investimentos. Tal meta pode mudar a qualquer momento ao longo do ano de 2026, à luz de alterações na situação macroeconômica ou do retorno dos ativos, dentre outros fatores.

A gestão de ativos visa maximizar o retorno dos investimentos, mas sempre procurando minimizar os riscos de déficit atuarial. Desta forma, os investimentos são efetuados sempre tendo em mente o passivo que os planos devem honrar. Os dois principais estudos que dão suporte para as fundações atingirem os objetivos de gestão de investimentos são o Estudo de Asset Liability Management – ALM (Gerenciamento Conjunto de Ativos e Passivos) e o Estudo Técnico de Aderência e Adequação da Taxa Real de Juros, ambos realizados no mínimo uma vez por ano, levando em consideração o fluxo projetado de pagamentos de benefícios (fluxo do passivo) dos planos previdenciários administrados pelas Fundações.

O estudo de ALM serve de base para a definição da alocação estratégica de ativos, que compreende as participações alvo nas classes de ativo de interesse, a partir da identificação de combinações eficientes de ativos, considerando a existência de passivos e as necessidades de retorno, de imunização e de liquidez de cada plano, considerando projeções de risco e retorno. As simulações geradas pelos estudos de ALM auxiliam na definição dos limites mínimos e máximos de alocação nas diferentes classes de ativos, definidos na Política de Investimentos dos planos, o que também serve como mecanismo de controle de risco.

O Estudo Técnico de Aderência e Adequação da Taxa Real de Juros objetiva comprovar a adequação e aderência da taxa de juros real anual a ser adotada na avaliação atuarial dos planos e a taxa de retorno real anual projetada dos investimentos, considerando-se os fluxos de receitas e despesas projetados dos planos.

Estes estudos servem de base para determinação das premissas de retorno real estimado dos investimentos dos planos para horizontes de curto e longo prazos, bem como auxiliam na análise da liquidez e solvência dos planos, posto que levam em consideração o fluxo de pagamento de benefício vis-à-vis o fluxo de recebimento dos ativos investidos. As principais premissas consideradas nos estudos são, além das projeções dos fluxos de passivo, as projeções macroeconômicas e de preços de ativos, por meio das quais são obtidas estimativas das rentabilidades das carteiras dos planos de benefícios.

### 17.7 Análise de sensibilidade

As premissas atuariais significativas para a determinação da obrigação definida são taxa de desconto e mortalidade. As análises de sensibilidade a seguir foram determinadas com base em mudanças razoavelmente possíveis das respectivas premissas ocorridas no fim do período de relatório, mantendo-se todas as outras premissas constantes.

Na apresentação da análise de sensibilidade, o valor presente da obrigação de benefício definido foi calculado pelo método da unidade de crédito projetada no fim do período de relatório, que é igual ao aplicado no cálculo do passivo da obrigação de benefício definido reconhecido no balanço patrimonial, conforme CPC 33 / IAS 19.

Abaixo temos demonstrados os efeitos no valor presente das obrigações atuariais caso a taxa de desconto fosse 0,25 pontos percentuais mais baixo (alta) e caso a tábua de mortalidade fosse desagravada (agravada) em um ano:

|                                      | <b>Aumento<br/>(redução)</b> | <b>Plano Único</b> | <b>CEEEPREV BD</b> | <b>Total</b> |
|--------------------------------------|------------------------------|--------------------|--------------------|--------------|
| Taxa de desconto nominal*            | -0,25 p.p.                   | 20.560             | 41.421             | 61.981       |
|                                      | +0,25 p.p.                   | (19.934)           | (40.008)           | (59.942)     |
| Tábua de biométrica de mortalidade** | +1 ano                       | (34.793)           | (46.199)           | (80.992)     |
|                                      | -1 ano                       | 34.388             | 44.975             | 79.363       |

\* A premissa da Companhia baseada no laudo atuarial para a taxa de desconto nominal foi de 11,49%. As taxas projetadas são atenuadas ou majoradas em 0,25 p.p., para 11,24% a.a. e 11,74% a.a.

\*\* A premissa utilizada no laudo atuarial para a tábua de mortalidade foi de AT-2000 (-10) para os planos BREMS sb v.2015 (CEEEPREV) e AT-2000 MF (Plano Único), referente aos planos da Fundação Família Previdência. As projeções foram realizadas com agravamento ou suavização de 1 ano nas respectivas tábuas de mortalidade.

\*\*\* Sem incluir as estimativas para o plano CTP.

## 17.8 Risco de investimento

Os planos de benefícios do Grupo possuem a maior parte de seus recursos aplicados no segmento de renda fixa e, dentro do segmento de renda fixa, a maior parte dos recursos encontra-se aplicado em títulos públicos federais, referenciados ao IPCA que são os índices de correção do passivo atuarial dos planos do Grupo (planos de benefício definido) representando a associação entre ativos e passivos. No primeiro trimestre, houve a aprovação pelo órgão fiscalizador, a Previc, da troca do indexador que reajusta os benefícios dos planos de IGP-DI para IPCA, o que possibilita melhores condições para o equilíbrio entre ativo (investimentos) e passivo (pagamento de benefícios).

Na Família Previdência, os planos de benefícios do Grupo têm sua gestão monitorada pela Gerência de Investimentos, Comitê Consultivo de Investimentos, Diretoria Executiva e Conselho Deliberativo, além dos órgãos de fiscalização como Conselho Fiscal e auditorias externas e internas. Dentre as tarefas do Comitê Consultivo de Investimentos, está a análise, manutenção, reprovação e aprovação de recomendações de investimentos realizadas pelos gestores de investimentos da Fundação Família Previdência, o que ocorre ao menos mensalmente. A Fundação Família Previdência realizou os seguintes movimentos ao longo do ano de 2025: a) aquisição de títulos públicos na curva; b) redução na exposição do Segmento de Renda Variável e c) redução na exposição do Segmento de Investimentos Estruturados.

A Fundação Família Previdência utilizam, para o controle do risco de mercado dos segmentos de Renda Fixa e Renda Variável, as seguintes ferramentas: Valor em Risco ("VaR"), Tracking Risk, Tracking Error e Teste de Estresse ("Stress Test").

A Fundação Família Previdência utiliza ainda, o Sharpe, Sharpe Generalizado e Drawn Down. Adicionalmente, para avaliar a exposição ao risco de mercado dos portfólios dos planos.

As Políticas de Investimentos das fundações determinam restrições adicionais que, em conjunto com aquelas já expressas na legislação, definem os percentuais de diversificação para investimentos e estabelecem a estratégia dos planos, entre eles, o limite de risco de crédito em ativos de emissão ou coobrigação de uma mesma pessoa jurídica a serem praticados internamente. Não há propriedades ocupadas pela Companhia e suas controladas entre os ativos dos planos.

## (18) PROVISÕES PARA RISCOS FISCAIS, CÍVEIS E TRABALHISTAS E DEPÓSITOS JUDICIAIS

|              | <b>Consolidado</b>                                                  |                            |                                                                     |                            |
|--------------|---------------------------------------------------------------------|----------------------------|---------------------------------------------------------------------|----------------------------|
|              | <b>31/12/2025</b>                                                   |                            | <b>31/12/2024</b>                                                   |                            |
|              | <b>Provisões para riscos<br/>fiscais, cíveis e<br/>trabalhistas</b> | <b>Depósitos judiciais</b> | <b>Provisões para riscos<br/>fiscais, cíveis e<br/>trabalhistas</b> | <b>Depósitos judiciais</b> |
| Trabalhistas | 435.134                                                             | 212.537                    | 336.476                                                             | 181.001                    |
| Cíveis       | 98.242                                                              | 1.930                      | 46.040                                                              | 1.441                      |
| Fiscais      | 8.911                                                               | 1.334                      | 12.949                                                              | 1.274                      |
| Regulatórios | -                                                                   | 41.970                     | -                                                                   | 38.306                     |
| <b>Total</b> | <b>542.287</b>                                                      | <b>257.771</b>             | <b>395.465</b>                                                      | <b>222.022</b>             |

## 18.1 Movimentação da provisão para contingências

|              | Consolidado            |                |                |                 |                          | Saldo em<br>31/12/2025 |
|--------------|------------------------|----------------|----------------|-----------------|--------------------------|------------------------|
|              | Saldo em<br>31/12/2024 | Adições        | Reversões      | Pagamentos      | Atualização<br>monetária |                        |
| Trabalhistas | 336.476                | 85.869         | (4.165)        | (35.816)        | 52.771                   | 435.135                |
| Cíveis       | 46.040                 | 49.389         | (1.075)        | (1.360)         | 5.247                    | 98.242                 |
| Fiscais      | 12.949                 | 32             | (3.228)        | (1.281)         | 439                      | 8.910                  |
| <b>Total</b> | <b>395.465</b>         | <b>135.291</b> | <b>(8.468)</b> | <b>(38.456)</b> | <b>58.457</b>            | <b>542.287</b>         |

|              | Consolidado            |                |                 |                 |                          | Saldo em<br>31/12/2024 |
|--------------|------------------------|----------------|-----------------|-----------------|--------------------------|------------------------|
|              | Saldo em<br>31/12/2023 | Adições        | Reversões       | Pagamentos      | Atualização<br>monetária |                        |
| Trabalhistas | 298.203                | 84.181         | (71.557)        | (10.584)        | 36.234                   | 336.476                |
| Cíveis       | 32.282                 | 15.674         | (3.346)         | (453)           | 1.882                    | 46.040                 |
| Fiscais      | 18.278                 | 474            | (7.642)         | (88)            | 1.928                    | 12.949                 |
| <b>Total</b> | <b>348.763</b>         | <b>100.329</b> | <b>(82.546)</b> | <b>(11.126)</b> | <b>40.045</b>            | <b>395.465</b>         |

As provisões para riscos fiscais, cíveis, trabalhistas e outros foram constituídas com base em avaliação dos riscos de perdas em processos da Companhia, cuja probabilidade de perda é provável na opinião dos assessores legais externos e da Administração da Companhia.

O sumário dos principais assuntos pendentes relacionados a litígios e processos judiciais é como segue:

- a) **Trabalhistas** – A apuração dos valores contingentes é embasada em cálculos elaborados tendo em conta o histórico de dados referentes aos pagamentos com a finalização das discussões judiciais de assuntos de natureza trabalhista, bem como nas mais recentes orientações doutrinárias e jurisprudenciais sobre os temas. É realizada uma análise das chances de êxito da Empresa, com o objetivo de suportar o adequado julgamento quanto à necessidade ou não da constituição de provisões. As estimativas quanto ao desfecho e aos efeitos financeiros das contingências são determinadas com base em julgamento da Administração, considerando a prévia análise do escritório responsável pela condução do processo. As principais ações ingressadas contra a CPFL Transmissão referem-se a diferenças salariais (parcelas que teriam sido calculadas de forma incorreta) complementação de proventos de aposentadoria, compensação de contribuições extraordinárias, , correto enquadramento salarial e outras, que são responsáveis pelas principais movimentações na composição de riscos possíveis e prováveis. No decorrer de 2024 e 2025 decisões desfavoráveis para empresa, resultaram na necessidade de constituição de prováveis.
- b) **Cíveis** - A Companhia está sendo citada em processos judiciais de natureza cível, para os quais foi registrada provisão para os valores cuja expectativa de pagamentos foi considerada provável pelos seus assessores jurídicos, a partir de análise efetuada individualmente por processo. As ações ingressadas contra a Companhia referem-se à complementação de planos de pensão, indenizações, desapropriação e revisão de contratos.
- c) **Tributárias** - O saldo provisionado de R\$ 8.911 (R\$ 12.949 em 31 de dezembro de 2024) refere-se à maioria processos judiciais em andamento cuja matéria é a discussão com alguns municípios sobre a incidência do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) para imóveis que se encontram a serviço da concessão, para os quais a companhia vem classificando, através de opinião legal, como perda provável.

### Perdas possíveis:

Os riscos de perda possível são das mesmas naturezas descritas acima. A Companhia, suportada por seus consultores jurídicos externos, acredita que as chances de êxito são possíveis devido a existência de fatos ou fundamentos doutrinários e jurisprudenciais que apoiam a tese da empresa, muito embora ainda não consolidados. Por não haver, ainda, tendência firme nas decisões dos tribunais, nenhuma provisão foi constituída.

As reclamações relacionadas a perdas possíveis, em 31 de dezembro de 2025 e 2024 estavam assim representadas:

|                  | 2025           | 2024           | Principais Causas                                |
|------------------|----------------|----------------|--------------------------------------------------|
| Trabalhistas     | 198.133        | 166.243        | Diferença salarial ou de proventos, horas extras |
| Cíveis           | 143.051        | 129.753        | Ações indenizatórias, revisão de contratos       |
| Fiscais          | 28.570         | -              | Imposto de renda e contribuição social           |
| Fiscais – Outros | 53.574         | 694            | IPTU, PIS e COFINS                               |
| <b>Total</b>     | <b>423.328</b> | <b>296.690</b> |                                                  |

Além dos processos contemplados acima, a Companhia está inserido em discussões judiciais, classificadas com risco possível de perda, relacionadas a litígios judiciais entre a Fundação Família Previdência e a PREVIC e entre a Fundação Família Previdência e a Companhia, envolvendo as contribuições não paritárias do Plano CEEE Prev (nota 17.2) no montante de R\$ 519.456. Em caso de eventuais decisões desfavoráveis nestas ações, os impactos esperados para a Companhia se darão, nos cenários atuais, por meio de aportes não paritários ao Plano CEEE Prev.

## (19) OUTRAS CONTAS A PAGAR

|                                       | Controladora   |                |                |               | Consolidado    |                |                |               |
|---------------------------------------|----------------|----------------|----------------|---------------|----------------|----------------|----------------|---------------|
|                                       | Circulante     |                | Não circulante |               | Circulante     |                | Não circulante |               |
|                                       | 31/12/2025     | 31/12/2024     | 31/12/2025     | 31/12/2024    | 31/12/2025     | 31/12/2024     | 31/12/2025     | 31/12/2024    |
| Consumidores e concessionárias        | -              | -              | -              | -             | 455            | 294            | -              | -             |
| Pesquisa e desenvolvimento - P&D      | 17.409         | 33.297         | 15.360         | 7.350         | 19.543         | 35.132         | 15.360         | 7.350         |
| EPE / FNDCT / PROCEL (i)              | 728            | 853            | -              | -             | 801            | 939            | -              | -             |
| Descontos tarifários - CDE            | 8.277          | 7.362          | -              | -             | 8.277          | 7.362          | -              | -             |
| Folha de pagamento                    | 5.269          | 6.864          | -              | -             | 5.269          | 6.864          | -              | -             |
| Obrigações estimadas com pessoal      | 21.080         | 21.256         | -              | -             | 21.080         | 21.256         | -              | -             |
| Taxas regulamentares                  | -              | -              | -              | -             | 1.527          | 1.338          | -              | -             |
| Participação nos lucros               | -              | -              | 2.937          | 2.722         | -              | -              | 2.937          | 2.722         |
| Provisões de Efeitos Temporários (ii) | 103.870        | 72.424         | 3              | 3             | 103.870        | 72.424         | 3              | 6             |
| Provisões Ambientais                  | 4.645          | 28.370         | 20.010         | 26.316        | 4.645          | 28.370         | 20.010         | 26.316        |
| Outros                                | 34.245         | 33.828         | 6.124          | 3.914         | 46.186         | 33.848         | 11.272         | 8.942         |
| <b>Total</b>                          | <b>195.523</b> | <b>204.254</b> | <b>44.434</b>  | <b>40.305</b> | <b>211.653</b> | <b>207.834</b> | <b>49.582</b>  | <b>45.336</b> |

(i) EPE - Empresa de Pesquisa Energética, FNDCT - Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico e PROCEL - Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica.

(ii) Refere-se à constituição de efeitos temporários decorrentes do fato de que a receita efetivamente recebida pode ser superior ou inferior à receita homologada. Tais diferenças são compensadas no ciclo tarifário subsequente, caracterizando, portanto, um efeito temporário

## (20) CRÉDITOS E DÉBITOS FISCAIS DIFERIDOS

### 20.1 Composição dos créditos e débitos fiscais

|                                                       | Controladora    |                  | Consolidado      |                  |
|-------------------------------------------------------|-----------------|------------------|------------------|------------------|
|                                                       | 31/12/2025      | 31/12/2024       | 31/12/2025       | 31/12/2024       |
| <b><u>Crédito (Débito) de contribuição social</u></b> |                 |                  |                  |                  |
| Bases negativas                                       | -               | -                | 163              | 163              |
| Benefício fiscal da mais-valia incorporada            | 159.012         | 141.225          | 159.012          | 141.225          |
| Diferenças temporariamente indedutíveis/tributáveis   | (167.931)       | (177.871)        | (184.587)        | (193.933)        |
| <b>Subtotal</b>                                       | <b>(8.919)</b>  | <b>(36.646)</b>  | <b>(25.412)</b>  | <b>(52.545)</b>  |
| <b><u>Crédito (Débito) de imposto de renda</u></b>    |                 |                  |                  |                  |
| Prejuízos fiscais                                     | -               | -                | 453              | 453              |
| Benefício fiscal da mais-valia incorporada            | 441.700         | 392.292          | 441.700          | 392.292          |
| Diferenças temporariamente indedutíveis/tributáveis   | (466.476)       | (494.087)        | (497.320)        | (523.831)        |
| <b>Subtotal</b>                                       | <b>(24.776)</b> | <b>(101.795)</b> | <b>(55.167)</b>  | <b>(131.086)</b> |
| <b><u>Crédito (Débito) de PIS e COFINS</u></b>        |                 |                  |                  |                  |
| Diferenças temporariamente indedutíveis/tributáveis   | -               | -                | (44.756)         | (43.148)         |
| <b>Total</b>                                          | <b>(33.695)</b> | <b>(138.442)</b> | <b>(125.334)</b> | <b>(226.779)</b> |

## 20.2 Saldos acumulados sobre diferenças temporariamente indedutíveis / tributáveis

|                                                            | Consolidado      |                  |                  |                  |
|------------------------------------------------------------|------------------|------------------|------------------|------------------|
|                                                            | 31/12/2025       |                  | 31/12/2024       |                  |
|                                                            | CSLL             | IRPJ             | CSLL             | IRPJ             |
| <b>Diferenças temporariamente indedutíveis/tributáveis</b> |                  |                  |                  |                  |
| Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas       | 48.255           | 134.042          | 35.450           | 98.471           |
| Provisão para créditos de liquidação duvidosa              | 2.349            | 6.525            | 1.176            | 3.267            |
| Provisão relacionada a pessoal                             | 763              | 2.118            | 828              | 2.300            |
| Derivativos                                                | (5.732)          | (15.922)         | (17.519)         | (48.665)         |
| Registro da concessão - ajuste do ativo financeiro         | (238.822)        | (647.971)        | (221.296)        | (599.838)        |
| Outros                                                     | 8.599            | 23.887           | 7.428            | 20.634           |
| <b>Total</b>                                               | <b>(184.587)</b> | <b>(497.320)</b> | <b>(193.933)</b> | <b>(523.831)</b> |

## 20.3 Expectativa do período de recuperação

A expectativa do período de recuperação dos créditos fiscais diferidos registrados no não circulante, decorrentes de diferenças temporariamente indedutíveis/tributáveis e benefício fiscal do intangível incorporado estão baseadas no período médio de realização de cada item constante do ativo diferido, prejuízo fiscal e base negativa baseadas nas projeções de resultados futuros. Sua composição é como segue:

| <u>Expectativa de recuperação</u> | <u>Consolidado</u> |
|-----------------------------------|--------------------|
| 2026                              | 182.477            |
| 2027                              | 138.418            |
| 2028                              | 138.418            |
| 2029                              | 138.418            |
| 2030 a 2032                       | 174.832            |
| á partir 2033                     | 54.689             |
| <b>Total</b>                      | <b>827.252</b>     |

### 20.3.1 Benefício fiscal da Mais-Valia incorporada

Refere-se ao benefício fiscal calculado sobre a Mais-Valia de aquisição incorporada e está registrado de acordo com os conceitos da Resolução CVM nº 78/2022 e ICPC 09 (R3) – Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método de Equivalência Patrimonial (nota 1).

## 20.4 Reconciliação dos montantes de contribuição social e imposto de renda registrados nos resultados dos períodos de 2025 e 2024:

|                                                       | Controladora    |                 |                 |                  |
|-------------------------------------------------------|-----------------|-----------------|-----------------|------------------|
|                                                       | 2025            |                 | 2024            |                  |
|                                                       | CSLL            | IRPJ            | CSLL            | IRPJ             |
| <b>Lucro antes dos tributos</b>                       | <b>379.362</b>  | <b>379.362</b>  | <b>678.963</b>  | <b>678.963</b>   |
| <b>Ajustes para refletir a alíquota efetiva:</b>      |                 |                 |                 |                  |
| Resultado de participações societárias                | (187.014)       | (187.014)       | (177.194)       | (177.194)        |
| Juros sobre o capital próprio                         | -               | -               | (17.097)        | (17.097)         |
| Outras adições (exclusões) permanentes líquidas       | (4.983)         | (9.166)         | 526             | (3.184)          |
| <b>Base de cálculo</b>                                | <b>187.365</b>  | <b>183.182</b>  | <b>485.198</b>  | <b>481.489</b>   |
| Alíquota aplicável                                    | 9%              | 25%             | 9%              | 25%              |
| <b>Crédito (Débito) fiscal apurado</b>                | <b>(16.863)</b> | <b>(45.796)</b> | <b>(43.668)</b> | <b>(120.372)</b> |
| Crédito fiscal reconhecido (não reconhecido), líquido | 350             | 972             | 350             | 1.066            |
| <b>Total</b>                                          | <b>(16.513)</b> | <b>(44.823)</b> | <b>(43.318)</b> | <b>(119.306)</b> |
| Corrente                                              | (26.435)        | (72.384)        | (13.003)        | (35.097)         |
| Diferido                                              | 9.922           | 27.561          | (30.315)        | (84.209)         |

|                                                  | Consolidado     |                 |                 |                  |
|--------------------------------------------------|-----------------|-----------------|-----------------|------------------|
|                                                  | 2025            |                 | 2024            |                  |
|                                                  | CSLL            | IRPJ            | CSLL            | IRPJ             |
| <b>Lucro antes dos tributos</b>                  | <b>575.409</b>  | <b>575.409</b>  | <b>698.243</b>  | <b>698.243</b>   |
| <b>Ajustes para refletir a alíquota efetiva:</b> |                 |                 |                 |                  |
| Resultado de participações societárias           | (187.014)       | (187.014)       | 29.917          | 29.917           |
| Efeito regime lucro presumido                    | (155.664)       | (163.703)       | (184.514)       | (189.832)        |
| Receita juros sobre o capital próprio            | -               | -               | (17.097)        | (17.097)         |
| Outras adições (exclusões) permanentes líquidas  | (4.983)         | (9.166)         | 526             | (3.184)          |
| <b>Base de cálculo</b>                           | <b>227.748</b>  | <b>215.526</b>  | <b>527.075</b>  | <b>518.047</b>   |
| Alíquota aplicável                               | 9%              | 25%             | 9%              | 25%              |
| <b>Crédito (Débito) fiscal apurado</b>           | <b>(20.497)</b> | <b>(53.881)</b> | <b>(47.437)</b> | <b>(129.512)</b> |
| Ajustes de créditos fiscais                      | (244)           | (152)           | (1.378)         | (2.058)          |
| <b>Total</b>                                     | <b>(20.741)</b> | <b>(54.033)</b> | <b>(48.815)</b> | <b>(131.570)</b> |
| Corrente                                         | (30.069)        | (80.495)        | (16.820)        | (44.250)         |
| Diferido                                         | 9.238           | 26.462          | (31.995)        | (87.320)         |

## (21) PATRIMÔNIO LÍQUIDO

A participação dos acionistas no patrimônio da Companhia em 31 de dezembro de 2025 e 2024 está assim distribuída:

|              | Quantidade de Ações |                |                  |                |                   |                |
|--------------|---------------------|----------------|------------------|----------------|-------------------|----------------|
|              | 31/12/2025          |                |                  | 31/12/2024     |                   |                |
|              | Ordinárias          | Participação % | Preferenciais    | Participação % | Total             | Participação % |
| CPFL Energia | 6.609.576           | 51             | -                | -              | 6.609.576         | -              |
| CPFL Brasil  | 6.350.377           | 49             | 9.071.967        | 100            | 15.422.344        | 100            |
| <b>Total</b> | <b>12.959.953</b>   | <b>100</b>     | <b>9.071.967</b> | <b>100</b>     | <b>22.031.920</b> | <b>100</b>     |

## 21.1 Gestão de Capital

A política da Companhia é manter uma base sólida de capital para manter a confiança do investidor, dos credores e a sustentabilidade do negócio. A Administração monitora o retorno de capital e a estratégia de subida de dividendos da Companhia para o controlador.

A Companhia gerencia o nível de alavancagem ponderando as vantagens e a segurança proporcionada por uma posição de capital próprio mais elevada. A Companhia monitora o capital utilizando o índice de alavancagem calculado pela dívida líquida em relação ao EBITDA.

Ao longo de 2025, a estrutura de capital e a alavancagem da Companhia permaneceram em níveis adequados. A dívida líquida da Companhia alcançou 2,30 vezes o EBITDA em 2025 (2,07 vezes em 2024), maior do que no ano anterior, no critério de medição dos covenants financeiros da Companhia. A política da Companhia é manter este índice abaixo de 3,75, visto que seus empréstimos utilizam esta medição. Historicamente, a Companhia não vem adquirindo suas próprias ações no mercado.

## 21.2 Capital Social

Foi aprovado em 05 de dezembro de 2025, em Assembleia Geral Extraordinária da CPFL Transmissão, o aumento de capital por meio de aporte realizado pela CPFL Energia, bem como a conversão de parte das ações ordinárias, detidas pela CPFL Brasil, em ações preferenciais.

Após a implementação da reestruturação, a CPFL Energia passou a deter 51% das ações ordinárias da CPFL Transmissão, correspondentes a 30% do capital social total da Companhia e passando a ter o controle direto da CPFL Transmissão. A CPFL Brasil permaneceu no quadro acionário da CPFL Transmissão, detendo 49% das ações ordinárias e 100% das ações preferenciais, que, em conjunto, representam 70% do capital social total.

Como resultado, a Companhia passou a ser uma controlada direta da CPFL Energia.

## 21.3 Reserva de capital

Saldo da reserva de capital em 31 de dezembro de 2025 é de R\$ 584.536, que compreende: (i) resgate compulsório de ações (R\$ 15.666); (ii) alteração na participação sem alteração no controle (R\$ 511), (iii) benefício fiscal da Mais-Valia Incorporada, oriundo da incorporação da CPFL Comercialização de Energia Cone Sul Ltda, de R\$ 533.517 e (iv) PPA (Purchase Price Allocation) alocação de preço de compra, de R\$ 67.195 .

## 21.4 Reserva de Lucros

O saldo da reserva de lucros em 31 de dezembro de 2025 é de R\$ 350.705, que compreende: i) Reserva Legal de R\$ 142.780; e ii) Reserva de lucros a realizar de R\$ 207.925.

## 21.5 Outros Resultados Abrangentes

|                                                                          | Controladora     |                  |
|--------------------------------------------------------------------------|------------------|------------------|
|                                                                          | 31/12/2025       | 31/12/2024       |
| Varição líquida no valor justo por meio de outros resultados abrangentes | (5.964)          | (5.830)          |
| Perda Atuarial                                                           | (384.015)        | (258.150)        |
|                                                                          | <b>(389.979)</b> | <b>(263.981)</b> |

Os valores registrados em outros resultados abrangentes relativos às perdas atuariais líquidas são originários de laudo atuarial elaborado por Atuário Independente. Representam as variações das taxas e premissas projetadas, porém ainda não realizadas, cujo impacto no resultado se dará no momento do efetivo pagamento.

## 21.6 Distribuição de Dividendo e Juros sobre Capital Próprio

A Companhia está propondo para o exercício de 2025, o montante de R\$ 35.531 de dividendo mínimo obrigatório, R\$ 40.000 de dividendo Intermediário e R\$ 229.054 de dividendo adicional proposto.

Em 2025, a Companhia efetuou pagamento de dividendos no montante de R\$ 797.826.

## 21.7 Destinação do lucro líquido do exercício

O Estatuto Social da Companhia prevê a distribuição como dividendo de no mínimo 25% do lucro líquido ajustado na forma da lei, aos titulares de suas ações.

A proposta de destinação do lucro líquido do exercício está demonstrada no quadro a seguir:

|                                                  | <b>2025</b>    |
|--------------------------------------------------|----------------|
| <b>Lucro líquido do ano fiscal</b>               | <b>318.026</b> |
| Dividendos Prescritos                            | (15.091)       |
| Incorporação do acervo                           | 2.461          |
| <b>Lucro líquido considerado para destinação</b> | <b>304.585</b> |
| <br>                                             |                |
| Dividendos mínimo Obrigatório                    | (35.531)       |
| Reserva de lucro a realizar                      | (40.000)       |
| Dividendo Adicional Proposto                     | (229.054)      |

**(22) LUCRO POR AÇÃO****Lucro por ação – básico e diluído**

O cálculo do lucro por ação básico e diluído em 31 de dezembro de 2025 e 2024 foi baseado no lucro líquido do exercício atribuível aos acionistas controladores e o número médio ponderado de ações ordinárias em circulação durante os exercícios apresentados:

**Básico**

|                                               | Controladora |               |              |
|-----------------------------------------------|--------------|---------------|--------------|
|                                               | 31/12/2025   |               |              |
|                                               | Ordinárias   | Preferenciais | Total        |
| Lucro Líquido do Exercício                    | 179.676      | 138.350       | 318.026      |
| Média das Ações                               | 15.054.162   | 911.435       | 15.965.597   |
| Lucro Líquido Básico e Diluído por Ação - R\$ | <b>11,94</b> | <b>151,79</b> | <b>19,92</b> |

|                                               | 31/12/2024   |               |              |
|-----------------------------------------------|--------------|---------------|--------------|
|                                               | Ordinárias   | Preferenciais | Total        |
| Lucro Líquido do Exercício                    | 510.291      | 6.048         | 516.339      |
| Média das Ações                               | 15.241.703   | 180.641       | 15.422.344   |
| Lucro Líquido Básico e Diluído por Ação - R\$ | <b>33,48</b> | <b>33,48</b>  | <b>33,48</b> |

**Diluído**

|                                   | Controladora |              |
|-----------------------------------|--------------|--------------|
|                                   | 31/12/2025   | 31/12/2024   |
| Lucro para as ações ordinárias    | 179.676      | 510.291      |
| Lucro para as ações preferenciais | 138.350      | 6.048        |
|                                   | 318.026      | 516.339      |
| Denominador Diluído               |              |              |
| Ações Ordinárias                  | 15.054.162   | 15.241.703   |
| Ações Preferenciais               | 911.435      | 180.641      |
|                                   | 15.965.597   | 15.422.344   |
| LucroDiluído por Ação - R\$       | <b>19,92</b> | <b>33,48</b> |

**(23) RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA**

|                                             | Controladora     |                  | Consolidado      |                  |
|---------------------------------------------|------------------|------------------|------------------|------------------|
|                                             | 2025             | 2024             | 2025             | 2024             |
| <b>Receita Operacional</b>                  |                  |                  |                  |                  |
| Remuneração/Atualização do Ativo Contratual | 541.063          | 480.805          | 712.338          | 608.473          |
| Receita de Operação e Manutenção            | 576.545          | 593.625          | 628.055          | 645.095          |
| Receita com construção da infraestrutura    | 953.360          | 1.028.324        | 963.293          | 1.031.306        |
| Outras Receitas                             | 15.951           | 20.170           | 7.851            | 11.947           |
| <b>Total da receita operacional bruta</b>   | <b>2.086.919</b> | <b>2.122.925</b> | <b>2.311.537</b> | <b>2.296.821</b> |
| <b>Deduções da receita operacional</b>      |                  |                  |                  |                  |
| PIS/COFINS                                  | (111.160)        | (114.728)        | (119.580)        | (114.476)        |
| Conta de desenvolvimento energético - CDE   | (54.180)         | (77.313)         | (54.180)         | (77.328)         |
| Encargos Setoriais                          | (22.629)         | (30.744)         | (25.676)         | (33.302)         |
| Outras deduções                             | (4.464)          | (4.725)          | (5.144)          | (6.143)          |
|                                             | <b>(192.433)</b> | <b>(227.510)</b> | <b>(204.580)</b> | <b>(231.249)</b> |
| <b>Receita operacional líquida</b>          | <b>1.894.486</b> | <b>1.895.415</b> | <b>2.106.957</b> | <b>2.065.572</b> |

(24) CUSTO DE OPERAÇÃO E DESPESAS OPERACIONAIS

|                                                                           | Controladora       |           |                                        |           |                          |           |        |          |             |             |
|---------------------------------------------------------------------------|--------------------|-----------|----------------------------------------|-----------|--------------------------|-----------|--------|----------|-------------|-------------|
|                                                                           | Custo com operação |           | Custo com serviço prestado a terceiros |           | Despesas operacionais    |           |        |          | Total       |             |
|                                                                           |                    |           |                                        |           | Gerais e administrativas |           | Outros |          |             |             |
|                                                                           | 2025               | 2024      | 2025                                   | 2024      | 2025                     | 2024      | 2025   | 2024     | 2025        | 2024        |
| Pessoal                                                                   | (116.786)          | (122.388) | -                                      | -         | (14.780)                 | (14.387)  | -      | -        | (131.566)   | (136.775)   |
| Entidade de previdência privada                                           | (39.512)           | (72.815)  | -                                      | -         | -                        | -         | -      | -        | (39.512)    | (72.815)    |
| Material                                                                  | (7.688)            | (8.186)   | -                                      | -         | (2.271)                  | (2.161)   | -      | -        | (9.959)     | (10.347)    |
| Serviços de terceiros                                                     | (19.832)           | (25.600)  | -                                      | -         | (59.561)                 | (59.828)  | -      | -        | (79.393)    | (85.428)    |
| Custos com construção da infraestrutura                                   | -                  | -         | (797.766)                              | (711.821) | -                        | -         | -      | -        | (797.766)   | (711.821)   |
| Outros                                                                    | 737                | 892       | -                                      | -         | (138.008)                | (59.012)  | 7.774  | 11.765   | (129.497)   | (46.355)    |
| Arrendamentos e aluguéis                                                  | 1.046              | 1.088     | -                                      | -         | (1.132)                  | (1.429)   | -      | -        | (86)        | (341)       |
| Legais, judiciais e indenizações                                          | -                  | -         | -                                      | -         | (129.515)                | (61.757)  | -      | -        | (129.515)   | (61.757)    |
| Perda (ganho) na alienação, desativação e outros de ativos não circulante | -                  | -         | -                                      | -         | -                        | -         | 6.279  | (12.952) | 6.279       | (12.952)    |
| Outros                                                                    | (309)              | (196)     | -                                      | -         | (7.361)                  | 4.174     | 1.495  | 24.717   | (6.175)     | 28.695      |
| Total                                                                     | (183.081)          | (228.097) | (797.766)                              | (711.821) | (214.620)                | (135.388) | 7.774  | 11.765   | (1.187.693) | (1.063.541) |

|                                                                           | Consolidado                |           |                                        |           |                              |       |                          |           |        |          |             |             |
|---------------------------------------------------------------------------|----------------------------|-----------|----------------------------------------|-----------|------------------------------|-------|--------------------------|-----------|--------|----------|-------------|-------------|
|                                                                           | Outros custos com operação |           | Custo com serviço prestado a terceiros |           | Outras despesas Operacionais |       |                          |           |        |          | Total       |             |
|                                                                           |                            |           |                                        |           | Vendas                       |       | Gerais e administrativas |           | Outros |          |             |             |
|                                                                           | 2025                       | 2024      | 2025                                   | 2024      | 2025                         | 2024  | 2025                     | 2024      | 2025   | 2024     | 2025        | 2024        |
| Pessoal                                                                   | (116.786)                  | (122.388) | -                                      | -         | (539)                        | (346) | (14.796)                 | (14.403)  | -      | -        | (132.121)   | (137.137)   |
| Entidade de previdência privada                                           | (39.512)                   | (72.815)  | -                                      | -         | -                            | -     | -                        | -         | -      | -        | (39.512)    | (72.815)    |
| Material                                                                  | (7.762)                    | (8.228)   | -                                      | -         | -                            | -     | (2.583)                  | (2.241)   | -      | -        | (10.345)    | (10.469)    |
| Serviços de terceiros                                                     | (21.279)                   | (28.678)  | -                                      | -         | -                            | -     | (70.657)                 | (68.477)  | -      | -        | (91.936)    | (97.155)    |
| Custos com construção da infraestrutura                                   | -                          | -         | (807.457)                              | (698.379) | -                            | -     | -                        | -         | -      | -        | (807.457)   | (698.379)   |
| Outros                                                                    | 973                        | 1.382     | -                                      | -         | -                            | -     | (142.510)                | (61.265)  | 7.719  | 11.831   | (133.818)   | (48.052)    |
| Arrendamentos e aluguéis                                                  | 1.046                      | 1.033     | -                                      | -         | -                            | -     | (1.154)                  | (1.541)   | -      | -        | (108)       | (508)       |
| Publicidade e propaganda                                                  | -                          | -         | -                                      | -         | -                            | -     | (1)                      | (2)       | -      | -        | (1)         | (2)         |
| Legais, judiciais e indenizações                                          | -                          | -         | -                                      | -         | -                            | -     | (132.949)                | (63.381)  | -      | -        | (132.949)   | (63.381)    |
| Perda (ganho) na alienação, desativação e outros de ativos não circulante | -                          | -         | -                                      | -         | -                            | -     | -                        | -         | 6.294  | (12.835) | 6.294       | (12.835)    |
| Outros                                                                    | (73)                       | 349       | -                                      | -         | -                            | -     | (8.406)                  | 3.659     | 1.425  | 24.666   | (7.054)     | 28.674      |
| Total                                                                     | (184.366)                  | (230.727) | (807.457)                              | (698.379) | (539)                        | (346) | (230.546)                | (146.386) | 7.719  | 11.831   | (1.215.189) | (1.064.007) |

(25) RESULTADO FINANCEIRO

|                                                  | Controladora     |                  | Consolidado      |                  |
|--------------------------------------------------|------------------|------------------|------------------|------------------|
|                                                  | 2025             | 2024             | 2025             | 2024             |
| <b>Receitas</b>                                  |                  |                  |                  |                  |
| Rendas de aplicações financeiras                 | 27.419           | 42.063           | 41.683           | 63.618           |
| Acréscimos e multas moratórias                   | 1.432            | 2.263            | 1.432            | 2.263            |
| Atualização de créditos fiscais                  | -                | -                | 1                | 9                |
| Atualização de depósitos judiciais               | 8.905            | 7.941            | 12.313           | 11.513           |
| Atualizações monetárias e cambiais               | 29               | 95               | 29               | 107              |
| PIS e COFINS - Sobre outras receitas financeiras | (1.786)          | (2.442)          | (1.786)          | (2.442)          |
| Outros                                           | 735              | 222              | 1.032            | 388              |
| <b>Total</b>                                     | <b>36.734</b>    | <b>50.142</b>    | <b>54.704</b>    | <b>75.456</b>    |
| <b>Despesas</b>                                  |                  |                  |                  |                  |
| Encargos de dívidas                              | (324.821)        | (244.465)        | (327.808)        | (246.566)        |
| Atualizações monetárias e cambiais               | (251.147)        | (114.836)        | (252.467)        | (116.170)        |
| (-) Juros capitalizados                          | 51.283           | -                | 51.283           | -                |
| Outros                                           | (5.340)          | (7.194)          | (6.012)          | (7.929)          |
| <b>Total</b>                                     | <b>(530.025)</b> | <b>(366.495)</b> | <b>(535.004)</b> | <b>(370.665)</b> |
| <b>Resultado financeiro</b>                      | <b>(493.291)</b> | <b>(316.352)</b> | <b>(480.299)</b> | <b>(295.208)</b> |

Despesas com atualizações monetárias e cambiais no montante de R\$ 252.467 (R\$ 116.170 em 31 de dezembro de 2024) aumento refere-se a despesas com marcação a mercado e SWAP dos empréstimos e debêntures.

Despesas com encargos de dívidas no montante R\$ 327.808 (R\$ 246.566 em 31 de dezembro de 2024), aumento refere-se principalmente a encargos e atualização monetária de empréstimos e debêntures, o reflexo é devido a novas captações em 2025.

(26) TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A Companhia é controlada diretamente pela CPFL Cone Sul, empresa controlada indiretamente pela CPFL Energia S.A, que por sua vez possui as seguintes empresas como acionistas controladores:

- State Grid Brazil Power Participações S.A.

Companhia controlada indiretamente pela State Grid Corporation of China, companhia estatal chinesa cujo principal negócio é desenvolver e operar empresas no setor energético.

- ESC Energia S.A.

Companhia controlada pela State Grid Brazil Power Participações S.A.

Foram considerados como partes relacionadas os acionistas controladores e coligadas, entidades sob o controle comum e que de alguma forma exerçam influência significativa sobre a Companhia.

As principais naturezas e transações estão relacionadas a seguir:

- a) **Disponibilização do Sistema de Transmissão:** Trata-se dos valores faturados sobre o uso do sistema de transmissão que impactam na Receita Operacional da CPFL-T. O faturamento é realizado conforme os valores listados nos Avisos de Créditos emitidos pelo ONS – Operador Nacional do Sistema.
- b) **Alocação de despesas entre empresas:** As despesas operacionais são relacionadas às contribuições da Patrocinadora dos Planos de Benefícios Previdenciários e compartilhamento.
- c) **Materiais e Prestação de Serviços e Outras operações:** Referem-se aos contratos de prestação de serviços, que tratam do escopo de revisões, acompanhamento técnico de engenharia, financeiro, administrativo, ambiental e avaliações de áreas e fiscalizações das obras.

A Companhia possui plano de suplementação de aposentadoria mantidos junto à Instituição Família previdência, oferecidos aos respectivos empregados. Mais informações, vide nota 17 - Entidade de Previdência Privada.

A controladora, CPFL Energia, possui um “Comitê de Partes Relacionadas”, formado por dois membros independentes e um executivo da Companhia, que avalia as principais transações comerciais efetuadas com partes relacionadas.

A Administração considerou a proximidade de relacionamento com as partes relacionadas associada a outros fatores para determinar o nível de detalhes de divulgação das transações e acredita que as informações relevantes sobre as transações com partes relacionadas estão adequadamente divulgadas.

A remuneração total do pessoal-chave da administração em 2025, conforme requerido pela Deliberação CVM nº 642/2010 e CPC 05(R1) foi de R\$ 4.335 (R\$ 5.100 em 2024). Este valor é composto por R\$ 3.216 (R\$ 3.851 em 2024) referente a benefícios de curto prazo, R\$ 126 (R\$ 106 em 2024) de benefícios pós-emprego e outros encargos R\$ 993 (R\$ 1.250 em 2024).

Transações envolvendo acionistas controladores, entidades sob o controle comum ou influência significativa e empreendimento controlados em conjunto:

| Empresas                                          | Consolidado |            |            |            |         |         |         |        |
|---------------------------------------------------|-------------|------------|------------|------------|---------|---------|---------|--------|
|                                                   | Ativo       |            | Passivo    |            | Receita |         | Despesa |        |
|                                                   | 31/12/2025  | 31/12/2024 | 31/12/2025 | 31/12/2024 | 2025    | 2024    | 2025    | 2024   |
| <b>Alocação de despesas entre empresas</b>        |             |            |            |            |         |         |         |        |
| Entidades sob o controle da CPFL Energia          | 572         | 1.510      | 1.012      | 1.546      | 20.340  | 17.452  | 13.918  | 24.356 |
| <b>Arrendamento e aluguel</b>                     |             |            |            |            |         |         |         |        |
| Entidade sob o controle da CPFL Energia           | -           | -          | -          | -          | -       | -       | 81      | -      |
| <b>Materiais e Prestação de Serviços</b>          |             |            |            |            |         |         |         |        |
| Entidades sob o controle da CPFL Energia          | -           | 167        | 27.693     | 31.239     | 10.076  | 7.674   | 163.993 | 51.206 |
| Entidades sob o controle comum                    | -           | -          | 50         | 702        | 477     | -       | 24.923  | 89.099 |
| <b>Dividendos e Juros sobre Capital Próprio</b>   |             |            |            |            |         |         |         |        |
| Entidades sob o controle da CPFL Energia          | 668         | -          | -          | 114.553    | -       | -       | -       | -      |
| <b>Disponibilização do Sistema de Transmissão</b> |             |            |            |            |         |         |         |        |
| Entidades sob o controle da CPFL Energia          | 942         | 2.572      | -          | -          | 471.835 | 404.063 | -       | -      |
| <b>Outras operações financeiras</b>               |             |            |            |            |         |         |         |        |
| Entidades sob o controle da CPFL Energia          | -           | -          | -          | -          | -       | 166     | -       | -      |
| <b>Outras</b>                                     |             |            |            |            |         |         |         |        |
| Entidades sob o controle comum                    | -           | 15.355     | -          | -          | -       | -       | -       | -      |

**(27) SEGUROS**

Companhia mantém contratos de seguros com cobertura determinada por orientação de especialistas, levando em conta a natureza e o grau de risco por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais perdas significativas sobre seus ativos e/ou responsabilidades. As principais coberturas de seguros são:

| <u>Descrição</u>             | <u>Ramo da apólice</u>                                                                                                                                    | <u>31/12/2025</u> |
|------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------------|
| Ativo vinculados a Concessão | Riscos Nomeados                                                                                                                                           | 856.577           |
| Transporte                   | Nacional e Internacional                                                                                                                                  | 72.849            |
| Responsabilidade Civil       | Geral, Obras Cíveis Instalação e Montagem, Concessionárias ou não de Distribuição de Energia Elétrica, Riscos Ambientais e Resp. Civil Profissional (E&O) | 78.404            |
| Pessoas                      | Vida em Grupo e Acidentes Pessoais                                                                                                                        | 132.904           |
| Garantia                     | Seguro Garantia                                                                                                                                           | 53.503            |
| Outros                       | D&O                                                                                                                                                       | 152.200           |
| <b>Total</b>                 |                                                                                                                                                           | <b>1.346.437</b>  |

**(28) GESTÃO DE RISCOS**

Os negócios do Grupo compreendem, principalmente, geração, transmissão, comercialização e distribuição de energia elétrica. Como concessionárias de serviços públicos, as atividades e/ou tarifas de suas principais controladas são reguladas pela ANEEL.

**Estrutura do gerenciamento de risco**

No Grupo, a gestão de riscos é conduzida através de uma estrutura que envolve as áreas de negócio, a Diretoria de Auditoria, Riscos, Integridade e DPO (Data Protection Officer), a Diretoria Executiva da CPFL Energia, Comitê de Auditoria o Conselho de Administração da CPFL Energia. Essa gestão é regulamentada pela Política de Gerenciamento de Riscos que descreve e regulamenta o gerenciamento corporativo de riscos, as principais responsabilidades das partes envolvidas e os limites de exposição aos principais riscos.

**Compete ao Conselho de Administração da CPFL Energia:**

- Orientar a condução dos negócios, observando, dentre outros, o monitoramento dos riscos empresariais exercido através do modelo de gerenciamento corporativo de risco adotado pela Companhia;
- Zelar para que a Diretoria possua mecanismos e controles internos para conhecer e avaliar os Riscos;
- Tomar conhecimento sobre as alterações no Mapa Corporativo de Riscos;
- Deliberar sobre as mudanças de limite de riscos encaminhadas pela Diretoria Executiva da CPFL Energia;
- Deliberar sobre a inclusão ou exclusão de Riscos(s) no Mapa Corporativo de Riscos;
- Tomar conhecimento de exposições e planos de ação em caso de eventual extrapolação do limite de riscos encaminhadas pela Diretoria Executiva da CPFL Energia.

**Cabe ao Comitê de Auditoria:**

- Avaliar e monitorar as exposições de risco da Companhia;
- Assessorar o Conselho de Administração da CPFL Energia no monitoramento e controle da qualidade das demonstrações financeiras, nos controles internos e no gerenciamento de riscos.

**Ao Conselho Fiscal compete, entre outros:**

- Certificar que a Administração tem meios para identificar os riscos sobre a elaboração, divulgação e acuracidade das demonstrações financeiras aos quais o Grupo CPFL está exposto, bem como monitorar a eficácia do ambiente de controles.

**À Diretoria Executiva da CPFL Energia da CPFL Energia cabe:**

- Recomendar mudança de metodologias de limite de risco ao Conselho de Administração da CPFL Energia;
- Avaliar a eficácia da Política de Gerenciamento de Riscos e dos sistemas de gerenciamento de riscos e prestar contas ao Conselho de Administração da CPFL Energia sobre essa avaliação;
- Tomar conhecimento de exposições e planos de ação em caso de eventual extrapolação dos limites de riscos.

**A Diretoria de Auditoria, Riscos, Integridade e DPO da CPFL Energia é responsável por:**

- Coordenar o processo de avaliação de riscos corporativos, desenvolvendo e mantendo atualizadas as metodologias de Gestão Corporativa de Riscos;
- Desenvolver e definir, em conjunto com os gestores dos negócios, indicadores para monitoramento dos riscos, critérios de classificação da exposição e propostas de limite. Além de, sob demanda, avaliar necessidade de revisões;
- Monitorar as exposições aos riscos de acordo com suas respectivas periodicidades de atualização e acompanhar a implantação dos planos de ação pelos gestores dos negócios;
- Reportar semestralmente em Reunião de Diretoria Executiva da CPFL Energia, Comitê de Auditoria e reunião do Conselho de Administração da CPFL Energia as exposições do Mapa Corporativo de Riscos;
- Em caso de extrapolação do limite de risco:
  - a. Validar o preenchimento do Formulário de Extrapolação de Limites de Risco, realizado pelo(a) responsável pelo risco, e avaliar suficiência das informações;
  - b. Acompanhar a apresentação do modelo de risco e a justificativa para a Diretoria Executiva da CPFL Energia, Comitê de Auditoria e Conselho de Administração da CPFL Energia;
  - c. Acompanhar o status dos planos de ação sinalizados para reenquadramento das exposições aos limites aprovados até a sua conclusão.

As áreas de negócio possuem responsabilidade primária pela gestão dos riscos inerentes aos seus processos, devendo conduzi-los dentro dos limites de exposição definidos e implementando planos de mitigação para as principais exposições, bem como desenvolver e manter um ambiente adequado de controles operacionais para efetividade e continuidade dos negócios de suas respectivas unidades de gestão.

Os principais fatores de risco de mercado que afetam os negócios são como seguem:

**Risco de taxa de câmbio:** Esse risco decorre de a possibilidade do Grupo vir a incorrer em perdas e em restrições de caixa por conta de flutuações nas taxas de câmbio, aumentando os saldos de passivo denominados em moeda estrangeira. A exposição relativa à captação de recursos em moeda estrangeira está coberta por operações financeiras de swap. A quantificação destes riscos está apresentada na nota 34. Adicionalmente as controladas do Grupo estão expostas em suas atividades operacionais, à variação cambial na compra de energia elétrica de Itaipu. O mecanismo de compensação - CVA protege as controladas de distribuição de eventuais perdas econômicas.

**Risco de taxa de juros e de indexadores de inflação:** Esse risco é oriundo da possibilidade de o Grupo vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros e nos indexadores de inflação que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos, financiamentos e debêntures. A quantificação deste risco está apresentada na nota 34.

**Risco de crédito:** O risco surge da possibilidade das controladas virem a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus clientes. Este risco é gerenciado pelos segmentos de comercialização e serviços através de normas e diretrizes aplicadas na aprovação, exigência de garantias e acompanhamento das operações. No segmento de distribuição, mesmo sendo muito pulverizado, o risco é gerenciado através do monitoramento da inadimplência, ações de cobrança e corte de fornecimento. No segmento de geração existem contratos no ambiente regulado (ACR) e bilaterais que preveem a apresentação de Contratos de Constituição de Garantias.

**Risco de sub/sobrecontratação das distribuidoras:** Risco inerente ao negócio de distribuição de energia no mercado brasileiro ao qual as distribuidoras do Grupo CPFL e todas as distribuidoras do mercado estão expostas. As distribuidoras podem ficar impossibilitadas de repassar integralmente os custos de suas compras de energia elétrica em duas situações: (i) quando o volume de energia contratada for superior a 105% da energia demandada pelos consumidores e (ii) quando o nível de contratos for inferior a 100% desta energia demandada. No primeiro caso a energia contratada acima dos 105% é vendida na CCEE (Câmara de Comercialização de Energia Elétrica) e não é repassada aos consumidores, ou seja, em cenários de PLD (Preço de liquidação das diferenças) inferior ao preço de compra desses contratos, há uma perda para a concessão. No segundo caso, além de as distribuidoras serem obrigadas a adquirir energia ao valor do PLD na CCEE e não possuírem garantias de repasse integral na tarifa dos consumidores, há uma penalidade por

insuficiência de lastro contratual. Essas situações podem ser mitigadas se as distribuidoras fizerem jus a exposições ou sobras involuntárias.

**Risco de mercado das comercializadoras:** Esse risco decorre de a possibilidade de as comercializadoras incorrerem em perdas financeiras por conta de variações nos preços que irão valorar as posições de sobras e/ou déficits de energia de seu portfólio no mercado livre, que são marcadas a mercado e suscetíveis a volatilidade associada à flutuação do preço de energia.

**Risco quanto à escassez de energia hídrica:** A energia vendida pelo Grupo é majoritariamente produzida por usinas hidrelétricas. Um período prolongado de escassez de chuva pode resultar na redução do volume de água dos reservatórios das usinas, comprometendo a recuperação de seu volume, podendo acarretar perdas em função do aumento de custos na aquisição de energia ou redução de receitas com a implementação de programas abrangentes de conservação de energia elétrica ou adoção de um novo programa de racionamento, como o verificado em 2001.

Em 2025, observou-se uma hidrologia desfavorável pelo 2º ano consecutivo, registrando 78% da média de longo termo e constituindo o 8º pior no histórico de 95 anos. As regiões mais impactadas foram SE/CO e NE, contudo, devido a ações operativas e de planejamento advindas do Plano de Recuperação dos Reservatórios de Regularização de Usinas Hidrelétricas do País – PRR (Art. 30 da Lei nº 14.182, de 2021) foi possível preservar os recursos hídricos e iniciar 2026 com cerca de 46% da capacidade armazenável no Sistema Interligado Nacional. Apesar disso, o ONS tem alertado para riscos pontuais de atendimento eletroenergético, agravado pela elevada participação de fontes renováveis na matriz nacional (40%), perspectiva de hidrologia adversa no verão de 2026 (abaixo de 80%) e atraso no leilão de reserva de capacidade.

**Risco de aceleração de dívidas:** O Grupo possui contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures, com cláusulas restritivas (covenants) normalmente aplicáveis a esses tipos de operação. Essas cláusulas restritivas são monitoradas e não limitam a capacidade de condução do curso normal das operações, se atendidas nas periodicidades exigidas contratualmente ou se obtida a anuência prévia dos credores para o não atendimento.

**Risco regulatório:** As tarifas de fornecimento de energia elétrica cobradas pelas controladas de distribuição dos consumidores cativos são fixadas pela ANEEL, de acordo com a periodicidade prevista nos contratos de concessão celebrados com o Governo Federal e em conformidade com a metodologia de revisão tarifária periódica estabelecida para o ciclo tarifário. Uma vez homologada essa metodologia, a ANEEL determina as tarifas a serem cobradas pelas distribuidoras dos consumidores finais. As tarifas assim fixadas, conforme disposto na Lei nº 8.987/1995, devem assegurar o equilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão no momento da revisão tarifária, mas podem gerar reajustes menores em relação ao esperado pelas controladas de distribuição.

### **Gerenciamento de riscos dos instrumentos financeiros**

O Grupo mantém políticas e estratégias operacionais e financeiras visando liquidez, segurança e rentabilidade de seus ativos. Desta forma possuem procedimentos de controle e acompanhamento das transações e saldos dos instrumentos financeiros, com o objetivo de monitorar os riscos e taxas vigentes em relação às praticadas no mercado. A avaliação desse potencial impacto, oriundo da volatilidade dos fatores de risco e suas correlações, é realizada periodicamente para apoiar o processo de tomada de decisão a respeito da estratégia de gestão do risco, que pode incorporar instrumentos financeiros, incluindo derivativos.

As carteiras compostas por esses instrumentos financeiros são monitoradas mensalmente, permitindo o acompanhamento dos resultados financeiros e seu impacto no fluxo de caixa.

**Controles para gerenciamento dos riscos:** Para o gerenciamento dos riscos inerentes aos instrumentos financeiros e de modo a monitorar os procedimentos estabelecidos pela Administração, o Grupo possui uma assessoria financeira contratada para realizar e reportar o cálculo do Mark to Market, Stress Testing e Duration dos instrumentos, além de se utilizar do sistema de software Bloomberg para auxílio deste processo, avaliando os riscos aos quais o Grupo estão expostos. Historicamente, os instrumentos financeiros contratados pelo Grupo suportados por estas ferramentas, têm apresentado resultados adequados para mitigação dos riscos. Ressalta-se que o Grupo tem a prática de contratação de instrumentos derivativos, sempre com as devidas aprovações de alçadas, somente quando há uma exposição a qual a Administração considera como risco. Adicionalmente, o Grupo não realiza transações envolvendo derivativos especulativos.

## **(29) INSTRUMENTOS FINANCEIROS**

Os principais instrumentos financeiros, marcados a valores justos e/ou cujo valor contábil é diferente do respectivo valor justo, classificados de acordo com as práticas contábeis adotadas pela Companhia são como segue:

|                                                          |                  |                        |              | Controladora |             | Consolidado |             |
|----------------------------------------------------------|------------------|------------------------|--------------|--------------|-------------|-------------|-------------|
|                                                          |                  |                        |              | 31/12/2025   |             | 31/12/2025  |             |
|                                                          | Nota explicativa | Categoria / Mensuração | Nível (*)    | Contábil     | Valor Justo | Contábil    | Valor Justo |
| Ativo                                                    |                  |                        |              |              |             |             |             |
| Caixa e equivalentes de caixa                            | 5                | (a)                    | Nível 2      | 58.676       | 58.676      | 92.641      | 92.641      |
| Títulos e valores mobiliários                            | 6                | (a)                    | Nível 1      | 29.678       | 29.678      | 42.242      | 42.242      |
| Derivativos                                              | 29               | (a)                    | Nível 2      | 89.069       | 89.069      | 89.069      | 89.069      |
| Total                                                    |                  |                        |              | 177.423      | 177.423     | 223.952     | 223.952     |
| Passivo                                                  |                  |                        |              |              |             |             |             |
| Empréstimos e financiamentos - principal e encargos      | 15               | (b)                    | Nível 2 (**) | -            | -           | 36.452      | 36.452      |
| Empréstimos e financiamentos - principal e encargos (**) | 15               | (a)                    | Nível 2      | 427          | 427         | 427         | 427         |
| Debêntures - principal e encargos                        | 16               | (b)                    | Nível 2 (**) | 1.349.917    | 1.360.773   | 1.349.917   | 1.360.773   |
| Debêntures - principal e encargos (**)                   | 16               | (a)                    | Nível 2      | 2.030.079    | 2.030.079   | 2.030.079   | 2.030.079   |
| Derivativos                                              | 29               | (a)                    | Nível 2      | 73.030       | 73.030      | 73.030      | 73.030      |
| Total                                                    |                  |                        |              | 3.453.453    | 3.464.309   | 3.489.905   | 3.500.761   |

(\*) Refere-se a hierarquia para determinação do valor justo.

(\*\*) Apenas para fins de divulgação de acordo com o CPC 40 (R1) / IFRS 7

#### Legenda

##### Categoria / Mensuração:

(a) - Valor justo contra o resultado

(b) - Mensurados ao custo amortizado

A classificação dos ativos financeiros em custo amortizado ou a valor justo contra resultado baseia-se no modelo de negócios e nas características de fluxo de caixa esperado pela Companhia para cada instrumento.

Os instrumentos financeiros cujos valores contábeis se aproximam dos valores justos devido à sua natureza, na data destas demonstrações contábeis regulatórias, são:

- Ativos financeiros: (i) concessionárias e permissionárias, (ii) Arrendamentos; e (iii) serviços prestados a terceiros.
- Passivos financeiros: (i) fornecedores, (ii) taxas regulamentares, (iii) consumidores e concessionárias apagar, e (iv) Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT.

Adicionalmente, não houve em 2025 transferências entre os níveis de hierarquia de valor justo.

#### a) Valorização dos instrumentos financeiros

Conforme mencionado na nota 4, o valor justo de um título corresponde ao seu valor de vencimento (valor de resgate) trazido a valor presente pelo fator de desconto (referente à data de vencimento do título) obtido da curva de juros de mercado em reais.

O CPC 40 (R1) requer a classificação em uma hierarquia de três níveis para mensurações a valor justo dos instrumentos financeiros, baseada em informações observáveis e não observáveis referentes à valorização de um instrumento financeiro na data de mensuração.

O CPC 40 (R1) também define informações observáveis como dados de mercado, obtidos de fontes independentes e informações não observáveis que refletem premissas de mercado.

Os três níveis de hierarquia de valor justo são:

Nível 1: Preços cotados em mercado ativo para instrumentos idênticos;

Nível 2: Informações observáveis diferentes dos preços cotados em mercado ativo que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços); e

Nível 3: Instrumentos cujos fatores relevantes não são dados observáveis de mercado.

#### b) Instrumentos derivativos

O Grupo possui política de utilizar derivativos com o propósito de proteção (hedge econômico) dos riscos de variação cambial e flutuação das taxas de juros, em maioria constituídos por swaps de moeda ou taxas de juros. Os derivativos são contratados com bancos e instituições financeiras de primeira linha e que tenham um rating local de pelo menos AA- ou B- global, avaliado em pelo menos uma das agências S&P, Moodys ou

Fitch, e em caso de mais de 1, é considerada o menor rating entre elas. A Administração não identificou para os exercícios de 2025 e 2024 que os ativos financeiros derivativos tivessem uma perda relevante por redução ao valor recuperável utilizando o critério de perdas esperadas.

O Grupo tem como política fornecer garantias financeiras para obrigações das suas controladas e empreendimento controlados em conjunto. Em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024, a Companhia havia emitido garantias para certas instituições financeiras em relação às linhas de crédito concedidas às suas controladas, conforme apresentado nas notas 15 e 16.

Os instrumentos de proteção contratados pelo Grupo são swaps de moeda ou taxas de juros sem nenhum componente de alavancagem, cláusula de margem, ajustes diários ou ajustes periódicos.

Uma vez que grande parte dos derivativos contratados pelas controladas possuem prazos perfeitamente alinhados com a respectiva dívida protegida, e de forma a permitir uma informação contábil mais relevante e consistente através do reconhecimento de receitas e despesas, tais dívidas foram designadas para o registro contábil a valor justo (nota 15 e 16). As demais dívidas que possuem prazos diferentes dos instrumentos derivativos contratados para proteção, continuam sendo reconhecidas ao respectivo valor de custo amortizado. Ademais, o Grupo não adotou a contabilidade de *hedge* (*hedge accounting*) para as operações com instrumentos derivativos.

Em 31 de dezembro de 2025 o Grupo detinha as seguintes operações de swap, todas negociadas no mercado de balcão;

| Estratégia                                                  | Valores de mercado (contábil) |          |                          | Valores a custo, líquidos <sup>(1)</sup> | Ganho (Perda) na marcação a mercado | Moeda / indexador dívida | Moeda / indexador swap | Faixa de vencimento | Nocional        |
|-------------------------------------------------------------|-------------------------------|----------|--------------------------|------------------------------------------|-------------------------------------|--------------------------|------------------------|---------------------|-----------------|
|                                                             | Ativo                         | Passivo  | Valores justos, líquidos |                                          |                                     |                          |                        |                     |                 |
| Derivativos de proteção de dívidas designadas a valor justo |                               |          |                          |                                          |                                     |                          |                        |                     |                 |
| Hedge variação índice de preços                             |                               |          |                          |                                          |                                     |                          |                        |                     |                 |
| Debêntures                                                  | 89.069                        | (72.596) | 16.473                   | 19.691                                   | (3.218)                             | IPCA+6,0265% a 7,7082%   | CDI-0,02% a +0,660%    | abr/24 a abr/39     | 1.764.136       |
| Outros derivativos                                          |                               |          |                          |                                          |                                     | Indexador / moeda        | Faixa de vencimento    | Nocional em USD     | Nocional em R\$ |
| NDF                                                         | -                             | (434)    | (434)                    | (427)                                    | (7)                                 | USD                      | dez/25                 | 5.809               | 33.301          |
| Total                                                       | 89.069                        | (73.030) | 16.040                   | 19.265                                   | (3.225)                             |                          |                        |                     |                 |
| Circulante                                                  | -                             | -        |                          |                                          |                                     |                          |                        |                     |                 |
| Não circulante                                              | 89.069                        | (73.030) |                          |                                          |                                     |                          |                        |                     |                 |
| Total Dívida + Mútuos                                       | 89.069                        | (73.030) | 16.040                   | 19.265                                   | (3.225)                             |                          |                        |                     |                 |

Para mais detalhes referentes a prazos e informações sobre dívidas e debêntures, vide notas 15 e 16.

(1) Os valores a custo representam o saldo do derivativo sem a respectiva marcação a mercado, enquanto o nocional refere-se ao saldo principal da dívida e reduz-se conforme ocorre a amortização dela.

A movimentação dos derivativos está demonstrada a seguir:

|                                       | Consolidado            |                                                            |               |                        |
|---------------------------------------|------------------------|------------------------------------------------------------|---------------|------------------------|
|                                       | Saldo em<br>31/12/2024 | Atualização monetária e<br>cambial e marcação a<br>mercado | Liquidação    | Saldo em<br>31/12/2025 |
| <b>Derivativos</b>                    |                        |                                                            |               |                        |
| Para dívidas designadas a valor justo | 143.810                | (159.663)                                                  | 35.550        | 19.697                 |
| Marcação a mercado                    | (96.365)               | 92.707                                                     | -             | (3.658)                |
| <b>Total</b>                          | <b>47.445</b>          | <b>(66.955)</b>                                            | <b>35.550</b> | <b>16.040</b>          |
| <b>Ativo - circulante</b>             | <b>1.711</b>           |                                                            |               | <b>-</b>               |
| <b>Ativo - não circulante</b>         | <b>124.525</b>         |                                                            |               | <b>89.069</b>          |
| <b>Passivo - não circulante</b>       | <b>(78.791)</b>        |                                                            |               | <b>(73.030)</b>        |

Conforme mencionado acima, algumas controladas optaram por marcar a mercado dívidas para as quais possuem instrumentos derivativos totalmente atrelados (nota 15 e 16).

O Grupo tem reconhecido ganhos e perdas com os seus instrumentos derivativos no resultado do exercício. No entanto, por se tratar de derivativos de proteção, tais ganhos e perdas minimizaram os impactos de variação cambial e variação de taxa de juros incorridos nos respectivos endividamentos protegidos. Para os exercícios de 2025 e 2024, os instrumentos derivativos geraram os seguintes impactos no resultado consolidado, registrados na rubrica de despesa financeira com atualizações monetárias e cambiais e no resultado abrangente consolidado na rubrica risco de crédito na marcação a mercado, este último relativo às dívidas marcadas a valores justos:

| Risco protegido / operação | Ganho (Perda) no resultado |                 |
|----------------------------|----------------------------|-----------------|
|                            | 2025                       | 2024            |
| Variação de taxas de juros | (58.112)                   | 7.993           |
| Marcação a mercado         | 82.348                     | (148.080)       |
| Variação cambial           | (101.985)                  | 64.819          |
| Marcação a mercado         | 10.360                     | (1.439)         |
| <b>Total</b>               | <b>(67.389)</b>            | <b>(76.706)</b> |

c) Risco de mercado

Risco de mercado é o risco de que alterações nos preços de mercado - tais como taxas de câmbio e taxas de juros - irão afetar os ganhos da Companhia ou o valor de seus instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

d) Análise de sensibilidade

A Companhia realizou análise de sensibilidade dos principais riscos aos quais seus instrumentos financeiros estão expostos, basicamente representados por variação das taxas de câmbio e de juros.

Quando a exposição ao risco é considerada ativa, o risco a ser considerado é uma redução dos indexadores atrelados devido a um consequente impacto negativo no resultado da Companhia. Na mesma medida, quando a exposição ao risco é considerada passiva, o risco é uma elevação dos indexadores atrelados por também ter impacto negativo no resultado. Desta forma a Companhia está quantificando os riscos através da exposição líquida das variáveis (dólar, CDI, IGP-M, IPCA, TJLP e SELIC), conforme demonstrado:

**d.1) Variação cambial**

| Instrumentos                           | Consolidado      |            |                            |                                  |                                  |
|----------------------------------------|------------------|------------|----------------------------|----------------------------------|----------------------------------|
|                                        | Exposição<br>(a) | Risco      | Receita (despesa)          |                                  |                                  |
|                                        |                  |            | Depreciação<br>cambial (b) | Depreciação<br>cambial de<br>25% | Depreciação<br>cambial de<br>50% |
| Instrumentos financeiros passivos      | (427)            |            | (34)                       | (149)                            | (265)                            |
| <b>Total</b>                           | <b>(427)</b>     | alta dólar | <b>(34)</b>                | <b>(149)</b>                     | <b>(265)</b>                     |
| <b>Efeitos no resultado do período</b> |                  |            | <b>(34)</b>                | <b>(149)</b>                     | <b>(265)</b>                     |

(a) taxa de câmbio considerada em 31/12/2025 foi de R\$ 5,50 para o dólar.

(b) Conforme curvas de câmbio obtidas em informações disponibilizadas pela B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão, sendo a taxa de câmbio considerada R\$ 5,94 o dólar respectivamente em 31/12/2025.

Em função da exposição cambial líquida do dólar e do euro serem ativas, o risco é baixa do dólar e do euro, portanto o câmbio foi apreciado em 25% e 50% em relação ao câmbio provável.

**d.2) Variação das taxas de juros**

Supondo que o cenário de exposição líquida dos instrumentos financeiros indexados a taxas de juros variáveis em 31 de dezembro de 2025 fosse mantido, a despesa financeira líquida para os próximos 12 meses para cada um dos três cenários definidos seria:

| Instrumentos                      | Exposição          | Risco             | Taxa no<br>período | Taxa<br>cenário<br>provável (a) | Consolidado         |                                      |                                      |
|-----------------------------------|--------------------|-------------------|--------------------|---------------------------------|---------------------|--------------------------------------|--------------------------------------|
|                                   |                    |                   |                    |                                 | Receita (despesa)   |                                      |                                      |
|                                   |                    |                   |                    |                                 | Cenário<br>provável | Elevação/Redução<br>de índice em 25% | Elevação/Redução<br>de índice em 50% |
| Instrumentos financeiros ativos   | 104.446            |                   |                    |                                 | 14.257              | 17.821                               | 21.385                               |
| Instrumentos financeiros passivos | (843.000)          |                   |                    |                                 | (115.070)           | (143.837)                            | (172.604)                            |
| Derivativos - swap plain vanilla  | (2.096.347)        |                   |                    |                                 | (286.151)           | (357.689)                            | (429.227)                            |
|                                   | <b>(2.834.901)</b> | alta<br>CDI/SELIC | <b>14,90%</b>      | <b>13,65%</b>                   | <b>(386.964)</b>    | <b>(483.705)</b>                     | <b>(580.446)</b>                     |
| Instrumentos financeiros passivos | (2.083.106)        |                   |                    |                                 | (200.603)           | (150.452)                            | (100.302)                            |
| Derivativos - swap plain vanilla  | 2.112.387          |                   |                    |                                 | 203.423             | 152.567                              | 101.711                              |
| Instrumentos financeiros ativos   | <u>29.678</u>      |                   |                    |                                 | <u>2.858</u>        | <u>2.143</u>                         | <u>1.429</u>                         |
|                                   | <b>58.959</b>      | baixa IPCA        | <b>4,26%</b>       | <b>9,63%</b>                    | <b>5.678</b>        | <b>4.258</b>                         | <b>2.838</b>                         |
| <b>Total</b>                      | <b>(2.775.942)</b> |                   |                    |                                 | <b>(381.286)</b>    | <b>(479.447)</b>                     | <b>(577.608)</b>                     |

**Efeitos no resultado do período**

(a) Os índices considerados foram obtidos através de informações disponibilizadas pelo mercado.

**e) Risco de crédito**

O risco de crédito nas operações de concessionárias e permissionárias é decorrente da exposição a perdas financeiras resultantes do descumprimento de obrigações financeiras pelas contrapartes. Mensalmente, o risco é monitorado e classificado de acordo com a exposição atual, considerando o limite aprovado pela Administração.

Concessionárias e Permissionárias

A exposição da Empresa ao risco de crédito é influenciada principalmente pelas características individuais de cada carteira de clientes. Contudo, a Administração também considera os fatores que podem influenciar o risco de crédito.

As taxas de perda são baseadas na experiência real de perda de crédito verificada nos últimos anos.

Fatores macroeconômicos

Após estudos desenvolvidos pela Companhia para avaliar quais as variáveis que apresentam o índice de correlação com o montante real de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa, não foram identificados

outros índices ou fatores macroeconômicos que impactassem de forma relevante ou que possuísem correlação direta ao nível de inadimplência.

Caixa e equivalentes de caixa

A Companhia limita sua exposição ao risco de crédito através do investimento em títulos de dívida que tenham um mercado líquido e que o risco da contraparte (bancos e instituições financeiras) tenha um *rating* de pelo menos AA-.

A Companhia considera que o seu caixa e equivalentes de caixa têm baixo risco de crédito com base nos *ratings* de crédito externos das contrapartes. A Administração não identificou para os exercícios de 2025 e 2024 que os títulos tivessem uma mudança relevante no risco de crédito.

Derivativos

O Grupo possui política de utilizar derivativos com o propósito de proteção (*hedge* econômico) dos riscos de variação cambial e flutuação das taxas de juros, em maioria constituídos por *swaps* de moeda ou taxas de juros. Os derivativos são contratados com bancos e instituições financeiras de primeira linha e que tenham um rating local de pelo menos AA- ou B- global, avaliado em pelo menos uma das agências S&P, Moodys ou Fitch, e em caso de mais de 1, é considerada o menor rating entre elas (nota 29.b). A Administração não identificou para os exercícios de 2025 e 2024 que os ativos financeiros derivativos tivessem uma perda relevante por redução ao valor recuperável utilizando o critério de perdas esperadas.

**f) Análise de liquidez**

A Companhia gerencia o risco de liquidez através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, bem como pela combinação dos perfis de vencimento dos seus passivos financeiros. A tabela abaixo detalha os vencimentos contratuais para os passivos financeiros registrados em 31 de dezembro de 2025, considerando principal e juros futuros, e está baseada no fluxo de caixa não descontado considerando a data mais próxima em que a Companhia deve liquidar as respectivas obrigações.

| 31/12/2025                                             | Nota<br>Explicativa | Menos de 1<br>mês | 1-3 meses | 3 meses a 1<br>ano | 1-3 anos | 4-5 anos  | Mais de 5<br>anos | Total     |
|--------------------------------------------------------|---------------------|-------------------|-----------|--------------------|----------|-----------|-------------------|-----------|
| Fornecedores                                           | 13                  | 154.083           | 1.295     | 5.688              | -        | -         | -                 | 161.066   |
| Empréstimos e financiamentos -<br>principal e encargos | 15                  | 368               | 855       | 3.210              | 9.218    | 8.500     | 33.452            | 55.603    |
| Derivativos                                            | 29                  | -                 | -         | -                  | -        | 73.030    | -                 | 73.030    |
| Debêntures - principal e<br>encargos                   | 16                  | -                 | 59.583    | 339.405            | 660.755  | 973.890   | 4.002.085         | 6.035.718 |
| Taxas regulamentares                                   | 19                  | 162               | -         | 1.365              | -        | -         | -                 | 1.527     |
| Outros                                                 |                     | 1.256             | -         | -                  | -        | -         | -                 | 1.256     |
| Consumidores e<br>concessionárias                      | 19                  | 455               | -         | -                  | -        | -         | -                 | 455       |
| EPE / FNDCT / PROCEL                                   | 19                  | 801               | -         | -                  | -        | -         | -                 | 801       |
| Total                                                  |                     | 155.869           | 61.733    | 349.668            | 669.973  | 1.055.420 | 4.035.537         | 6.328.200 |

**(30) COMPROMISSOS**

Os compromissos da Companhia relacionados a contratos de longo prazo, em 31 de dezembro de 2025, são como segue:

| Obrigações contratuais em<br>31/12/2025 | Duração | Consolidado       |                |               |                   | Total            |
|-----------------------------------------|---------|-------------------|----------------|---------------|-------------------|------------------|
|                                         |         | Menos de 1<br>ano | 1-3 anos       | 4-5 anos      | Mais de 5<br>anos |                  |
| Projetos de construção de usina         | 4       | 344.346           | 290.672        | 19.694        | -                 | 654.712          |
| Fornecedores de materiais e serviços    | 30      | 496.432           | 471.631        | 41.250        | 626               | 1.009.939        |
| <b>Total</b>                            |         | <b>840.778</b>    | <b>762.304</b> | <b>60.944</b> | <b>626</b>        | <b>1.664.651</b> |

---

**CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**

---

**Roberto Sartori**

Presidente

**Fu Li**

**Bruno Augusto Pereira Rovea**

**Futao Huang**

Conselheiros

---

**DIRETORIA**

---

**Fu Li**

Diretor Presidente e Diretor interino Financeiro e de Relações com Investidores

**Celso Guimarães Filho**

Diretor de Operações

**José Alexandre Almeida Serra**

Diretor de Engenharia

---

**CONTABILIDADE**

---

**Ricardo Fernando Ferreira**

Gerente de Serviços Financeiros

CRC 1SP 321353/O-4

---

---



# CPFL Transmissão S.A.

**Demonstrações financeiras  
individuais e consolidadas em  
31 de dezembro de 2025  
e relatório do auditor independente**



## **Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas**

Aos Administradores e Acionistas  
CPFL Transmissão S.A.

### **Opinião**

Examinamos as demonstrações financeiras individuais da CPFL Transmissão S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas da Companhia e suas controladas ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia e da Companhia e suas controladas em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas contábeis internacionais (IFRS *Accounting Standards*) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB)

### **Base para opinião**

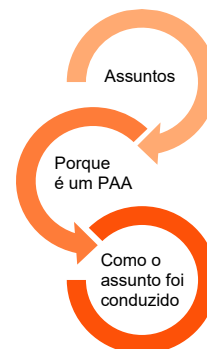
Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras de entidades de interesse público no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.



CPFL Transmissão S.A.

## Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.



| Porque é um PAA                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                             | Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                          |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <p><b>Mensuração do ativo contratual e correspondente receita de remuneração/atualização do ativo contratual (Notas 3.2 e 10)</b></p> <p>O ativo contratual da concessão refere-se ao direito da Companhia e de suas controladas à contraprestação em decorrência do cumprimento das obrigações de desempenho relacionadas a construção das infraestruturas de transmissão de energia dos seus respectivos contratos de concessão, e a operação e manutenção dessas estruturas.</p> <p>A mensuração desse ativo requer o exercício de julgamento por parte da administração sobre o critério de apuração e remuneração do ativo.</p> <p>Adicionalmente, por se tratar de contratos de longo prazo, a determinação da taxa de desconto, que representa o componente financeiro embutido no fluxo de recebimentos futuros, também requer o uso de julgamento por parte da administração para a mensuração do seu valor presente, bem como na determinação das margens de lucro esperadas para cada obrigação de performance identificada.</p> <p>Consideramos essa área como foco de auditoria, pois a utilização de diferentes premissas poderia modificar significativamente o valor do ativo mensurado pela Companhia.</p> | <p>Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o entendimento e a avaliação do ambiente de controles internos relacionados com o processo de mensuração do ativo contratual.</p> <p>Efetuamos a leitura dos contratos de concessão e respectivos aditivos, quando aplicável, para identificação das obrigações de desempenho e entendimento das condições pactuadas nos contratos de concessão, os preços e os prazos definidos.</p> <p>Efetuamos teste de consistência dos dados informados da Receita Anual Permitida ("RAP") nos controles auxiliares da Companhia com os dados constantes nos contratos de transmissão.</p> <p>Adicionalmente, avaliamos a razoabilidade das principais premissas operacionais e financeiras utilizadas pela administração, incluindo a determinação das margens de lucro, das taxas de desconto aplicadas e a coerência lógica e aritmética das projeções de fluxo de caixa.</p> <p>Consideramos que as premissas e critérios adotados pela administração são consistentes com as divulgações em notas explicativas e as informações obtidas em nossos trabalhos</p> |



CPFL Transmissão S.A.

### **Outros assuntos - Demonstrações do Valor Adicionado**

As Demonstrações do Valor Adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de normas contábeis internacionais (IFRS *Accounting Standards*), foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

### **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor**

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

### **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas**

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas contábeis internacionais (IFRS *Accounting Standards*), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações



CPFL Transmissão S.A.

financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

### **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas, em seu conjunto. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas



CPFL Transmissão S.A.

nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de negócio do grupo como base para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria realizado para os propósitos da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as ações tomadas para eliminar ameaças à nossa independência ou salvaguardas aplicadas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os Principais Assuntos de Auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Campinas, 4 de março de 2026

PricewaterhouseCoopers  
Auditores Independentes Ltda.  
CRC 2SP027613/F-1

Lia Marcela Rusinque Fonseca  
Contadora CRC 1SP291166/O-4



| DECLARAÇÃO                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                 | STATEMENT                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                       |
|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <p>Em atendimento ao disposto nos incisos V e VI do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, alterada pela Instrução CVM nº 586, de 8 de junho de 2017, o presidente e os diretores da <b>CPFL Transmissão S.A.</b>, sociedade por ações de capital aberto, com sede na Rua Dr. João Inácio, nº 859, Navegantes, CEP 90.230-181, na Cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul – Brasil, inscrita no CNPJ sob nº. 92.715.812/0001-31, declaram que:</p> <p>a) reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no parecer da PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, relativamente às demonstrações contábeis da <b>CPFL Transmissão S.A.</b>, de 31 de dezembro de 2025;</p> <p>b) reviram, discutiram e concordam com as demonstrações contábeis da <b>CPFL Transmissão S.A.</b> de 31 de dezembro de 2025.</p> <p>Porto Alegre, 04 de março de 2026.</p> | <p>In compliance with the provisions in items V and VI of article 25 of the Brazilian Securities &amp; Exchange Commission (CVM) Instruction No. 480, of December 7, 2009, as amended by CVM Instruction No. 586, of June 8, 2017, the chief executive officers and the officers of <b>CPFL Transmissão S.A.</b> a publicly traded company, with its registered office at Rua Dr. João Inácio, nº 859, Navegantes, CEP 90.230-181, in the City of Porto Alegre, State of Rio Grande do Sul – Brazil, enrolled with the National Register of Legal Entities (CNPJ) under No. 92.715.812/0001-31, hereby stated that:</p> <p>a) they have reviewed and discussed, and agree with, the opinions expressed in the opinion of PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes on the financial statements of <b>CPFL Transmissão S.A.</b>, of December 31, 2025;</p> <p>b) they have reviewed and discussed, and agree with, the financial statements of <b>CPFL Transmissão S.A.</b>, of december 31, 2025;</p> <p>Porto Alegre, March 04, 2026.</p> |

**Ricardo Fernando Ferreira**  
Gerente de Serviços Financeiros  
Financial Services Manager  
CRC 1SP 321353/O-4  
CPF: 400.474.638-80

**Mingzhi Han**  
Diretora Financeira e de Relações com  
Investidores  
Financial and Investor Relations  
Executive Officer  
CPF: 240.791.968-81

**José Alexandre Almeida Serra**  
Diretor de Engenharia  
Enginner Executive Officer  
CPF: 147.727.268-29